

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

**DOS MOCAMBOS E ALAGADOS ÀS CASAS DE ALVENARIA:
PRÁTICAS DE GOVERNABILIDADE NO COQUE/RECIFE (1979-2012)**

RAQUEL LASALVIA CORREIA DA SILVA

BRASÍLIA

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

**DOS MOCAMBOS E ALAGADOS ÀS CASAS DE ALVENARIA:
PRÁTICAS DE GOVERNABILIDADE NO COQUE/RECIFE (1979-2012)**

RAQUEL LASALVIA CORREIA DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Sociedade, Cultura e Política, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Susane Rodrigues de Oliveira.

BRASÍLIA

2018

RAQUEL LASALVIA CORREIA DA SILVA

**DOS MOCAMBOS E ALAGADOS ÀS CASAS DE ALVENARIA:
PRÁTICAS DE GOVERNABILIDADE NO COQUE/RECIFE (1979-2012)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Sociedade, Cultura e Política, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Susane Rodrigues de Oliveira.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Susane Rodrigues de Oliveira (Orientadora)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dr.^a Eloísa Barroso
Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dr.^a Fabiana Francisca Macena
Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE/DF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha família por todo o suporte necessário para consecução desta pesquisa: à minha mãe, Solange Lasalvia, pelo apoio incondicional e incentivo nos momentos de desânimo; às minhas tias Sílvia Lasalvia e Tereza Cristina, por estarem sempre por perto; à minha prima Giovana Lasalvia, pelo auxílio e companhia durante minhas pesquisas na Universidade Federal de Pernambuco, e à minha prima Gabriela Lasalvia, por nos lembrar, frequentemente, do fundamental da nossa história.

Àqueles que fazem do dia a dia uma experiência de aprendizado constante: Laura Gonçalves de Lima, pelo carinho, companheirismo e infindáveis debates teórico-metodológicos; Nathan Pinheiro, Charlotte Bilo, João Flávio, Suelen Gonçalves e Mozart Augusto, pela parceria e cuidados diários, na Biboca Poranga; a Lorena Kalid, pelo nosso encontro em Brasília, e a Antônio Aurélio, pelos incentivos e amizade.

À minha orientadora, professora Susane Rodrigues de Oliveira, pela paciência e confiança. Aos professores do PPGHIS que me auxiliaram a compreender os caminhos da teoria e método na História: Arthur Alfaix Assis, Henrique Modanez e Maria Filomena Coelho. Às contribuições, na minha banca de qualificação, das professoras Maria Fernanda Derntl e Eleonora Zicari. Aos professores do Instituto de Ciências Sociais da UnB, minha porta de entrada nesta universidade: Luís de Gusmão, Antonádia Borges, Tiago Ribeiro e Henyo Barretto, pelas preciosas aulas e discussões sobre teorias sociológica e antropológica. Aos colegas da pós-graduação com quem pude estabelecer um rico diálogo e troca de conhecimentos em sala de aula, especialmente, a Ana Catarina, Rosenilson Santos e Guilherme Lemos, pela cumplicidade.

Esta dissertação não existiria sem minhas vivências no Coque. Agradeço a Roberta Lira, que me garantiu o acesso ao acervo de notícias sobre a comunidade, no *Diário de Pernambuco*; a Maria Peixoto, Caio Zatti, Cleiton Barros, Katarina Scervino, Cleber Bezerra e Chico Ludermir, por me receberem em todas as visitas ao bairro, ao longo desses dois anos. Aos amigos Igor Cabral, Rafaela Vasconcellos e Valéria Araújo, pelos debates sobre a abordagem e conselhos para ir adiante; e a João Vale e Yvana Fechine, pelas primeiras ideias.

Agradeço também ao setor de arquivos da Empresa de Urbanização do Recife (URB) e à coordenadora da biblioteca da Condepe/Fidem, Maria do Rosário, que me permitiram acessar os planos de urbanização do Recife; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília

e à secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, pelo apoio para realização da pesquisa.

Não posso deixar de agradecer aos amigos que estão sempre ao meu lado, desde muito, em Olinda e no Recife: Laura Cortizo, Camila Lima, Felipe Fernandes, Lara Holanda, José Bruno, Amanda Tavares, Sofia Rêgo, Breno Pires, Débora Duque, Luiz Paulo Ferraz, Rafael Filipe, Fernanda Buriel, Carolina Mercês, Gabriela Lucena, Renata Vieira, Andréa Sodré, Ana Beatriz, Marcela Melo, Bruna Hashimoto, Rhaissa Holanda, Natália Moser e Raissa Figueiredo.

Por fim, aos meus avós Iraídes Lasalvia, José Rinaldo Lasalvia (*in memoriam*), Maroli Correia (*in memoriam*) e Geraldo Correia (*in memoriam*), minhas referências.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema de estudo a urbanização do bairro do Coque, localizado na Ilha de Joana Bezerra, no Recife. Por meio de narrativa histórica, foram analisadas as práticas, ideias e valores de atores do Estado que buscaram intervir na pobreza urbana da cidade. O percurso histórico inicia-se com os discursos e ações de governo direcionadas às áreas de alagados e mocambos. Posteriormente, segue-se para os programas de habitação destinados à população de baixa renda, formulados durante o regime militar (1964-1985), que tinham o objetivo de construir casas de alvenaria. O trabalho teve como principal objetivo discutir as técnicas de poder, táticas de governo, mecanismos e procedimentos utilizados pela prefeitura do Recife e pelo governo de Pernambuco nas experiências de intervenção no Coque. Ainda, discute-se a atuação do movimento comunitário no Coque e as distintas formas que assumiu nos processos de mobilização e ação política. Com isso, evidenciam-se os conflitos, tensões, convergências e características da relação entre o Estado e os moradores do bairro. Foram fontes desta investigação os planos urbanísticos elaborados pela Prefeitura do Recife e pelo Governo de Pernambuco, as notícias publicadas no *Diário de Pernambuco* entre 1970 e 1989, produções audiovisuais elaborados por atores políticos do bairro do Coque. Enquanto marco teórico-metodológico, esta pesquisa optou por utilizar como ferramentas os conceitos de biopolítica e governamentalidade, de Foucault (1976; 1978); as noções de margens do Estado, de Das e Poole (2008), e de desenvolvimento, de Quijano (2000).

PALAVRAS-CHAVE: Coque; urbanização; governo; pobreza urbana; mocambos.

ABSTRACT

This dissertation discusses the urbanization of the Coque neighborhood, on the Island of Joana Bezerra, in Recife. Through a historical narrative, the practices performed and the ideas and values elaborated by institutions and state agents involved in urban poverty interventions in Recife are described. The historical route begins with the government practices directed to the areas of wetlands and mocambos. Subsequently, it follows the housing programs for the low-income population formulated during the military regime (1964-1985), which were designed to build houses. The main objective of this work was to discuss the government tactics, mechanisms and procedures used by the Municipality of Recife and the Government of Pernambuco during the interventions in Coque. At the same time, it aimed at describing the performance of the community movement and the different forms it has taken in the processes of mobilization and political action. The purpose was to highlight the conflicts, tensions, convergences and characteristics of the relationship between the State and the residents of Coque. Sources of this research were the urban plans for Coque and the low income regions, elaborated by the Municipality of Recife and the Government of Pernambuco, respectively. The news published in the *Diario de Pernambuco* between 1970 and 1987, which reported the political disputes between the municipality and the neighborhood movements, were also analyzed. In addition, documents of political actors in the Coque neighborhood were considered. As a theoretical-methodological framework, this research relies on the Foucault's notions of governmentality and biopower (1976; 1978); the idea of margins of state, by Das and Poole (2008), and development, by Quijano (2000).

KEY-WORDS: Coque; urbanization; governmental rationality; urban poor; mocambos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – QUANDO TUDO ERA MARÉ.....	24
1.1 O mocambo como objeto do urbanismo da década de 1930.....	26
1.2 Os “infectos mocambos”: o mocambo como objeto do saber médico-higienista.....	31
1.3 A Liga Social contra o Mocambo.....	37
1.4 Dos mocambos às casas de alvenaria.....	43
CAPÍTULO 2 – GOVERNO E DESENVOLVIMENTO NO PLANEJAMENTO URBANO DO RECIFE.....	49
2.1 A política habitacional do regime militar: o Banco Nacional de Habitação e os programas de moradia para baixa renda.....	54
2.1.1 O Sistema Financeiro de Habitação.....	60
2.2 O Plano Diretor de Assentamentos Sociais para a População de Baixa Renda.....	66
2.2.1 As diretrizes para intervenção.....	71
2.2.2 As estratégias de intervenção.....	73
2.3 O projeto habitacional Promorar Coque: o Coque da década de 1980.....	79
CAPÍTULO 3 – O COQUE COMO AGENTE DE MOBILIZAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA. .	85
3.1 O protagonismo do movimento de bairro e a participação social no Recife dos anos 1980.....	86
3.2 Gustavo Krause, o movimento do bairro do Coque e a luta pela posse da terra.....	92
3.3 Pertencimento e disputa por narrativas.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
FONTES.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
ANEXOS.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS

Arena – Aliança Renovadora Nacional

BNH – Banco Nacional de Habitação

Cepal – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

COHAB – Companhia de Habitação Popular

Condepe – Instituto de Planejamento de Pernambuco

Fidem – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado

PDM – Plano de Desenvolvimento Metropolitano

PDS – Partido Democrático Social

Profilurb – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados

Promorar – Programa de Erradicação de Sub-habitações

RMR – Região Metropolitana do Recife

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

URB – Empresa de Urbanização do Recife

Lula não gostava dos negros. No dia da abolição os pobres foram para a frente do engenho, doidos de alegria. Teve medo. O feitor ganhara a catanga, e Lula trouxera para a sala os clavinotes armados. Os negros cantavam no pátio, com uma fogueira acesa. Ninguém dormiu naquela noite. A negra Germana chorava como menina. A cantoria era de coco, era de reza, era de dança, e ao mesmo tempo parecia um bendito de igreja. Lula trancara Neném no quarto e de clavinotes entre as pernas, ficara sentado no sofá, à espera de inimigo que lhe viesse ao encontro. A noite se foi, a madrugada apareceu. Na estrada, os negros dos outros engenhos passavam aos gritos. Gritaram na porta da casa-grande. Lula permanecera na porta e eles partiram.

[...]

Os galos começaram a cantar, o chocalho de um boi, no curral, batia como toque de sino. O negro saiu, e d. Amélia ainda ficou a olhar a noite. Agora ouvia uma cantoria fanhosa, um gemer que abafava o canto dos galos. Da casa de Macário saíam vozes chorando uma morta. A alma de Joaquina, na noite de lua, se embalava naquele pranto que queria tocar o coração de Deus. D. Amélia fechou a porta da cozinha. Dentro de sua casa havia uma coisa pior do que a morte. Não havia vozes que amansassem as dores que andavam no coração do seu povo. Viu a réstia que vinha do quarto dos santos, da luz mortiça da lâmpada de azeite. Caiu nos pés de Deus, com o corpo mais doído que o de Lula, como a alma mais pesada que a de Neném.

Acabara-se o Santa Fé.

José Lins do Rêgo, *Fogo Morto* (1943)

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa as práticas, ideias e valores que constituíram o processo de urbanização de uma região de pobreza urbana da cidade do Recife, denominada Coque. Minha pretensão foi elaborar uma narrativa histórica sobre a urbanização do bairro e, no percurso, reconhecer técnicas de governo, relações de dominação, tensões entre os grupos sociais, como também os princípios que orientaram as ações dos diferentes sujeitos dessa história. O Estado, enquanto Prefeitura do Recife, Governo de Pernambuco e governo federal, e o movimento comunitário do Coque foram os principais atores do processo de urbanização. Por meio da leitura e análise de notícias de jornal, documentos de planejamento urbano e de produções audiovisuais elaboradas por moradores do Coque, descrevo a história do processo de urbanização do Coque e discuto, com auxílio dos pressupostos teóricos que elegi, aspectos políticos e sociais que o envolveram.

No Recife das ilhas e aterros, o Coque localiza-se na Ilha Joana Bezerra, a 2,89 km da praça do Marco Zero, zona central e histórica da cidade. O principal corredor viário que leva à comunidade é a Avenida Agamenon Magalhães. O polo médico do Recife, onde ficam os principais hospitais privados; o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano e a Estação Joana Bezerra do metrô estão em seu entorno, além do viaduto que liga as zonas norte e central da cidade ao bairro de Boa Viagem. Um braço do rio Capibaribe, que segue para desaguar no oceano Atlântico, envolve parte da comunidade, que surgiu por meio da ocupação de áreas alagadas e do manguezal, a partir de aterros realizados pelos próprios ocupantes.

Segundo dados sistematizados pela Prefeitura do Recife do Censo Demográfico (IBGE, 2010) e do Atlas do Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife (2011), a Ilha Joana Bezerra, da qual o Coque é uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis), compreende 87 hectares, com 3.606 domicílios. O valor do rendimento nominal médio mensal por domicílio é R\$ 705,83. A maioria de seus moradores se declara negra: 16,17% se afirmam pretos e 58,22%, pardos¹.

O Coque foi se constituindo, inicialmente, com a ocupação de áreas próximas ao traçado férreo da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que cruza as ilhas do Maruim e Joana Bezerra. À medida que a interventoria do Estado e a municipalidade, nos anos 1930 e 1940, executaram ações de combate aos mocambos localizados em regiões centrais do Recife,

¹ PREFEITURA DO RECIFE. Perfil dos Bairros: Ilha Joana Bezerra. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/ilha-joana-bezerra?op=NzQ0MQ==>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

como Boa Vista, Santo Antônio e Cruz Cabugá; novas residências de tábua, palha e taipa eram construídas na beira da linha do trem, entre o bairro de São José e Afogados. Com esses deslocamentos, a paisagem do Coque se desenhava, exibindo casas de madeira construídas entre o traçado férreo e as áreas alagadas pelo braço do Capibaribe.

Nas décadas de 1970 e 1980, com o fortalecimento dos movimentos populares de bairro, no período, o Coque ascendeu como ator de mobilização e luta por políticas de urbanização e regularização fundiária. Em outubro de 1979, o presidente da República João Figueiredo (1979-1984), articulado ao então prefeito do Recife, Gustavo Krause, visitou o bairro e garantiu, em palanque, casas e a posse da terra aos moradores.

Por outro lado, a partir de 1970, observa-se, no jornal *Diario de Pernambuco*, que o Coque é também destacado como reduto de crimes e bandidos². Esse tipo de representação prosseguiu nas décadas seguintes: ao retratarem os episódios de violência no bairro, as matérias jornalísticas historicamente contribuíram para a construção de estigmas, associando a comunidade e seus moradores a práticas sociais desvalorizadas e criminalizadas. Em 12 de janeiro de 1997, uma matéria do *Diario de Pernambuco* sentenciou: “Coque, morada da morte”. Frente a opinião pública, o Coque foi-se tornando local privilegiado da violência urbana, cujo caminho deveria ser evitado.

Vale Neto (2010)³, utilizando como aparato teórico-metodológico a análise do discurso francesa e a semiótica discursiva, constata que o Coque, ao longo do tempo, adquiriu estatutos distintos de sujeito. Entre as décadas de 1970 e 1990, o Coque das notícias do *Diario de Pernambuco* era representado, principalmente, como sujeito da transformação social, em luta por direitos; de 1990 em diante, o bairro passou a ser representado como um sujeito vocacionado à marginalidade e à violência. O autor atribui esse deslocamento do discurso também às especificidades do jornalismo local, para o qual as notícias de violência têm valor devido à atração que exercem sobre os leitores. Entretanto, Vale Neto ressalta os efeitos estigmatizantes do discurso jornalístico cuja chave-mestra é a violência:

² Alguns exemplos de manchetes e notícias as quais o bairro está vinculado: *Agentes localizam seis traficantes no Coque* (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11 de agosto de 1971); *Agentes do DP caçam tarado em dois bairros* (DIARIO DE PERNAMBUCO, 13 de maio de 1972); *Latrocínio no Coque* (DIARIO DE PERNAMBUCO, 6 de agosto de 1973); *Investigadores prendem atravessador de maconha no bairro de São José* (DIARIO DE PERNAMBUCO, 9 de novembro de 1973); *Galeguinho do Coque é preso no Cais e confessa vários furtos de relógio* (DIARIO DE PERNAMBUCO, 8 de junho de 1974).

³ Vale Neto (2010) analisou um conjunto formado por mais de duas mil reportagens publicadas, ao longo de mais de três décadas (1970-2007), pelo *Diario de Pernambuco*, a fim de compreender as disputas e práticas discursivas sobre o Coque, engendradas pelo jornal impresso, que contribuíram para o bairro ser conhecido na cidade como local violento.

uma resposta interessante sobre o Coque-estigma: o Coque permanentemente enquadrado, disciplinado e habitualizado como um espaço de medo na cidade. É dentro do slogan que faz do Coque a ameaça, dentro do ethos jornalístico que transmite as figuras estereotipadas, dentro da reiteração que faz da violência uma rotina, que encontramos os limites da informação sobre o Coque (VALE NETO, 2010, p. 47).

As práticas discursivas⁴ dos meios de comunicação locais, portanto, foram determinantes para “a manipulação, reiteração e consolidação do que é possível ou não de ser visto sobre a comunidade do Coque” (VALE NETO, 2010). O discurso jornalístico — controlado pela concentrada mídia pernambucana⁵ — define o que pode ser dito e não dito sobre o Coque.

Na abordagem foucaultiana do discurso⁶, os jornais operam por meio de procedimentos de classificação, ordenação e distribuição utilizados na produção de notícias que lhes garantem controlar os enunciados sobre o bairro e exercer poder através disso. Sendo a violência o principal tema das notícias jornalísticas sobre a comunidade, o poder pelo discurso é exercido sobre o Coque em dois sentidos que se entrecruzam: a) o discurso que reforça a fama de bairro violento contribui para a disseminação do sentimento de insegurança entre os cidadãos recifenses, que evitam passar pelo Coque e discriminam seus moradores; por conseguinte, b) o discurso estigmatizante autoriza o Estado a intervir nos terrenos do Coque e a ocupar aqueles próximos à avenida Agamenon Magalhães, por vezes à revelia dos interesses dos moradores. Isso se dá tanto por meio da vigilância policial como por meio da especulação imobiliária, neste caso, em estreita articulação com as empresas de construção civil. Como observa Povinelli (2008, p. 521), o discurso da violência torna-se álibi para uma concentração e consolidação do poder executivo do Estado. Trata-se de uma regulamentação

⁴ De acordo com Foucault (1986), são as práticas discursivas que fazem os discursos circularem na estrutura social.

⁵ Os grupos JCPM, Rands, Globo e Empresarial EQM são os donos dos principais jornais impressos, emissoras de TV e rádio e portais de internet em Pernambuco: *Jornal do Comercio, TV Jornal, Rádio Jornal e Ne10; Diario de Pernambuco, TV Clube, Rádio Clube e Pernambuco.com; Rede Globo Nordeste e G1 Pernambuco; Folha de Pernambuco, Rádio Folha e FolhaPE.*

⁶ Segundo Foucault, o discurso não é língua enquanto estrutura, é algo que se revela pelo sistema linguístico, relacionado às instâncias sociohistóricas de sua enunciação. Os discursos carregam normas, valores e crenças — constituindo-se em “sistemas de representação” — que produzem sentidos para o mundo e exercem força sobre o real (HALL, 1997). Nessa perspectiva, os discursos constroem “modos de subjetivação” e informam as práticas e o agir no mundo dos indivíduos, assim como veiculam e produzem formas de poder, ora reforçando-o, ora debilitando-o. Os discursos, portanto, informam ideias, concepções, crenças e valores que os sujeitos articulam cotidianamente nas suas relações sociais. Por sua vez, é no processo de interação entre sujeitos que são produzidos os sentidos que conformam os discursos que circulam no tecido social. Isso quer dizer que as próprias ideias, normas e crenças que formam os discursos são articuladas e construídas nas relações sociais. No discurso, poder e saber se articulam. Mobilizar o conjunto de saberes que elaboram os discursos é uma das formas de analisar a maneira pela qual o poder opera, conforme Foucault (2001).

biopolítica (FOUCAULT, 1976, p. 289) da população do Coque, engendrada, nesse específico, pela criminalização. Logo, seus moradores, “capturados e inclusos nas teias das classes perigosas” (FREITAS *apud* FERREIRA, 2012, p. 11), tornam-se indesejáveis.

O processo de construção de estigmas sobre a região, relacionados à violência, foi o que me motivou a reconstruir a história do Coque, buscando, especialmente, compreender a dinâmica de relações de poder estabelecidas em torno daquele espaço da cidade. O fenômeno de criminalização e a localização privilegiada do bairro, na zona central do Recife, me levaram a formular a hipótese de que o Coque é um território em disputa. Nesse sentido, fui guiada pelas seguintes perguntas: ao longo do tempo, quem foram/são os atores dessa disputa? Que ideias e valores orientaram/orientam suas ações? Quais estratégias e procedimentos utilizaram/utilizam em suas práticas?

Por isso, de início, tenho em conta a concepção foucaultiana de biopolítica, que me auxilia compreender a história do Coque, ao articular problemáticas que envolvem o exercício do poder de governo direcionado a uma população e as ideias de raça/racismo. Ambas as noções são fundamentais para abordar e construir interpretações acerca das intervenções do Estado no bairro, desde quando o espaço era formado por mocambos e alagados.

De acordo com Foucault, o direito de soberania⁷ — “de fazer morrer e de deixar viver” (2002, p. 287) — é invertido pelo avanço do biopoder⁸, à medida que a vida é tomada como objeto e objetivo do poder político. O biopoder faz ascender dois modos de exercício de poder: a disciplina e a biopolítica.

O poder disciplinar se centra no corpo individual e que diz respeito, nos séculos XVII e XVIII, “às técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer [...] mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 288). Diferentemente da disciplina (que se dirige ao corpo), a biopolítica se dirige à vida dos homens, a seu aspecto biológico de ser vivo. Nas palavras de Foucault (2002, p. 289), “[...] a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto

⁷ Aquele direcionado ao território e exercido pelo rei, característico do modo de governar das monarquias absolutistas. A biopolítica fundamenta as formas de governo dos Estados nacionais modernos.

⁸ A biopolítica instala o direito de “fazer viver e de deixar morrer” (2002, p. 287), como explicita a clássica formulação do autor.

que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.”.

A biopolítica integra e modifica o poder disciplinar, no século XVIII. Com ela, emergiu a ideia de população como problema político, a qual se torna o principal alvo de regulamentação desta nova tecnologia de poder. A biopolítica se destina a acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população e estabelece mecanismos reguladores para controlar os eventos fortuitos que atingem a massa de indivíduos, compensando efeitos e promovendo equilíbrio. No raciocínio de Foucault, a biopolítica resulta da transformação/complementação do poder soberano que se torna “inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em via, a um só tempo, de explosão demográfica e de industrialização (2002, p. 298).

Nesse sistema em que uma nova tecnologia de poder, o biopoder, tem como cerne o aumento da vida, Foucault questiona como se dará o exercício do direito de matar pelo Estado. Sua suposição é que este exercício, do poder da morte, no sistema político centrado no biopoder, se dará com a inserção do racismo nos mecanismos do Estado moderno. O racismo, pois, terá função estratégica com a emergência da biopolítica, uma vez que, segundo Foucault (2002, p. 304), ele será “o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. A racialização da população e a hierarquização das raças provocará “cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 2002, p. 305).

Quijano (2005) afirma que a ideia de raça surge com a instituição de um novo padrão de poder entre dominadores e dominados, a partir da conquista da América pelos europeus. A concepção de raça, baseada supostamente na biologia e codificada pela cor dos indivíduos, produziu novas identidades sociais (índios, negros e mestiços) e cristalizou outras (portugueses, espanhóis), distinguindo fenotipicamente os sujeitos históricos e estruturando relações sociais. Uma vez que estas relações sociais pressupunham dominação e assimetria de poder, Quijano argumenta que a ideia de raça, nas sociedades colonizadas, como fora o Brasil, é um “instrumento de classificação social básica da população” (2005, p. 116), que hierarquiza indivíduos e lhes atribui lugares e papéis sociais distintos.

Nesse entendimento, mesmo com a eliminação do colonialismo em sua institucionalidade, o conceito de raça, enquanto realidade que inferioriza indivíduos frente a outros, estabelece-se como mecanismo de dominação das práticas políticas do Estado moderno brasileiro. O autor conceitua esse fenômeno como “colonialidade do poder”. Quijano (2000) observa que a distinção de indivíduos, nas sociedades latino-americanas,

conforme critérios raciais, em que brancos se percebiam naturalmente superiores a negros, indígenas e mestiços, impossibilitou a construção de um espaço comum, real e simbólico, em que os diferentes grupos sociais se reconhecessem como parte, enquanto comunidade.

No Brasil, no processo de construção do Estado republicano, a distinção dos sujeitos foi justificada, primeiramente, pelo racismo científico e, posteriormente, pelo modernismo regionalista de Gilberto Freyre. Teorias racialistas como as de Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Sílvio Romero, assim como o culturalismo de Freyre, contribuíram para sedimentar concepções sobre a nação e identidade brasileiras fundamentadas na ideia de raça. “Homens de ciencia”⁹ não mediram esforços em formular argumentos que percebiam ora implicações negativas, ora positivas na miscigenação. Tais elaborações teóricas foram alicerce ideológico para realização de um projeto político para o Brasil. O exemplo mais paradigmático disso foram os desdobramentos da interpretação freyriana que resultaram no mito da “democracia racial”.

Freyre busca positivar relações sociais que, concretamente, mostram-se conflituosas e assimétricas. Com o pós-abolição, por exemplo, as distâncias sociais no Brasil foram ainda mais aprofundadas, uma vez que a população negra e mestiça foi alijada do acesso a recursos de produção, do mercado de trabalho competitivo e das instâncias de autoridade do Estado moderno em formação, ao passo que o padrão de poder capitalista se desenvolveu com a reprodução dos privilégios da elite econômica branca (no Nordeste brasileiro, proprietários dos engenhos de cana de açúcar que logo se transformaram em usinas). A positivação da miscigenação efetuada pela interpretação de Gilberto Freyre contribuiu, pois, para aliviar as contradições raciais e de classe, o que teve consequências na construção do espaço urbano de cidades como o Recife.

A história do Coque inicia-se, na primeira metade do século XX, quando mulheres e homens, em sua maioria migrantes da zona da Mata, agreste e sertão pernambucanos, chegaram à região alagadiça da Ilha Joana Bezerra e tiveram de resistir às enchentes e à maré, por meio de aterros, sobre os quais eram construídas as casas de palha, zinco ou tábuas, denominadas mocambos. Os alagados eram as regiões disponíveis, no espaço urbano, para os não-proprietários: historicamente, a relação não-proprietários e alagados foi sendo construída. No Foral de Olinda, lavrado em 12 de março de 1537, o donatário da capitania, Duarte Coelho, determinava terrenos secos aos proprietários Rodrigo Álvares, Brás Pires e Val de Fontes. Os mangues “ao redor da Vila, que estão ao longo do rio Beberibe [...] todos os ditos

⁹ Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

mangues serão para serviço da dita vila e povo”¹⁰, diz o documento. Em meados do século XIX, na região enlameada dos manguezais do Recife e de Olinda, os casebres de barro eram erigidos.

A imagem racializada dos mocambos fica evidente em notícias de jornal, mapas da cidade do Recife, nos quais as habitações são denominadas *casas de negros*, e na célebre obra de Gilberto Freyre, *Sobrados e Mocambos*. Nesta, Freyre descreve uma paisagem urbana em formação, ao longo do século XIX e início do século XX, marcada por contrastes entre casas de branco, feitas de pedra ou adobe, e casas de negro, construídas com sapé e palha.

Estabeleceram-se desde então contrastes violentos de espaço dentro da área urbana e suburbana: o sobrado ou a chácara, grande e isolada, no alto, ou dominando espaços enormes; e as aldeias de mucambos e os cortiços de palhoças embaixo, um casebre por cima do outro, os moradores também, um por cima do outro, numa angústia anti-higiênica de espaço. Isto nas cidades de altos e baixos como o Rio de Janeiro e a capital da Bahia. No Recife, os contrastes de espaço não precisaram das diferenças de nível. Impuseram-se de outro modo: pelo contraste entre o solo preciosamente enxuto e o desprezivelmente alagado, onde se foram estendendo as aldeias de mucambos ou casas de palha (FREYRE, 1968, p. 234).

Os alagados, mocambos e mocambeiros — os espaços da cidade destinados aos brancos pobres, negros e mestiços — foram os principais alvos das ideias de modernização e progresso, no contexto de urbanização do Recife. A paisagem dos mocambos foi objeto de governo e regulamentação biopolítica desde meados do século XIX, orientados, primeiramente, pelo saber técnico da medicina e, mais tarde, pelo urbanismo e pela engenharia.

As mocambarias foram enfaticamente combatidas pela política de urbanização de Agamenon Magalhães¹¹, interventor do Estado que auxiliou na criação, no final da década de 1930, da *Liga Social contra o Mocambo*, sobre a qual discorro no primeiro capítulo desta dissertação. Neste capítulo, ademais, apresento o contexto dos mocambos e alagados e discuto mecanismos, procedimentos e estratégias de intervenção executadas pela prefeitura do Recife e governo do Estado, relacionando as ações estatais, o saber do urbanismo modernista e práticas e representações racistas.

A partir da década de 1970, o conflito entre instituições/atores do Estado e os moradores do Coque, como também os mecanismos reguladores sobre a cidade, assumem

¹⁰ Trata-se do documento mais antigo referente à ocupação de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/historia/foral-de-olinda#.WWJRbSdv88o>>. Acesso em: 7 jul 2017.

¹¹ Agamenon Magalhães, inclusive, é o nome da principal avenida do Recife que nos leva ao Coque.

novos contornos, a partir da elaboração de políticas públicas alicerçadas na ideia de *desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (RMR)*.

Nesse período, o Coque é alvo do assistencialismo estatal e da intervenção policial. Ao longo dos anos 1970, são dezenas as notícias de jornal que reportam a presença da polícia no bairro, com o objetivo de coibir o tráfico de drogas. O “galeguinho do Coque” é ator destacável nas matérias jornalísticas. Representado como bandido perigoso, líder de quadrilha responsável por diversos assaltos, galeguinho protagonizou seis notícias do *Diário de Pernambuco*, entre 1974 e 1975. Sua história de vida ocupou uma folha de jornal inteira com a reportagem “Galeguinho do Coque: do menino revoltado ao bandido”, de 26 de maio de 1975. É desde essa década que o Coque vem sendo representado, nos veículos de comunicação da cidade, como território produtor da violência urbana, que deve ser evitado. Nesse sentido, como pontuei anteriormente, o biopoder (enquanto mecanismo de regulação da população) é exercido mediante estratégias de criminalização da comunidade.

Mas, como pontuam Giorgi e Rodríguez (2007, p. 11, tradução nossa), “esse ser vivente, objeto de tecnologias de normalização e individuação, é também o umbral que ameaça e resiste aos mesmos dispositivos de sujeição”: na segunda metade da década de 1970, a comunidade do Coque assume protagonismo nas articulações entre os movimentos de bairro do Recife, que reivindicavam a posse do terreno e melhorias dos serviços nas áreas de pobreza urbana da cidade.

Após a visita do presidente João Figueiredo, na década de 1980, o bairro é objeto de planos e projetos de urbanização e habitação elaborados pelo Governo de Pernambuco e pela gestão de Gustavo Krause à frente da Prefeitura do Recife. Este é o conteúdo do segundo capítulo desta dissertação. Para elaborá-lo, analisei o projeto de urbanização do Coque elaborado pela Empresa de Urbanização do Recife (URB), denominado Promorar Coque (1983), e o Plano Diretor de Assentamentos Sociais para a População de Baixa Renda (1979), confeccionado pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem). Ao me debruçar sobre os documentos estatais, procurei perceber como o espaço que hoje designamos Coque foi definido, planejado, identificado e caracterizado. Para isso, me detive nos termos e enunciados que designam a pobreza urbana e o Coque. Nestes textos, procurei também perceber as ideias e princípios que conformam as diretrizes e políticas públicas, formuladas pelo governo de Pernambuco e pela Prefeitura do Recife, para urbanizar o Coque. Dessa forma, pude perceber suas formas e tecnologias de governo e elaborar algumas interpretações sobre a atuação do Estado. Antes, no início do capítulo, busco

contextualizar as ações de urbanização e construção de casas, na Região Metropolitana do Recife, no âmbito das políticas de habitação do governo militar instituído em 1964.

No capítulo 3, procuro me aproximar, mais detalhadamente, dos atores envolvidos na história de urbanização do Coque: mais precisamente o prefeito do Recife Gustavo Krause (1979-1982) e o movimento comunitário liderado pelo Grupão, dando ênfase aos valores que orientavam suas ações, às tensões na disputa política e aos efeitos produzidos pelas disputas de poder que estabeleceram. Após uma urbanização incompleta, na década de 1980, e o arrefecimento do movimento de bairro e das instâncias de participação social do Estado, nos anos 1990, a ação comunitária, no Coque, transforma-se e apresenta novos objetivos e significados no tempo presente. Este é o mote da segunda parte do terceiro capítulo.

Impulsionados, nos anos 2000, pelo desejo de problematizar o estigma de bairro violento e de resgatar a história da comunidade e as memórias de seus moradores, novas articulações foram feitas, que reuniram a Igreja São Francisco do Coque, o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (Neimfa)¹², a Universidade Federal de Pernambuco, o Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis (Mabi), entre outros, que passaram a atuar politicamente na comunidade. Um dos resultados mais significativos dessa mobilização foi a produção, em 2012, do documentário *Coque: Histórias da Terra*, realizado pela Rede Coque Vive¹³ — que agregou todos esses atores acima mencionados —, e recebeu o fomento do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), gerido pelo Governo de Pernambuco¹⁴.

Tais mobilizações inseriram o Coque como ator da luta por moradia e pela posse da terra, contra a política recente de urbanização da Prefeitura do Recife e do Governo de Pernambuco, articulada com os interesses das empresas de construção civil, mais especificamente as construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão e o Grupo JCPM. Nos últimos sete anos, diferentes atores do Coque vêm protagonizando práticas de resistência com o intuito inicial de desconstruir a má-fama de bairro violento, por meio de estratégias de

¹² Organização não governamental que atua no Coque há 30 anos. Suas atividades têm como base a formação humana do sujeito e são desenvolvidas a partir de cinco núcleos: comunicação e articulação comunitária; direitos humanos e cultura de paz; gênero e saúde; arte e cultura; e educação e cidadania.

¹³ Rede Coque Vive, que atua na comunidade desde 2005. A Rede iniciou suas atividades como projeto de extensão universitária do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma de suas primeiras ações, no bairro, foi o curso de Agentes de Educomunicação Solidária, realizado em parceria com o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (Neimfa) e que discutia, com adolescentes da comunidade, a produção de notícias publicadas nos jornais locais *Diário de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* sobre o Coque.

¹⁴ O filme recebeu recursos, para sua realização, do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), em 2010. Quando lançado, o filme foi exibido, em 2012, no próprio bairro e veiculado na TV pública de Pernambuco, a TVPE.

positivação da comunidade. A construção da história do bairro, a partir de relatos de memórias dos moradores e moradoras, fundada em uma “ética do pertencimento” (FREITAS *apud* FERREIRA, 2012, p.11), são as armas utilizadas na disputa política de narrativas.

O videodocumentário é o produto mais significativo das recentes articulações. Nele, lideranças comunitárias, antigos e novos moradores, políticos e ativistas relembram sua experiência na luta pela permanência no bairro, as disputas travadas com o poder público e a resistência, mais recente, à especulação imobiliária. Resistência é a ideia de mais amplo destaque na narrativa audiovisual: “Meu pai participou da luta de resistência do Coque. [...] Quando ele chegou aqui, isso era uma ilha, não era como hoje” (COQUE, 2012), narra Ademir, filho de um líder comunitário atuante na década de 1970. A região tornava-se atrativa por sua localização e pelas possibilidades do rio e do mangue, como ressaltam os relatos no documentário *Coque: Histórias da Terra*: “O Coque dava condições de você morar lá, era perto de tudo, por isso vivíamos lá” (COQUE, 2012), fala Ademir. “O mangue era grande, ninguém passava fome: tinha sururu, peixe, caranguejo” (COQUE, 2012), conta Rubem. “Tudo era maré, mangue e viveiro de peixe” (COQUE, 2012), narra Borges.

A cidade não é apenas palco das disputas entre modos de vida, ela também é ator nesse processo (DAS & RANDERIA, 2015). O mangue lhes dava condições de viver cotidianamente, assim como o rio e as oportunidades que a localização do território lhes garantia. Tudo isso dá sentido ao desejo de pertencer e permanecer no Coque. Desejo que se transforma em práticas e discursos que conformam as relações políticas entre o Coque, o Estado e a cidade.

Para elaboração do terceiro capítulo, li e analisei notícias sobre o Coque publicadas no *Diário de Pernambuco*, entre 1970 e 1989, inventariadas pela Rede Coque Vive, em um projeto de resgate de memória social apoiado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso); e trato como fonte histórica o documentário *Coque: Histórias da Terra*, produzido pela Rede Coque Vive.

Em relação às notícias de jornal e ao documentário *Coque: Histórias da Terra*, minha proposta foi considerá-los como fontes de conhecimento dos eventos do passado, em que os elementos da história de urbanização do Coque foram pautados e narrados. Porém, não perdi de vista, na leitura das matérias jornalísticas e, ao assistir o videodocumentário, reconhecer a maneira como os enunciados são ditos, os termos são utilizados e quais campos semânticos são traçados (PROST In RIOUX, J.; SIRINELLI, J., 1998, pp. 123-137). Concordo com a noção de Prost (1998) de que a história cultural consiste em transitar constantemente desde a experiência para o discurso sobre a experiência, e vice-versa. Dessa forma, pretendi

reconhecer os horizontes de significação dos fatos e atores envolvidos na história de urbanização do Coque.

Compreendo que, no processo de escrita da narrativa histórica, são utilizados artifícios linguísticos para encadear as descrições dos acontecimentos e interpretações da realidade (WHITE, 1980), em um todo não contraditório. Em que pese os elementos de ficcionalidade (GENETTE, 1990; SEARLE, 1975) e as limitações próprias do intelecto humano, considero que a narrativa histórica — enquanto representação dos eventos e ações dos indivíduos do passado, elaborada a partir de fontes e materiais empíricos, os quais também são construções sociais que representam a realidade — é um recurso que pode fornecer esquemas analíticos, que contribuem para o entendimento dos comportamentos, das experiências e das criações coletivas dos sujeitos históricos.

Conceitualmente, a fim de perceber, descrever e analisar as ações, técnicas, procedimentos e linguagens do Estado no processo de urbanização do Coque, além da noção de biopolítica, utilizo a ideia de *margens*, elaborada por Das e Poole (2008, p. 21). No artigo *El Estado y sus márgenes*, as autoras têm como premissa que o Estado molda o sentido e a forma que o poder toma nas sociedades. Do ponto de vista antropológico, enquanto objeto etnográfico, as autoras afirmam que o Estado tem um efeito de ordem e transcendência. Essa “funcionalidade ordenadora” nos permite refletir sobre as práticas e linguagens estatais.

As margens espaciais e sociais, onde, sobretudo, se dá o trabalho de campo etnográfico, são vistas, por sua vez, como lugares de desordem, nos quais o Estado não pôde instaurar a ordem. É por meio dessa perspectiva que me aproximo do Coque, dos alagados e dos mocambos, enquanto margens do Estado, lugares de intervenção das práticas de governo e de tensões entre grupos e classes sociais.

O encandeamento de ideias que elabora a noção de *margem*, em Das e Poole (2008, p. 23), retoma o conceito de estado de natureza, “como el opuesto necesario y punto de origen del estado y la ley”¹⁵. Tal qual os teóricos contratualistas do Estado — Hobbes, Locke e Rousseau — que estabeleceram a concepção de estado de natureza a partir de uma representação da América, ora como lugar do selvagem, ora como paraíso terrestre, as antropólogas sugerem que consideremos as margens do Estado, seja no âmbito do discurso ou das práticas, “como aquellos donde los espacios reales o sitios que otorgan fuerza a la idea del estado de naturaleza encuentran los orígenes míticos y filosóficos del estado”¹⁶ (DAS &

¹⁵ Tradução livre: “como o oposto necessário e ponto de origem do estado e da lei”.

¹⁶ Tradução livre: “como aqueles em que os espaços ou locais reais que dão força à ideia do estado de natureza encontram as origens míticas e filosóficas do estado”.

POOLE, 2008, p. 23). As margens, em outras palavras, “son simultaneamente sitios en donde la naturaleza puede ser imaginada como salvaje y descontrolada y donde el estado está constantemente redefiniendo sus modos de gobernar y de legislar¹⁷ (DAS & POOLE, 2008, p. 24).

Com isso posto, podemos, desde as margens (enquanto práticas, lugares ou linguagens), observar as práticas de regulação e disciplina do Estado e repensar os limites dos seus fundamentos, como, por exemplo, as ideias de racionalidade administrativa, hierarquia, público e privado, legal e ilegal (DAS & POOLE, 2008).

Ao longo da dissertação, ao descrever o processo de urbanização do Coque, apresento diferentes formas de intervenção do Estado na localidade, com o intuito de descrever as práticas ordenadoras, as tensões entre os grupos sociais e perceber os efeitos provocados pela presença do Estado na região. Na perspectiva das margens, Veena Das e Debora Poole abrem o caminho para também utilizarmos a noção foucaultiana de *governamentalidade*¹⁸, com a qual as autoras dialogam.

Foucault ([1978] 2010, pp. 277-293) descreve a história do que ele chama governamentalização do Estado, aquilo que, a partir do século XVIII, permitiu ao Estado sobreviver. Tratam-se de técnicas de governo que têm como foco a massa da população e que utilizam a instrumentalização do saber econômico.

São táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2010, p. 292).

O conceito de governamentalidade é relevante em minha pesquisa, pois ele me auxilia a identificar as táticas de governo ao longo do processo de urbanização do Coque, a reconhecer os atores políticos que as colocam em prática e a evidenciar as relações de poder entre os grupos e classes sociais. As margens, de acordo com Das e Poole (2008), são locais em que as práticas estatais são confrontadas com outras formas de regulação que proveem das necessidades da população, de modo a lhes garantir a sobrevivência política e econômica (2008, p. 24).

¹⁷ Tradução livre: “eles são simultaneamente lugares onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e descontrolada e onde o estado está constantemente redefinindo suas formas de gobernar e legislar”.

¹⁸ No início do segundo capítulo, apresento mais detalhes sobre este conceito.

Com isso em mente, procurei, ao construir esta história de urbanização do Coque, explicitar “as tecnologias específicas do poder através das quais os Estados tentam ‘manejar’ e ‘pacificar’ a estas populações, tanto através da força como através da pedagogia da conversão, tentando transformar estes ‘sujeitos rebeldes’ em sujeitos legais do estado” (DAS & POOLE, 2008, p. 24), mas também perceber como as representações construídas e compartilhadas pelos moradores do Coque, nas notícias de jornal e no videodocumentário, e suas práticas políticas modelaram as ações reguladoras e disciplinares do Estado.

CAPÍTULO 1 – QUANDO TUDO ERA MARÉ

João Cabral de Melo Neto descreve o percurso do Capibaribe, de sua nascente ao mar, no poema *O Rio*, de 1953. *A relação da viagem que faz o Capibaribe de sua nascente à cidade do Recife*, título secundário do poema, tem o próprio Capibaribe como narrador dos caminhos por onde passa, desde o sertão pernambucano à capital. Após percorrer as regiões de *Apipucos à Madalena*, em sua chegada ao Recife, os versos do Capibaribe descrevem as “primeiras ilhas”, como João Cabral intitula o trecho, as ilhas formadas pelo encontro de suas águas com os rios Jiquiá e Tejipió:

Rasas na altura da água
começam a chegar as ilhas.
Muitas a maré cobre
e horas mais tarde ressuscita
(sempre depois que afloram
outra vez à luz do dia
voltam com chão mais duro
do que o que dantes havia).
Rasas na altura da água
vê-se brotar outras ilhas:
ilhas ainda sem nome,
ilhas ainda não de todo paridas.
Ilha Joana Bezerra,
do Leite, do Retiro, do Maruim:
o touro da maré
a estas já não precisa cobrir (MELO NETO, J. C., 1953).

Plantadas nessas ilhas, descreve João Cabral de Melo Neto, estão “as casas de lama negra daquela cidade anfíbia que existe por debaixo do Recife contado em Guias”:

Casas de lama negra
há plantadas por essas ilhas
(na enchente da maré
elas navegam como ilhas);
casas de lama negra
daquela cidade anfíbia
que existe por debaixo
do Recife contado em Guias.
Nela deságua a gente
(como no mar deságuam rios)
que de longe desceu
em minha companhia;
nela deságua a gente
de existência imprecisa,
no seu chão de lama
entre água e terra indecisa (MELO NETO, J. C., 1953).

As imagens que esse poema suscita aproximam-se da paisagem de alagados e mocambos que remonta ao início da ocupação da Ilha Joana Bezerra e que deu origem ao que, hoje, podemos denominar *Coque*, cuja história é tema desta dissertação.

O Coque localiza-se na região das ilhas Joana Bezerra e do Maruim, transformadas, após consecutivos aterros, ao longo do processo de urbanização do Recife. Produções audiovisuais¹⁹ e pesquisas recentes (FREITAS, 2005; FERREIRA, 2011) que descrevem o processo de ocupação e da chegada dos primeiros moradores do Coque reconstróem uma paisagem de alagados, de mangue, de maré e de casas de tábua e relatam a preocupação constante dos ocupantes com as enchentes do rio Capibaribe. Dona Paulina, com quem conversei no curso desta pesquisa, nasceu no Coque em 1947 e reside no bairro até hoje. Quando criança, sua família morava numa casa de tábua na rua da Zoadá. Assim, ela descreve “como era o Coque”: “Aqui era maré, tudo era maré. Eles [seus pais] e várias pessoas que vieram pra cá... era maré, saíram aterrando e fazendo suas casas de tábua” (informação verbal)²⁰.

Esse depoimento sobre a região do Coque, quando da sua ocupação inicial, refere-se a um contexto sociohistórico da cidade do Recife, em que o cenário dos mocambos, nos alagados, contrastava com os sobrados e demais construções de alvenaria, da área seca da planície. Trata-se de um período caracterizado pelo aumento da população urbana e por políticas e ações públicas de modernização da urbe. Nesse cenário, o mocambo era tido como problema médico-sanitário; logo, tornou-se questão social. Debates públicos sistemáticos entre figuras da política institucional, médicos, jornalistas e intelectuais foram travados a respeito da “vergonha das mocambarias” do Recife.

Aproximar-se da história de ocupação e construção do Coque, no recorte temporal desta pesquisa, requer um breve percurso pelas condições sociohistóricas dos alagados do Recife, na primeira metade do século XX. Com o auxílio de Gominho (1997), Francisco (2013) e dos clássicos Freyre (1936) e Bezerra (1965), procuro, a seguir, pontuar algumas questões pertinentes sobre “a lama negra” e os mocambos, as quais, na minha interpretação, resvalam nas problemáticas políticas, sociais e jurídicas que envolvem a história do Coque, no

¹⁹ Destaco os videodocumentários *Coque: histórias da terra* (2012) e *A linha, a maré e a terra* (2008), produzidos pela Rede Coque Vive.

²⁰ SILVA, Paulina Lourenço da. Entrevista I. [nov. 2017]. Entrevistador: Raquel Lasalvia Correia da Silva. Recife, 2017. 1 arquivo .mp3. (39 minutos). Esta entrevista foi realizada por meio da metodologia de história oral. Seguindo as considerações de Amado e Ferreira (2008, p. 14), trato as entrevistas de história oral como “documentos gerados” no diálogo entre entrevistador e entrevistado. Tal ideia se articula, a meu ver, à proposição de Ozouf enunciada por Becker (1987) de “arquivos provocados”. Estes, tendo a forma oral ou escrita, têm a característica fundamental de serem fontes produzidas em um espaço de tempo posterior aos acontecimentos ou eventos tratados nas entrevistas.

período entre 1976 e 2012. Descrevo as práticas de governo que incidiram nessas regiões “quando tudo era maré”. Práticas estas que, a meu ver, contribuíram para manutenção da ordem social elitista e racista de herança colonial, reproduzindo privilégios materiais e simbólicos e desigualdades de poder.

1.1 O mocambo como objeto do urbanismo da década de 1930

No Recife da primeira metade do século XX, existiam dois tipos de moradia: o sobrado dos ricos e os mocambos dos pobres e miseráveis. Os mocambos eram casas feitas de madeira ou barro amassado (taipa) nos terrenos alagadiços, cobertos de palha de coqueiro ou zinco. O chão da habitação era a terra batida, não havia banheiro nem fossa ou água encanada. Lâmpadas de querosene aluminaavam as mocambarias, que dividiam a terra úmida da região de mangue com a maré, os caranguejos e siris.

Para construção do mocambo, cavava-se a lama do mangue e colocava-a para secar ao sol. Depois, com ela, aterrava-se a área alagada. Poderiam colocar a lama para secar dentro de caixas de madeira, que auxiliavam o processo do aterro. Ou simplesmente aterrava-se a lama do mangue com o lixo que se produzia (CHAGAS RIBEIRO, 1936 apud GOMINHO, 1997, p. 15). Assim, aumentava-se o nível do terreno, onde pescadores, balaieiros, operários, jornaleiros, lavadeiras, costureiras e meretrizes construíaam suas moradias (GOMINHO, 1997, p. 18).

Recenseamento de 1923 realizado pelo Departamento de Saúde e Assistência do governo estadual de Sérgio Lorêto afirmava que o Recife possuía um total de 39.026 habitações e outras 163 estavam em construção. Na tipologia estabelecida pelo órgão, 19.947 eram mocambos, o que correspondia a 51,1% das construções. Destes, 16.849 eram feitos de taipa, 550 de pau a pique; 647 de zinco; 1.433 de tábuas e 164 de palha (LIRA, 1996 apud FRANCISCO, 2013, p. 57). Os mocambos constituíaam um mercado informal de habitações.

As casas de taipa ou madeira eram a solução acessível ao trabalhador, no início do século XX, que migrava para o Recife (FRANCISCO, 2013). Configurava-se um negócio lucrativo (GOMINHO, 1997), em que proprietários de terra cobravam o aluguel do chão ao mocambeiro. A Comissão Censitária dos Mocambos do Recife, instituída em 1938, apresentou relatório em 1939, que identificou quatro formas de mercantilizar as habitações: o mocambo podia ser próprio, mas pagando chão; alugado; próprio sem pagar o chão e cedido sem custos (ESTATÍSTICAS da Comissão Censitária, 1939 apud GOMINHO, 1997).

[...] a opção mais comum era do mocambo próprio com pagamento do terreno, em que cerca de 33.043 unidades pagavam até 5\$000 mensais. Com isso, explica-se o dado da construção média diária – 2,6 mocambos – enquanto as casas de alvenaria e taipa atingem o índice de apenas 1,43. (FRANCISCO, 2013, p. 50)

Os casebres eram levantados, principalmente, nas freguesias de Afogados, Remédios, Coelhos, Santo Amaro, Encruzilhada e ao longo da faixa de terra entre a Estrada de Ferro Central de Pernambuco e o rio Capibaribe (LIRA, 1996; GOMINHO, 1997; FRANCISCO, 2013). Gominho (1997) afirma que em Afogados, Poço, Várzea e Graças havia sítios, cujos proprietários permitiam a construção de mocambos mediante o pagamento de foro, uma prática usual nos antigos engenhos, da área rural, e dos arrabaldes do Recife. Um vestígio de uma sociedade que se modifica e transfigura-se entre o rural e o urbano.

A constatação de Francisco (2013) de que os mocambos também eram construídos na faixa de terra entre a Estrada de Ferro Central de Pernambuco e o rio Capibaribe revela indícios da formação do Coque, na Ilha Joana Bezerra, nas décadas de 1930 e 1940. A linha férrea partia de São José e atravessava a região do Cabanga e Afogados. As Ilhas Joana Bezerra e do Maruim ficam exatamente entre estas localidades, consideradas, no período, bairros populares onde residiam trabalhadores pobres²¹.

Cabanga e Afogados eram subúrbios de antigos engenhos. Em princípios do século XX, estas regiões e a vizinha, o Pina, eram os limites sul da cidade do Recife. O Coque forma-se no cruzamento dessas localidades. Francisco (2013) reitera que as zonas de ocupação de mocambos ficavam próximas a avenidas que davam acesso ao centro e em áreas adjacentes à Estrada de Ferro Central de Pernambuco. Em planta do Recife elaborada pelos engenheiros britânicos Douglas Fox e Michell Whitley, de 1906, o autor observa “os retângulos irregulares e mal alinhados com a rua [...]” (ALMANACH de Pernambuco, 1930, p. 137 apud FRANCISCO, 2013, p. 53), que representavam os mocambos. Essa notação, no mapa, aparece ao longo da Estrada de Ferro e em áreas próximas aos manguezais de Afogados, Remédios, Coelhos — localidades que circundam as ilhas Joana Bezerra e do Maruim.

Os mocambos também eram classificados, nos mapas, como moradias de negros. Segundo a investigação de Francisco (2013), em planta específica do bairro de Santo Amaro, Douglas Fox identifica as ilustrações referentes às casas de taipa como *casas* ou *casebres de negros* (FRANCISCO, 2013, p. 53-54), indicando — e distinguindo segundo “raça” — quem eram os moradores de tais residências.

²¹ O metrô do Recife — que hoje cruza o Coque e que foi responsável pela desapropriação de cerca de 800 famílias no bairro — foi construído, em 1984, a partir do traçado da Estrada de Ferro que já existia.

A vinculação histórica do mocambo com os negros remete, de acordo com Alencastro (2000), à construção de moradias em Angola. Conforme historiciza o autor:

[...] *Mukambo*, palavra do quimbundo que significa “cumeeira” e, mais precisamente, “a forquilha de encaixe do teto da casa” – caracterizando a morada fixa da família ou da comunidade –, passa a designar o refúgio dos rebeldes de São Tomé. No Brasil, o termo vira sinônimo de “povoado de negros insurretos”. Mais tarde, será substituído por kilombo – nome original do campo dos guerreiros jagas dos reinos de Matamba e Caçanje. Abolida a escravidão brasileira, *mucambo* ou *mocambo* passa a indicar lugares onde vivem negros, palhoças, habitações populares e se generaliza como sinônimo de “favela nordestina” (ALENCASTRO, 2000, p. 66).

Lira (1994), ao designar mocambo, reitera a origem etimológica do quimbundo, e o descreve como “esconderijo, refúgio dos escravos” (1994, p. 733). Segundo o autor, a palavra *mocambo* associa-se ao desejo de escape da ordem escravocrata e à unidade de resistência política e social dos quilombos, uma vez que este organizava-se espacialmente pela junção de pequenas habitações de barro batido. “Mocambo designava, portanto, para seu primeiro morador, a audácia e o arrojo de um certo esconderijo, do interior do qual poder-se-ia cantar: ‘folga nêgo, branco não vem cá’” (LIRA, 1994, p. 734).

Neste artigo, Lira argumenta que a ideia *mocambo-resistência* ou *mocambo-esconderijo* é redefinida à medida que confronta os discursos em circulação, no insistente debate acerca do Recife e suas habitações, realizado por médicos, engenheiros, cientistas sociais, políticos, administradores e jornalistas, na década de 1930. A palavra *mocambo*, de acordo com Lira, é ressignificada nos estudos, ensaios, relatórios e reportagens que tematizam esse tipo de casa e seu morador. Nesse período, a construção dessas habitações transforma-se em problema social, enredado por discursos médico-higienistas e urbanistas. Desta maneira, torna-se alvo de políticas de governo.

A palavra *mocambo* perde o conteúdo que a vincula à história dos negros escravizados e torna-se, assim, nome de todas as habitações pobres. Lira alega que são, especialmente, as ideias de Gilberto Freyre (1936) que contribuem para esvaziar o sentido de resistência de *mocambo*:

Ora, importa destacar que o mocambo, “refúgio de negros” tal qual encontramos na origem etimológica da palavra africana, subvertendo as formas escravocratas de dominação, é suntuosamente redefinido por Freyre como capacidade de ajustamento a uma formação “patriarcal ou semipatriarcal”, que curiosa e permanentemente o exclui. O que era efeito de um “contrapoder”, é simplesmente interpretado aqui como um efeito de integração/estabilização sociologicamente comprovável. (LIRA, 1994, p. 736)

Aceitando a argumentação de Lira (1994; 1999), podemos afirmar que Gilberto Freyre (1936), ao elaborar sua interpretação sobre a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano, em *Sobrados e Mucambos* (1936) — a fim de propor um sistema explicativo sobre o estilo de vida, os comportamentos e a convivência dos tipos sociais no Brasil, com viés positivo, de equilíbrio e conciliação, a partir do qual lê a interação entre classes e raças na construção de um modo de vida e de um padrão de cultura — oblitera as relações de dominação entre senhor e escravo, entre brancos e pretos:

Com a urbanização do País, ganharam tais antagonismos uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo que entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas. É verdade que ao mesmo tempo que se acentuavam os antagonismos, tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social, nas cidades, para os escravos e para os filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária ou de qualidades especiais de atração sexual. E a miscigenação, tão grande nas cidades como nas fazendas, amaciou, a seu modo antagonismos entre os extremos. (FREYRE, 1968[1936], p. 153)

A leitura conciliatória, de caráter conservador de mudança social (REZENDE, 1996), fundamenta o argumento freyriano que interpreta o mocambo como “exemplar da casa brasileira”, popular, resultado de um saber-fazer dos povos africanos escravizados — a contribuição negra à cultura regional do nordeste brasileiro. Esse tipo de elaboração teórica era possível de ser forjada graças às concepções do modernismo regional do qual Freyre era expoente. Nessa perspectiva, o sociólogo dialogava com a arquitetura modernista da década de 1920, mediante a qual se investigava um tipo de moradia conveniente ao clima e à topografia do Nordeste do Brasil. Para Freyre, o mocambo rural, do sertão e agreste nordestinos, era modelo de habitação adequado aos trópicos, pois exibia “elementos autóctones, definidores de uma cultura regional autêntica, imediatamente ligada ao território” (LIRA, 1994, p. 735).

Em *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre, inclusive, defende “a reforma do mocambo”, a fim de torná-lo “higiênico”, e, assim, solucionar a questão urbana que envolve as moradias no Recife:

O mucambo higienizado, com saneamento e piso, parece ser solução inteligentemente ecológica e econômica do nosso problema de habitação proletária no Norte do País, tal como esse problema se apresenta há longos anos aos administradores: exigindo solução imediata. Solução inteligente não só dentro de nossos recursos econômicos imediatos como de acordo com o ambiente, o clima, a paisagem regional. No Sul do Brasil, é que o problema se agrava e, devido a condições de clima, exige soluções mais

caras, com material que proteja, melhor do que a palha, o morador contra o frio e a geada. (FREYRE, 1968, p. 231)

Mesmo com a positivação ensaiada por Freyre, ao valorizar as casas de taipa, madeira e palha enquanto elemento típico de uma arquitetura popular-regional, os discursos e as práticas *anti-mocambo*, que apresento mais adiante, focam a solução do “problema das mocambarias” na construção de casas de alvenaria em vilas populares. A explicação de Lira (1994) para isso é que o ideário modernista que considera as práticas e expressões populares chocava com os valores de distinção da oligarquia regional, motivada pelas expectativas de modernização e progresso.

Por outro lado, o urbanismo das primeiras décadas do século XX, como na planta de Douglas Fox, mencionada anteriormente, racializa a cidade classificando seus espaços: terreno seco, lugar de sobrados, moradias de brancos; terrenos alagados, lugar de mocambos, moradias de pretos. Lira (1999) observa uma tendência eugênica no discurso dos urbanistas, neste período. Ele confere ao médico e professor de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, José Mariano Filho, uma formulação que vincula habitação e raça (favela/mocambo e inferioridade racial do negro) (1999, p. 63): “[...] As favelas do Rio de Janeiro como os mocambos do Recife são puras sobrevivências africanas como o foram os Quilombos dos Palmares no século XVII” (MARIANO FILHO, 1943a, p. 20 apud LIRA, 1999, p. 63). Mariano Filho, pois, defendia a erradicação dos mocambos, por “evocarem a fisionomia primitiva das cidades negras” (LIRA, 1999, p. 63).

No debate acerca da construção da cidade, na década de 1930, conforme Lira (1994; 1999), o urbanismo racializa o mocambo para erradicá-lo e o modernismo regionalista freyriano apaga seu significado de lugar de contrapoder frente ao colonialismo escravista. As concepções da medicina e a ascensão do debate político a respeito das mocambarias como problema social conferem outros sentidos a esse tipo de moradia, relacionados, agora, à miséria, à sujeira e à doença. Esse entendimento, por sua vez, avaliza as técnicas de regulamentação, na cidade, que incidem, conseqüentemente, na região de alagados.

1.2 Os “infectos mocambos”: o mocambo como objeto do saber médico-higienista

O Recife de antagonismos não agradava o projeto modernizador²² — alicerçado em ideias de progresso, ordem pública e no conhecimento técnico-científico — levado a cabo pela elite política e intelectual, que ocupava os cargos da administração da cidade, na primeira metade do século XX. Gominho (1997, p. 13) afirma que, no debate público estabelecido, dizia-se que os mocambos “obscureciam a modernidade da cidade” e “assustavam arquitetos, urbanistas e paisagistas”. De “aspectos primitivos”, eram “inimigos do progresso”.

O espaço urbano do Recife passou por transformações, fundamentadas nas concepções de modernização, a partir da segunda metade do século XIX. A expansão da cidade desde os espaços centrais — o porto do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista — seguiu a direção noroeste, constituindo as freguesias da Madalena, Torre, Graças e Afogados.

O bairro do Recife, onde se localiza o porto, e as áreas de Santo Antônio e São José eram as mais importantes da cidade. De aspecto de cidade colonial, com ruas estreitas, becos e vielas, além de igrejas seiscentistas com elevadas torres, os bairros eram ocupados por sobrados e casarios de porta e janela, além de construções monumentais como o Teatro de Santa Isabel e o Palácio da Justiça (PONTUAL & PEREIRA, 2011, p. 100).

Ainda na segunda metade do século XIX, entre 1850 e 1880, conforme Rocha (2003), a freguesia de São José — adjacente à Ilha Joana Bezerra — ampliou seu espaço. Em suas porções marginais, observavam-se construções de taipa e palha (ZANCHETTI, 1989 apud ROCHA, 2003) e oficinas que atendiam à pequena produção manufatureira e ao comércio. São José urbaniza-se no segundo quartel do século XIX, especialmente com a construção do seu mercado público, o Mercado de São José, inaugurado em 1875. Rocha (2003) argumenta que políticos, engenheiros, comerciantes e médicos foram atores desse processo de transformação do bairro. As ideias impulsionadoras baseavam-se, principalmente, em princípios de higiene, elaborados e disseminados pela classe médica.

²² O modernismo é o paradigma ético e estético, vinculado à construção do Estado e da identidade brasileiros, que vigora em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. As transformações pelas quais passaram as principais capitais do país, no que concerne à sua estrutura urbana, expressam os anseios de progresso e desenvolvimento da nova nação: a paisagem colonial deveria ser transformada por largas avenidas e arranha-céus, as epidemias controladas e a higiene pública instaurada. “A exemplo do que acontecera nas cidades europeias e na cidade do Rio de Janeiro, planos de reforma se sucederam, propondo para a zona central do Recife uma ampla destruição da forma urbana antiga para a construção da nova cidade, marcada por largas avenidas e edifícios verticalizados. Para justificar essa substituição drástica do tecido urbano existente, alegou-se melhorias de circulação, higiene, salubridade e estética da cidade. Primeiramente foi reformado o bairro portuário do Recife, entre 1910 e 1915, aos moldes do urbanismo *hausmaniano*, depois, na década de 1920, aumentaram as pressões para que fossem iniciadas as reformas no bairro de Santo Antônio e, finalmente, de São José” (PONTUAL & PEREIRA, 2011, p. 101). O urbanismo *hausmaniano* faz referência ao Barão de Haussman que implementou a reforma urbana de Paris, em 1875, de amplas avenidas, praças e jardins.

Na genealogia das formas de poder de Foucault (1976), a higiene pública é um dos primeiros campos de intervenção da biopolítica, em ascensão nos fins do século XVIII. Ele afirma que os primeiros “objetos de saber e alvos de controle da biopolítica” foram as proporções de nascimento, óbito, as taxas de reprodução e de fecundidade de uma população. A nova tecnologia de poder reconheceu práticas como a medição estatística e a demografia. Nesse período, a “extensão, duração e intensidade das doenças” (1976, pp. 290-291), as endemias — enquanto fenômeno que incide na população, que enfraquece o indivíduo e lhe tira as forças para o trabalho — passam a ser levados em conta e, com isso, introduzem, na gestão das cidades, o saber da medicina social com foco na higiene pública. No âmbito dessas transformações, surgem novos procedimentos dirigidos à população, como “organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população” (1976, p. 291).

O saber médico-higienista foi difundido e utilizado pela elite política recifense desde o governo de Francisco Rego Barros, entre 1837 e 1844 (MIRANDA, 2012). Em 1845, a Assembleia Provincial criou o Conselho de Salubridade Pública, “com o objetivo de dotar o Recife de melhores condições sanitárias e combater focos de epidemias” (MIRANDA, 2012, p. 147). O médico Aquino Fonseca dirigia a instituição. Suas ideias disseminavam desejos de construir um Recife à semelhança de uma Europa civilizada, higiênica e saudável. Os membros do conselho, segundo Miranda (2012, p. 148), propunham ações de higienização, como a criação de um cemitério público, fiscalização de navios que atracavam no porto para evitar a entrada na cidade de pessoas doentes, limpeza de praias, melhoria das condições de prisões, escolas, hospitais, fábricas e açougues; aterramento de áreas pantanosas, entre outras medidas.

As atividades do conselho se encerraram, devido à carência de recursos financeiros e à pequena estrutura do órgão, formado por três médicos e dois farmacêuticos (MIRANDA, 2012). No entanto, em 1853, foi instalada a Comissão de Higiene Pública, também presidida por Aquino Fonseca, composta de duas inspetorias: de Higiene e do Porto. Em 1855, o presidente da comissão publicou, no *Diário de Pernambuco*, as *Bases para um Plano de Edificação da Cidade*, formulado pelo grupo, cujos argumentos, conforme Miranda (2012), baseiam-se na obra do médico alemão Johann Peter Frank, que propôs princípios de higienização das cidades:

Com formação em filosofia e medicina pela Universidade de Heidelberg, o médico alemão deixou alicerçada a base didática para a higienização das

idades na segunda metade do século XIX. Suas considerações acerca da higiene das moradas são divididas da seguinte forma: na primeira parte, refere-se a melhor disposição das casas; na segunda, às edificações saudáveis; e na terceira, às instalações de serviços de limpeza pública nas urbes e em outros lugares habitados. Baseado no tratado hipocrático *Ares, Água e Lugares* e nos escritos de sua época, opinava que os terrenos pantanosos e a proximidade de águas estagnadas, cuja “emanação enfestam o ar”, eram prejudiciais ao homem e que os ventos podiam contribuir para renovar o ar (MIRANDA, 2012, p. 149).

O plano formulado pela Comissão de Higiene Pública estabelecia diretrizes para a altura das casas, largura e calçamento das ruas, condições das moradias, em que as pequenas, baixas, escuras e úmidas eram consideradas as mais insalubres. O documento afirmava, portanto, que “a ventilação das casas, a ação benéfica dos raios solares e tudo que pudesse concorrer para o ‘entretimento da umidade’” (MIRANDA, 2012, p. 155) eram os componentes essenciais de uma habitação salubre:

A Comissão sugere que todas as praças e os pátios centrais dos quarteirões sejam ornados com árvores, “de modo que não interceptem a ventilação”. O médico propõe ainda que, para a cidade tornar-se bem construída e higiênica, era necessário estabelecer nos centros das casas espaços livres para que os “apostos que deitam para eles participem da ventilação e luz solar; e tanto mais vastos são quanto melhor preenchem esse fim [...]”. (2012, p. 155).

Podemos dizer que essas concepções de salubridade cristalizaram-se em ações que tiveram como alvo os mocambos construídos nos alagados do Recife, em princípios do século XX. Francisco (2013) afirma que, nesse período, os primeiros a estudarem e conhecerem as condições dos mocambos foram os médicos sanitaristas.

Entre 1904 e 1911, há um contexto urbano de adensamento demográfico e surtos epidêmicos de varíola, tuberculose, peste bubônica e disenteria que provoca o debate acerca das condições sanitárias do Recife. Um dos expoentes nos debates e ações foi o médico Octavio de Freitas, que atuou na saúde pública como Inspetor Geral de Higiene interino e trabalhou no combate aos surtos de varíola e tuberculose. Freitas relacionava as más condições da saúde pública à geografia de alagados da planície recifense, aos péssimos serviços de esgoto e remoção de dejetos domésticos, aos arruamentos mal traçados e às precárias habitações pobres — os mocambos e cortiços (LOPES, *apud* FRANCISCO, 2013, p. 32).

Durante o I Congresso Médico de Pernambuco — que reuniu médicos, farmacêuticos, engenheiros e juristas, em abril e maio de 1909 — Octavio de Freitas enquadra a habitação

popular como problema de saúde pública no artigo *Importancia do registro sanitario das habitações como instrumento de defeza hygienica das collectividades*, documento analisado por Francisco (2013), publicado nos *Annaes* (1909) do congresso. Ao se debruçar sobre o artigo, Francisco (2013, p. 36) conclui que as preocupações do médico com o controle sanitário do Recife têm foco “cada vez mais sobre as habitações insalubres”, relacionadas, notadamente, às casas da pobreza urbana, onde residiam, principalmente, negros e mestiços:

Na ancia justificada e insofreavel em que ultimamente vivemos, de transformar esta colonial Veneza Americana n’um Recife novo, cheio de vida, pleno de progresso e melhoramentos hygienicos que nos proporcionem um goso e um bem estar a que temos incontestemente direito, vem-nos logo à mente a modificação completa, absoluta, radical do nosso systema de edificação antiquario, tão cheio de desvios sanitarios, quando vasio de conforto e de commodidades. (FREITAS, 1909, p. 49 apud FRANCISCO, 2013, p. 36)

Octavio de Freitas justificava a insalubridade das habitações dos trabalhadores pobres pelas “condições do solo, com seu lençol freático raso, formação pantanosa, além dos aterros com o uso indiscriminado do lixo” e devido ao “péssimo serviço de remoção dos excrementos humanos, sendo notado através das visitas sanitárias o mal estado das latrinas, tornando-se focos de infecção doméstica” (FRANCISCO, 2013, p. 36). Em relação aos mocambos, ele faz a seguinte descrição:

Os mucambos são edificados em logares humidos, aterrados quasi sempre com lixo e cercados de pantanos e alagadiços, invadindo as aguas das grandes marés o interior de muitos delles. Seu material de construcção é composto de latas velhas ou pedaços de caixões para as paredes e capim, palha e folha de zinco para a cobertura. O chão não tem revestimento algum e a divisão interna, quando existe, é a seguinte: - uma sala de frente, uma alcova sem ar e sem luz, onde dormem amontoadas tres e mais pessoas, uma sala de jantar e ao mesmo tempo cosinha e, num pequeno pateo posterior, uma fossa fixa constituída por um barril enterrado no solo. Isto nos mucambos que a possuem, porque em muitos, os despejos são feitos na maré que passa perto ou encostada á habitação. (FREITAS, 1909, p. 54 apud FRANCISCO, 2013, p. 36)

O artigo do médico ainda sugere um modelo de registro sanitário das moradias, em que solicita informações como localidade, descrição do imóvel, procedência da água, umidade, condições de asseio da residência e depósito de lixo (FRANCISCO, 2013, p. 37). Uma espécie de diagnóstico da situação infraestrutural dos mocambos e alagados, com o intuito de intervir nesses espaços da cidade.

Este saber médico-higienista — que possibilita conhecer e intervir na vida dos sujeitos à margem nas cidades — é o primeiro identificado por Valladares (1989, pp. 81-86), ao analisar as representações sobre a pobreza e seus sujeitos, ao longo de cem anos no Brasil. Segundo a pesquisadora, a pobreza urbana emerge como problema para a elite nacional, no contexto de transição do país para uma nova ordem social (republicana e industrial), de urbanização embrionária e constituição de um mercado de trabalho de mão de obra livre. Neste cenário da virada do século XIX para o XX, também acentuado por surtos epidêmicos no Rio de Janeiro, São Paulo e no Recife, as imagens e representações da pobreza urbana estão associadas “à questão da saúde e da necessidade de higienização das cidades” (VALLADARES, 1989, p. 84).

A autora explica que esse quadro eleva os médicos a posições proeminentes na administração pública, uma vez que eles se assumem como “instância especializada na produção de um saber destinado a viabilizar a higienização do espaço urbano” (Ibidem, p. 85). As políticas e ideias sobre a cidade, nesse período, são guiadas por concepções de higiene. As residências dos mais pobres, por isso, passam a ser motivo de preocupação sanitária, o que justifica as práticas de controle e intervenção.

Nessa perspectiva, a produção do conhecimento da medicina detém o poder para definir o que é o normal e o que não é (DAS & POOLE, 2008). A noção de biopoder (FOUCAULT, 1976) nos auxilia a compreender este formato que o poder assume: o saber médico fundamenta uma técnica de governo através da qual o poder político incide na vida de determinado segmento da população, regulando-a e disciplinando-a. Embora a medicina social estabeleça o que é higiênico e o que não é, o que se torna fundamental é perceber como o Estado, com suas formas de governo, intervém nos espaços definidos como patológicos — no caso em questão, os mocambos.

Em interlocução com as elaborações de Das e Poole (2008, p. 23), não é à toa que as mocambarias eram designadas como anti-higiênicas e primitivas. Para as autoras, a visão política que estrutura o Estado moderno o concebe como um “projeto sempre incompleto que deve ser constantemente enunciado e imaginado”. Isso é feito “invocando o selvagem, o vazio e o caos”, que está além dos limites do Estado e é visto como ameaça (doença, contaminação). Assim, para modernizar o Recife e sua administração, nas primeiras décadas do século XX, foi preciso apontar inimigos e obstáculos, com a finalidade de tornar os poderes estatal e de seus atores necessários e, dessa forma, consolidá-los. Os alagados e os mocambos eram publicamente designados como inimigos do progresso e da modernização.

Para Foucault (1979), tornar o Estado forte, rico, sólido e permanente, de maneira que nada possa destruí-lo, é resultado de uma forma de governo cujo princípio é a razão de Estado, uma espécie de racionalização do exercício do poder, fundamentada em conhecimentos técnico-científicos. Articulados ao racismo enquanto mecanismo de dominação — uma vez que os alagados e mocambos eram moradias, especialmente, de negros, mestiços e retirantes pobres —, a elite política do Recife estruturava, em preceitos modernos, a administração pública da cidade, reproduzindo valores e concepções colonialistas e monopolizando, dessa maneira, o acesso a recursos, às instituições e aos instrumentos de autoridade.

As políticas e ações da administração sob o discurso médico não se encerram na experiência de Octávio de Freitas. Em 1924, o governo estadual de Sérgio Lorêto criou a Fundação A Casa Operária, por meio do Departamento de Saúde e Assistência, cujo diretor foi o médico Amaury de Medeiros. A fundação foi um plano formulado por Medeiros, com o objetivo de “fundar vilas operárias em conformidade higiênica e estética para os trabalhadores” (FRANCISCO, 2013, p. 57). Amaury compreendia os mocambos como atraso e a fundação foi uma política pensada para combatê-los: “Para Medeiros, o mocambo era a prova da extrema pobreza que obstruía o desenvolvimento da cidade, um inimigo a ser combatido” (FRANCISCO, 2013, p. 80).

O principal investimento da Fundação, que teve suas atividades encerradas em 1926, foi a construção da vila operária Paz e Trabalho, na rua São Miguel, em Afogados. O plano desenhado por Medeiros construiu 144 unidades de casas de alvenaria, com cômodos arejados e iluminados, de acordo com as premissas higiênicas, saneadas e com acesso à água e luz elétrica. As residências se destinavam a um público atestadamente pobre e seriam obtidas mediante baixos aluguéis (BEZERRA, 1966; FRANCISCO, 2013). Lira (1989) afirma que o governo de Sérgio Lorêto, por meio da atuação de Amaury de Medeiros, investiu 100:000\$000 na edificação da vila em Afogados, valor conseguido graças a doações recolhidas pelo diretor de Saúde e Assistência, sob justificativa de uma grande enchente que ocorreu no Recife (GOMINHO, 1997, p. 61).

Ao observar os requisitos necessários para obtenção de tais moradias apresentados por Lira (1996), identificamos também o perfil normatizador da política de Amaury de Medeiros:

De partida, a família residente devia ser constituída legalmente e seus membros, alfabetizados; a Fundação zelaria pelos conjuntos, mas nenhum morador poderia reformar ou modificar o espaço interno de suas casas; deveriam ser caiadas de branco, as paredes, não podendo receber pregos para pendurar retratos, enfeites, roupas, sacolas ou outros objetos; cuspir no chão

ou criar animais estava terminantemente proibido; ao lado de todo um expediente de visitação e inspeção das moradias, de premiação dos melhores casos de obediência ao regulamento, a bebida alcoólica, as festas e palestras noturnas também eram abolidas. Alugada pelo Estado aos moradores, a habitação garantia o direito de impor um padrão de conduta novo já que as condutas tradicionais eram consideradas como perigosas (LIRA, 1996, p. 199 apud FRANCISCO, 2013, p. 81).

Além da Fundação A Casa Operária, outra tentativa do poder público de construção de habitações de alvenaria para substituir a paisagem dos mocambos se deu na gestão municipal de Lima Castro. Em 1920, a municipalidade construiu a vila do Arrayal, constituída por mais de 150 unidades²³. O recurso para edificação foi obtido via empréstimo autorizado por lei. Entretanto, em 1936, a empresa Mendes & Cia., que possuía a vila como garantia do empréstimo, a vendeu (FRANCISCO, 2013, p. 80; GOMINHO, 1997, p. 61).

Gilberto Freyre escreve posteriormente, na década de 1960, que a política de construção de casas de alvenaria se tratava de “soluções demagógicas, simplistas e cenográficas” (FREYRE, 1965 apud Bezerra, 1965, p. 10), posto que, em sua visão, a problemática de moradia nas cidades vincula-se ao desequilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a economia rural, do Nordeste brasileiro.

Não apenas demagógica e cenográfica, procurarei argumentar mais adiante que o projeto de casas de alvenaria e vilas é mais uma expressão estética do paradigma modernista que visa apaziguar tensões de classe e raciais. Em outras palavras, as casas de tijolo e caiadas são instrumentos do processo de embranquecimento das cidades brasileiras — livres da paisagem dos *mocambos-resistência*, moradias características dos quilombos, lugar da liberdade do negro escravizado.

Antes de aprofundar esse raciocínio, descrevo e apresento as características das primeiras tentativas de governo de construção de casas em substituição aos mocambos que chegaram ao Coque.

1.3 A Liga Social contra o Mocambo

Entre os anos de 1920 e 1940, as gestões municipais e da província intentaram políticas de intervenção urbana no sentido de extinguir as moradias de barro, madeira e palha. A construção de vilas, na prefeitura de Lima Castro, e a Fundação A Casa Operária, no governo Sérgio Lorêto, foram algumas delas. Entretanto, a que se sobressai neste período, e

²³ Os autores divergem quanto ao número de casas construídas. Zélia Gominho contabiliza 151 unidades, Thiago Francisco, 196.

que tem vinculação destacada na formação do Coque, foi a criação da Liga Social contra o Mocambo, em 1939.

A Liga Social contra o Mocambo (LSCM) foi fundada, em 12 de julho de 1939, pela gestão municipal de Antônio Novais Filho, sob o incentivo da interventoria estadonovista de Agamenon Magalhães. Institucionalmente, era uma sociedade civil subvencionada pela prefeitura do Recife, da qual faziam parte engenheiros, jornalistas, artistas, empresários do açúcar, comércio e indústria, além da municipalidade e do governo estadual, com a finalidade de “promover a extinção desse tipo de moradia e incentivar a construção de casas populares, dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição” (ESTATUTO da Liga Social contra o Mocambo *apud* GOMINHO, 1997, p. 62).

O período do Estado Novo, no Recife, é marcado por intervenções urbanas de caráter modernizador: obras de aterro, pavimentação, arborização, construção de larga avenida, no centro histórico, reforma de pontes e jardins e substituição da energia a gás pela elétrica na iluminação pública. Nesse contexto, a política da gestão municipal, de acordo com Gominho (1997), altera seu objetivo: descarta ações de embelezamento da cidade e prioriza aquelas de viés social, por meio da atuação da Diretoria de Reeducação e Assistência Social e da Liga Social contra o Mocambo. Com isso, o mocambo passa a ser foco e objeto de intervenção sistemática do Estado:

A mobilização contra os mocambos do Recife não é novidade do período do Estado Novo. Governos anteriores já tinham manifestado intenções e decretado medidas com o objetivo de extinguir a mocambaria da cidade, substituindo-a por vilas populares. Todavia, a vontade em eliminar a imagem africanizada da capital, nesse período, se revestiu de um conteúdo e sentido político antes não formulado, explicitamente nacionalista, patriótico, coletivista, reeducativo e arregimentador (GOMINHO, 1997, p. 61).

Em 1938, é criada, pelo decreto-lei estadual nº 182, de 17 de setembro, a Comissão Censitária do Mocambo. Era sua responsabilidade, em conjunto com a prefeitura, realizar um censo sobre esse tipo de moradia no Recife, aproximar-se do seu quantitativo e saber o perfil econômico e social dos habitantes, dos proprietários de mocambos e dos terrenos (BEZERRA, 1966; GOMINHO, 1997).

O diagnóstico da situação das mocambarias informava que, entre as construções, havia predominância do casebre de taipa coberto de palha e que seus moradores eram, em sua maioria, trabalhadores pobres como “lavadeiras, engomadeiras, empregadas de serviços domésticos e meretrizes” (GOMINHO, 1997, p. 68). Foram contabilizados mais de 45 mil mocambos no Recife (BEZERRA, 1966; PEREIRA, 2013). Prefeitura e governo estadual

buscavam viabilizar “um combate eficaz aos monstregos de palha e zinco que dia a dia mais se espalham pelo Recife” (OBSERVAÇÕES, 1939, pp. 7-8 *apud* BEZERRA, 1966, p. 43). A ação eficaz defendida oficialmente foi a construção de vilas “à base da propaganda política e [...] do forte poder de impressionar que o núcleo residencial, mais ou menos urbanizados, pintado, causa ao espectador” (BEZERRA, 1966, p. 48).

Para execução de tamanha empresa — derrubar mocambos e construir casas —, Agamenon Magalhães, interventor federal, arregimentava investidores e cobrava donativos entre industriais e comerciantes ricos de Pernambuco. A propaganda política aliava-se a estratégias de mobilização, com a finalidade de sensibilizar as classes ricas para o problema do mocambo. De acordo com Gominho (1997), a retórica da LSCM fundamentava-se na conciliação: tentava-se convencer a elite recifense de que a solução para retirar as indesejadas moradias do centro da cidade dependia da articulação de todas as camadas sociais. Com tal fim, apelava-se para princípios cristãos de caridade e para a ideia de dever patriótico.

Ao mesmo tempo, a Liga organizava comícios públicos, conhecidos como *meetings*, com o objetivo de divulgar sua missão e explicar, para a população, como os mocambos seriam derrubados, para dar lugar a casas de alvenaria. Os discursos e ações da campanha de combate aos mocambos provocaram excessos. Gominho (1997, p. 65) relata dois casebres incendiados, em 1938, na Vila São Miguel, em Afogados; mocambos destruídos pela população depois de um *meeting* e outros derrubados pela polícia.

A Liga Social contra o Mocambo, entre 1939 e 1944, se configurou como uma política social de habitação que articulou Estado, empresas e categorias profissionais organizadas na construção de vilas populares em substituição aos casebres. Foram beneficiados proprietários de terra, investidores da construção civil, Caixas de Aposentadorias e Pensões tanto do serviço público como da iniciativa privada. Os mais prejudicados foram os donos e moradores de mocambos. Aqueles construídos em áreas valorizadas da cidade foram demolidos, mais especificamente os localizados no bairro de Santo Antônio, na Avenida Cruz Cabugá, na Avenida Norte, Cabanga e na Avenida José Rufino (BEZERRA, 1966).

As medidas da municipalidade beneficiavam os proprietários de terra, pois garantiam que estes se livrassem dos mocambos levantados em seus terrenos. Além disso, recebiam indenizações caso doassem terras à Liga e obtinham facilidades para construção de casas em suas propriedades. A LSCM também previra isenções de impostos e vantagens a empresas construtoras que investissem na construção de vilas populares. Ademais, a ação contra os mocambos e a política de construção de casas de alvenaria articulava-se a uma política de habitação nacional, do governo Vargas, que financiava a aquisição de imóveis pelos

trabalhadores e permitia que parte dos recursos das Caixas de Aposentadorias fosse aplicada na construção de vilas operárias para seus associados, conforme portaria de outubro de 1935, do Ministério do Trabalho, e o decreto nº 1.797, de julho de 1937 (FOLHA DA MANHÃ, 1937, apud GOMINHO, 1997, p. 69).

Entre julho de 1939 e julho de 1944, de acordo com o Relatório da Liga Social contra o Mocambo (apud GOMINHO, 1997, p. 70) foram construídas, no Recife, 6.631 casas populares, a partir da articulação do Estado e iniciativa privada. Segundo Bezerra (1966, p. 48), em 1965, totalizavam-se 10.093 construções de alvenaria em vilas populares, o que correspondia a 22% dos mocambos de 1939. Em 1945, o decreto-lei estadual nº 1.118, de 15 de fevereiro, altera a natureza da Liga. Ela transforma-se em autarquia e é denominada Serviço Social contra o Mocambo.

A consequência direta da perseguição aos mocambos de áreas valorizadas do centro do Recife foi a ocupação e construção dessas moradias em outros espaços da cidade, como os morros da zona Norte, as regiões da zona Oeste e as ilhas próximas ao centro, como a de Joana Bezerra e do Maruim, por onde cruzava a linha férrea: “Em 1946, pagava-se de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 450,00 para construir mocambos clandestinos no *Cock*²⁴ (grifo nosso), em Forno do Lixo (Afogados), Formigão (Afogados), Mustardinha, Bongi, Morro do Arraial e Córrego do Bartolomeu” (DOPS, 1944-46 apud GOMINHO, 1997, p. 66). O Coque, portanto, se constrói nesse contexto de perseguição sistemática aos mocambos localizados em regiões centrais, a partir da atuação da Liga Social contra o Mocambo.

Embora fortalecida institucionalmente, nos anos 1960, a política de habitação, levada a cabo pelo SSCM, passa a enfrentar questões orçamentárias, uma vez que tem de arcar com um corpo de funcionários e lidar com o aumento do preço do material de construção. Bezerra (1965, p. 48) afirma que houve recuo na construção das vilas, devido às dificuldades de obter recursos, e decréscimo de demolições de mocambos nos alagados. Considerando o objetivo inicial da Liga Social contra o Mocambo, pode-se afirmar que a política falhou: em 1965, as mocambarias eram parte considerável da paisagem recifense. Daniel Bezerra (1965, p. 48) fala em cerca de 100 mil mocambos, na capital, neste ano.

Estas informações estão em *Alagados, mocambos e mocambeiros*, livro escrito pelo engenheiro Daniel Uchôa Bezerra, em 1965, que resultou de pesquisa solicitada ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, cuja sede localiza-se no Recife. O objetivo da investigação demonstra que os debates e preocupações com o problema social do mocambo

²⁴ Gominho se refere ao Coque com outra ortografia, que se relaciona com a origem, não consensual, do nome do bairro.

prossegiram na década de 1960. A pesquisa tinha como objeto “o problema dos mocambos nos alagados do Recife” (1965, p. 13) e, a partir da discussão de seus aspectos históricos, socioeconômicos, políticos e jurídicos, propor soluções e políticas de intervenção.

O livro, na verdade, resulta de relatório de pesquisa elaborado por dois grupos de trabalho, criados em 1960, pelo governo do presidente Jânio Quadros. De acordo com Bezerra, os grupos foram criados “com a finalidade de estudar, entre outros assuntos, os problemas ligados aos alagados, aos mocambos e à população que dentro ou em torno deles formam pequenos agrupamentos” (1965, p. 13). Da investigação, surgiram dois relatórios. Com a renúncia de Jânio Quadros, “vários planejamentos se perderam ou foram esquecidos ou esperaram oportunidades para se adaptarem a diretrizes das futuras administrações” (BEZERRA, 1965, p. 13). No entanto, um dos relatórios chegou às mãos de Gilberto Freyre, então presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que sugeriu sua publicação. Inclusive coube ao autor de *Sobrados e Mocambos* o prefácio do livro organizado por Daniel Bezerra.

O Coque não é objeto da investigação do grupo de pesquisa do Instituto Joaquim Nabuco, mas Daniel Bezerra faz referência à localidade, quando escreve os resultados da pesquisa socioeconômica realizada no Sítio dos Peixinhos, região de alagados localizada às margens do rio Beberibe. O engenheiro descreve a situação de pobreza, o nível socioeconômico dos habitantes de Peixinhos e faz a seguinte ponderação utilizando como exemplo o Coque:

A situação agrava-se mais em outras zonas alagadiças, onde proliferam mocambos mais primitivos e, conseqüentemente, habitam famílias de cultura mais rústica e mais miserável no sentido financeiro. É o caso do Chié, do Cais do Areal, do Coque, das Margens do Grande Canal, etc. (BEZERRA, 1965, p. 90).

Na década de 1970, o Serviço Social contra o Mocambo passa a intervir no Coque, não enquanto uma política habitacional, mas sim assistencialista. Em 1º de julho de 1972, notícia do *Diario de Pernambuco* informa que foi inaugurado, no Coque, um posto assistencial que ofereceria serviços médicos e odontológicos à população. A solenidade de inauguração do que funcionaria como uma espécie de Centro Comunitário, vinculado ao SSCM, contou com a presença da primeira-dama do Estado, Olga Gueiros Leite, e do presidente da autarquia, professor Potiguar Matos. O posto localizava-se na região da Pitangueira, no Coque.

Em setembro daquele ano, o jornal anuncia que o Serviço Social contra o Mocambo, em parceria com o governo estadual, construiu um pavilhão no centro comunitário, destinado a oferecer cursos profissionalizantes à comunidade e servir de espaço de “reuniões sociais”. O *Diário de Pernambuco*, mais uma vez, noticiou a presença da primeira-dama e de Potiguar Matos na inauguração. Dessa vez, o governador Eraldo Gueiros Leite, o secretário Assistente Fausto Freitas e o presidente do conselho do SSCM, Cristóvão Pedrosa da Fonseca, também estiveram presentes. As palavras do governador, reportadas pelo jornal, são significantes fundamentais para captar o sentido que o Estado, naquele período, depositava no território: “Todos nós estamos cientes que o Coque é uma ferida no coração do Recife; é um desafio que o Governo aceita com coragem e tentará com todas as suas forças cicatrizar o mal” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14 de setembro de 1972).

Em dezembro de 1972, Olga Gueiros retornaria ao Coque para entregar às crianças do bairro os presentes de Natal, arrecadados por sua equipe, composta de esposas de secretário de Estado do governo Eraldo Gueiros e outras damas da sociedade recifense. No centro comunitário do Coque, Olga entrega a Valdenice, uma menina que se equilibrava em muletas, uma boneca e um corte de tecido. O ato desperta lágrimas na primeira-dama (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15 de dezembro de 1972), que cede lugar ao governador e aos filhos, no ofício de entrega dos presentes.

Não podemos afirmar se é ingenuidade ou hipocrisia o comportamento complacente da primeira-dama. Desse episódio, é possível dizer que, tal qual observa Quijano (1972), uma das características da relação entre o Estado e o que o autor denomina “marginalizados” é o assistencialismo. Esta prática pode ser compreendida como uma técnica de governo elaborada à medida que o Estado atua como intermediador das relações de dominação entre as elites econômicas e os segmentos empobrecidos. Trata-se de uma prática dispensada para dirimir os efeitos das desigualdades sociais, assim como para bloquear os efeitos políticos da mobilização “da massa marginalizada”. Nas palavras do sociólogo peruano:

Esta estructura de asistencialismo, sobre la cual se carece de toda información sistemática hasta el momento, hace parte de las relaciones Estado-marginados que, como se señaló antes, son resultado tanto de las crecientes preocupaciones del resto de la sociedad y, en particular, de sus grupos dominantes, por los posibles efectos políticos del crecimiento de la masa marginada, así como del hecho de que la naturaleza indirecta de las relaciones de dominación económica entre dominadores y marginados, obliga al Estado a una conducta de intermediación entre esos grupos, para regular los efectos políticos de las desigualdades económicas dentro del sistema. (QUIJANO, 1972, p. 94)

Nesse ponto, podemos dialogar com Castells (1972, p. 79), quando ele diz que o Estado decide atuar nos espaços de concentração populacional e pobreza, na década de 1970, porque “[...] a concentração num mesmo espaço, de uma população com baixo nível de vida e uma taxa elevada de desemprego, é considerada ameaçadora, pois cria condições favoráveis à propaganda política ‘extremista’”. As práticas de urbanização desses territórios, no Recife, logo, têm viés regulador que visa atenuar as contradições sociais pulsantes: são regiões que, na década de 1970, apresentam baixos níveis de qualidade de vida, crescimento demográfico e mobilização política das massas populares.

Em 1973, o Serviço Social contra o Mocambo segue atuando no posto assistencial da Pitangueira do Coque, com serviços de biblioteca, ações de arte-educação e grupos de escoteiros. Este último, de acordo com Potiguar Matos, enseja um tipo de filosofia

que alia-se perfeitamente ao espírito de educação e preparo para a vida que o Governo do Estado, através da Secretaria Assistente, vem procurando desenvolver entre as crianças e jovens da comunidade do Coque. [...] garotos em fase de formação, como a maioria dos integrantes do grupo de 30, aprenderão a disciplinar-se, terão preparo para resolver situações de emergência, aulas de moral e cívica, bem como cursos e palestras que lhes propiciarão orientação sadia para toda a vida. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14 de novembro de 1973)

O trecho é exemplar da biopolítica acionada pelo Serviço Social contra o Mocambo dirigida às crianças e jovens da comunidade do Coque. Em um contexto de Estado de exceção, como em 1973 no Brasil dos militares, a pobreza urbana são “as margens” (DAS & POOLE, 2008) necessárias à legitimação do regime ditatorial, que elabora uma série de ações e políticas públicas para intervir na vida desses sujeitos. A assistência do Estado, seu lado provedor e do cuidado que se justifica pela “vulnerabilidade social em que vivem”, pauta-se na tutela e na disciplina: ideológica (“aulas de moral e cívica”) e do corpo-vida (“orientação sadia para toda a vida”).

1.4 Dos mocambos às casas de alvenaria

Efetivamente, a urbanização do Coque se deu na década de 1980, com a execução do Programa de Erradicação de Sub-habitações (Promorar)²⁵. No entanto, as ideias e os princípios que nortearam este programa foram sendo elaborados ao longo do tempo, como

²⁵ Mais uma vez, a razão de Estado, fundamentada, por conseguinte, no conhecimento técnico do urbanismo e da engenharia, concebe o que habitação e o que não é. O mocambo, conforme critérios de governo, é considerado sub-habitação e precisa ser erradicado.

procurei descrever, a partir de debates e proposições dos sujeitos autorizados a pensar a cidade — engenheiros, urbanistas e gestores públicos. O protagonismo do saber técnico e especializado desses profissionais havia sido construído desde o Estado Novo, quando Vargas, em 1933, regulamentou as profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo; e Agamenon Magalhães, em 1940, deu status aos engenheiros, também denominados “operários do progresso”, elevando seu salário de “800\$000 a 1:410\$000” (GOMINHO, 1997, p. 60).

Ao longo da década de 1970, os moradores do Coque reivindicavam soluções para conter as persistentes inundações do Rio Capibaribe, assim como equipamentos e serviços, como escolas e posto de saúde, água encanada e coleta de lixo. Os que ali construíram seus mocambos esperavam ser parte da cidade e acessar as instalações e atividades que o modo de vida urbano moderno possibilitava.

Assim, o processo de inserção do Coque no que é considerado cidade — ruas pavimentadas, saneadas, casas de tijolos, acesso à energia elétrica e à água e aos serviços públicos — se deu em dois momentos distintos: inicialmente, o Estado projetou para o Coque as políticas habitacionais *Casa-embrião* e *Mutirão*, ambas tiveram descontinuidade, com a finalização de gestões municipais. Posteriormente, o Estado passou a intervir no bairro mais diretamente, sob as diretrizes do Promorar.

As terras baixas da Joana Bezerra, ocupadas pela população do Coque, sofriam inundações sistemáticas das águas do Capibaribe. Especialmente no período de chuvas no Recife, entre junho e julho, o volume das águas do rio aumentava e a maré subia, alagando ruas e mocambos. Três episódios de enchentes são exemplares e motivadores do debate sobre a presença de famílias e moradias naquele espaço da cidade e sobre a habitabilidade dos mocambos. O *Diário de Pernambuco* noticia inundações em 14 e 15 de junho de 1966, em 21 e 22 de julho de 1970 e em julho de 1975. Os relatos dos moradores afirmam que, nessas ocasiões, se perdia todos os pertences, pois a água da maré invadia suas casas atingindo quase 2 metros de altura.

A de julho de 1975 é mais destacável na história do Coque, pois interferiu diretamente na vida de algumas famílias. O discurso oficial afirmava que era preciso retificar o rio Capibaribe, a fim de conter inundações. Para isso, era necessário alargar o rio e construir um “braço morto”, para onde a água da maré seguiria. Sob essa justificativa, o governo do Estado passou a negociar a desocupação da região da Pitangueira.

A família de Aderbal residia na área, em mocambo localizado atrás do Centro Comunitário. Em *Coque: Histórias da Terra*, ele narra que, aos 10 anos, presenciou reuniões

no espaço organizadas pelo governo, em que representantes propunham às famílias desocupar seus barracos em troca de casas de alvenaria construídas fora dali.

Eu me lembro que, quando começou esse negócio de enchente, teve que tirar. Aí fizeram o que com a gente? A gente ia para as reuniões. Vocês vão ganhar uma casa. E aí foi a negociação. Muita gente não quis receber, porque a casa era... mesmo sendo de tábuas, mas a casa era grande, tinha terreno enorme. Eles alegavam que a gente não pagava, não pagava imposto. Aí, meteram trator por cima. Quando chegou o dia que eles marcaram, veio o juiz, com a ordem de despejo [...] (COQUE, 2012).

Este depoimento evidencia os interesses comerciais e imobiliários no Coque. Não por acaso houve resistência da população à desocupação dos barracos. Para isso concorrem os discursos médicos, higienistas e jornalísticos que constroem uma imagem negativa e ameaçadora do Coque como um território que necessita ser transformado e controlado pelo Estado.

É nesta perspectiva que uma política habitacional foi criada na gestão do governador Francisco Moura Cavalcanti (1975-1979). O projeto Mutirão, como foi denominado, visou transferir famílias do Coque para bairros periféricos, como o Ibura, com a justificativa de retificação do rio Capibaribe e prevenção às enchentes do Recife. As notícias do *Diário de Pernambuco* sobre o Mutirão enfatizavam ideias higienistas, encadeadas por uma linguagem que representa o mangue como lugar inóspito e, os mocambos, como moradias infectas. O projeto viria garantir casas higiênicas, com acesso à água, luz e saneamento.

Em 26 de março de 1976, Moura Cavalcanti, ao lado de sua esposa, Margarida Cavalcanti, e do secretário do Trabalho e Ação Social, Joaquim Cavalcanti, acompanharam a saída de 50 famílias do Coque para as casas de alvenaria do Ibura, construídas pela Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (Cohab-PE), para o Mutirão²⁶. As casas de dois quartos custavam, mensalmente, Cr\$ 44,54 e as de três quartos, Cr\$ 55,80. O programa destacava que o pagamento dessa parcela era compatível com a renda das famílias.

Em 15 de julho do mesmo ano, mais 24 famílias deixaram a Pitangueira, no Coque. O *Diário Oficial do Estado de Pernambuco* reportava o fato destacando que o projeto mutirão “não é apenas um projeto habitacional, mas também um plano social visando a melhoria de famílias pobres” (15 de julho de 1976, p. 36). Discursos e práticas assistencialistas eram marcas dessa política: o Estado evidenciava a face do cuidado e intervinha na vida dos moradores pobres, ao prever que assistentes sociais da Secretaria de Trabalho e Ação Social, transmitissem às famílias beneficiadas com novas casas noções de higiene, saúde, vida

²⁶ “Moura assiste mudança de famílias do Coque para as casas do projeto Mutirão” é manchete de capa do *Diário Oficial do Estado de Pernambuco* (DOE, 26 de março de 1976).

comunitária e uso de eletrodomésticos. As ações estatais, nesse quadro, explicitam a hierarquia das classes e sujeitos, em que, às elites, cabe educar o povo e lhes ensinar o modo de vida correto e adequado.

Na mesma reportagem, ademais, são evidenciadas ideias e valores, a partir dos quais formulo a interpretação de que a casa de alvenaria faz parte de um ideal de embranquecimento da paisagem urbana do Recife. Na imagem abaixo, vemos duas mulheres. Uma delas carrega um objeto por cima da cabeça em direção a uma casa:

NOVAS FAMÍLIAS DO COQUE TROCAM MOCAMBOS POR CASAS DO “MUTIRÃO”



A mulata sobe do mocambo infecto para a casa limpa e acolhedora com a certeza de melhores dias. O cão de estimação parece saber que vai melhorar de vida

de palha ou madeira para casas de alvenaria, com energia elétrica, água encanada, sanitário, etc. E o mais importante: para suas casas próprias. Cada família vai pagar CR\$ 12.600,00 que correspondem ao valor do imóvel, em prestações mensais de Cr\$ 42,00, incluindo seguro.

PREPARO

Durante semanas, assistentes sociais da Secretaria do Trabalho e Ação Social transmitiram para as novas famílias do Iburá conhecimentos básicos de higiene, saúde, vida comunitária, uso de eletrodomésticos, etc. O Projeto Mutirão não é apenas um projeto habitacional, mas também um plano social visando a melhoria de famílias pobres.

Em cada núcleo do “Mutirão” existe um Centro Comunitário com:

Arquivo: Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_197607&pasta=Dia%2015>. Acesso em: 27 nov. 2018.

A legenda da foto é descreve: “A mulata sobe do mocambo infecto para a casa limpa e acolhedora com a certeza de melhores dias. O cão de estimação parece saber que vai melhorar de vida”. Utilizando um sujeito da miscigenação, “a mulata”, vinculada ao mocambo anti-higiênico, o discurso oficial exalta o Estado provedor e oblitera as contradições sociais e raciais da política de habitação formulada e executada.

No Brasil, a história aponta diferentes usos políticos e ideológicos da miscigenação, como instrumento tanto para o embranquecimento da população como para justificar uma suposta tolerância racial característica do povo brasileiro (o sistema explicativo de Gilberto Freyre acerca da identidade nacional é um exemplo). Na segunda metade do século XIX, uma política de Estado migratória impulsionava a vinda de trabalhadores estrangeiros, sob o entendimento de que essa força de trabalho, em contraposição a dos negros e indígenas, seria produtiva o suficiente para assegurar o desenvolvimento e modernização da nova nação. O que também embasava esse tipo de política eram as ideias do racismo científico propulsoras do entendimento de que o elemento estrangeiro produziria um tipo superior de sujeito, embranquecido, próximo ao europeu branco “civilizado”.

Conforme Carneiro (2005, p. 64), a miscigenação instituiu uma “hierarquia cromática e de fenótipos”, cuja base é o negro retinto e o topo o branco europeu, visto como o ideal humano. Para a autora,

[...] esse ideal de branqueamento não está abandonado, posto que está imposto ao imaginário social pela cultura dominante através da exibição permanente de seus símbolos, que expressam os seus sucessos materiais e simbólicos como demonstração de sua superioridade “natural”, cotejados sistematicamente com os símbolos de estigmatização da negritude, seu contraponto necessário. (CARNEIRO, 2005, p. 65)

É nesse sentido que destaco a política de construção de casas de alvenaria em substituição aos mocambos como “ideal de branqueamento” da paisagem da cidade, mediante as concepções do modernismo arquitetônico. Simultaneamente, a classificação dos sujeitos sob o critério de “raça” os distribui nos espaços e tipos de habitação da nova cidade que se modela. Devido à sua inferioridade, a eles lhes cabem, legitimamente, as regiões de alagados ou aquelas distantes do centro; as pequenas casas padronizadas de vilas, cobertas de cal; os conjuntos habitacionais, as políticas de semi-urbanização, etc. A *Liga Social contra o Mocambo*, a *Casa-embrião* e o *Mutirão* são apenas o início de uma política de urbanização e habitação que divide a população do Recife segundo critérios materiais (renda, propriedade) e simbólicos (cor da pele).

Em outras palavras, considerando que o racismo é elemento estruturante da hierarquia social, em sociedades de passado colonial e que o Estado moderno brasileiro, como nos lembra Florestan Fernandes (1970, p. 327), é atravessado pelas marcas dessa estratificação social, podemos afirmar que as políticas e ações estatais destinadas à ordenação do espaço urbano e construção de moradias expressam o racismo institucional, à medida que a casa de alvenaria, na situação histórico-social e nas políticas que descrevemos, é o instrumento do exercício do poder que visa o embranquecimento e a conciliação, mas que também impõe distâncias sócio-espaciais como as verificadas, atualmente, nas metrópoles brasileiras.

Com a modernização e racionalização da estrutura estatal, a construção de casas torna-se política de Estado, coordenadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e pelo Banco Nacional de Habitação. Dessa forma, distribui-se seu financiamento por faixas de renda, discriminando os espaços da cidade — áreas nobres, subúrbios, favelas, periferias. O critério economicista apenas vela uma estratificação social mais complexa, atravessada por distinções raciais e elitistas. Desta feita, a pobreza urbana confunde-se com a população preta e parda (como passa a denominar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), tendo o racismo como mecanismo justificador da desigualdade social (CARNEIRO, 2005).

À diferença da LSCM, o projeto Mutirão e a casa-embrião, institucionalmente, também serviam aos interesses orçamentários e financeiros do Estado. Elas se vinculavam à política habitacional do regime militar, que instituiu o Banco Nacional de Habitação e as Companhias de Habitação Popular (COHABs). Esse tipo de política, no Recife dos mocambos, dava ênfase ao objeto da casa de alvenaria e reforçava também a ideia de casa própria. A problemática central, no entanto, foi o processo de periferização que ensejou. A casa-embrião e o projeto Mutirão construíram vilas de casa em regiões distantes do centro do Recife, como o Ibura, Janga e Paratibe.

As famílias que residiam na Pitangueira, portanto, foram deslocadas para a periferia da cidade. Seus velhos mocambos foram demolidos, e a Empresa Urbana do Recife (URB) iniciou o processo de retificação e dragagem no Capibaribe, acrescentando um braço de maré para conter as águas do rio no período das chuvas.

Ao mesmo tempo, as articulações em torno da Pitangueira e os problemas que envolviam as inundações do Rio Capibaribe asseguraram certa capacidade de mobilização e reivindicação da comunidade do Coque frente à prefeitura e ao governo do Estado. Os movimentos de bairro e pró-democracia, no Recife, reforçavam o discurso da democratização do Estado e exigiam participação social, especialmente na tomada de decisões sobre os serviços urbanos. Uma nova gestão municipal se iniciava com o jovem Gustavo Krause, que levou ao Coque o presidente da República João Figueiredo. A partir de 1979, formula-se para a comunidade uma nova intervenção, vinculada à política de habitação do governo militar: o Promorar Coque. É dela que me aproximo no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – GOVERNO E DESENVOLVIMENTO NO PLANEJAMENTO URBANO DO RECIFE

Na elaboração do conceito de *governamentalidade*, Foucault (2013) discorre sobre a relação histórica entre governo, população e economia política. Para tanto, ele tem como fontes a literatura anti-maquível, especificamente o *Miroir Politique Contenant Diverses Manières de Gouverner*, de Guillaume de La Perrière, e as obras que La Mothe Le Vayer escreveu para o Delfim: um tratado de moral, um livro de economia e um tratado de política. Foucault argumenta, no texto, que a “arte de governo é precisamente a arte de exercer o poder segundo o modelo de economia” (2013, p. 281). Para dar sustentação à sua tese, ele descreve as transformações, na teoria política, que tiram foco da questão da soberania e o colocam no governo; que fazem ascender a população como “um dado, um campo de intervenção e objeto da técnica de governo” (2013, p. 291); e que elaboram a economia política “como ciência e como técnica de intervenção do governo” (2013, p. 291).

O autor afirma que a economia se inseriu na arte de governo, no século XVI. Até então, ela dizia respeito “à maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família” (2013, p. 281). A arte de governo, por outro lado, consolida-se, nos séculos XVI e XVII, com a elaboração da ideia de que o “Estado se governa segundo regras racionais que lhe são próprias” (2013, p. 282). Quando a soberania perdeu força enquanto base teórica da organização política e exercício do poder e a expansão demográfica fez emergir o problema da população; a arte de governo, fundamentada na razão de Estado, e a economia, centralizada no Estado e não na família, possibilitaram a conformação do Estado governamentalizado:

Foi através do desenvolvimento da ciência do governo que a economia pode centralizar-se em um certo nível de realidade que nós caracterizamos hoje como econômico; foi através do desenvolvimento desta ciência do governo que se pode isolar os problemas específicos da população; mas também se pode dizer que foi graças à percepção dos problemas específicos da população, graças ao isolamento deste nível de realidade, que chamamos economia, que o problema do governo pode enfim ser pensado, sistematizado e calculado fora do quadro jurídico da soberania. E a estatística, que no mercantilismo não havia mais podido funcionar a não ser no interior e em benefício de uma administração monárquica que também funcionava nos moldes da soberania, tornar-se-á o principal fator técnico, ou um dos principais fatores técnicos, deste desbloqueio (FOUCAULT, 1978, p. 288).

Segundo Foucault, os processos históricos que dão sentido ao governo, à população e à economia política, conformam, em conjunto, a partir do século XVIII, a era da

governamentalidade do Estado, a qual garantiu, até então, a sobrevivência dessa estrutura jurídico-administrativa e onde se dá as disputas políticas e as relações de dominação.

Tendo como premissas a leitura e conceituação de Foucault (2013, p. 291) acerca da *governamentalidade*, descrevo e analiso, neste capítulo, os planos de desenvolvimento, urbanização e habitação produzidos pelo Governo de Pernambuco e pela Prefeitura do Recife para o Coque. A *governamentalidade* tem como alvo a população e utiliza-se do saber elaborado pela economia política. Ela opera por meio de instituições, análises, procedimentos e táticas a partir das quais exerce poder. São estes elementos que procuro, neste capítulo, evidenciar na descrição do conteúdo dos documentos que examinei.

Na década de 1970, torna-se possível ao Estado de Pernambuco intervir nos espaços de pobreza urbana, já sob o formato de uma estrutura burocrática, constituída de pretensa racionalidade administrativa²⁷. Isso se expressa, por exemplo, com a elaboração dos planos de *desenvolvimento* da Região Metropolitana do Recife, de 1976 e 1981; com o plano diretor de Assentamentos Sociais para a População de Baixa Renda e os projetos de habitação e urbanização para essas localidades, como o Promorar Coque.

Desenvolvimento, nessas décadas, designa uma série de discursos, práticas e projetos políticos levados a cabo nos países latino-americanos. Segundo Aníbal Quijano (2000), o termo foi objeto de disputa, entre distintos interesses políticos, desde meados do século XX. Após a segunda guerra mundial, com a reconfiguração do padrão de poder capitalista resultante do fim de alguns processos de colonização na Ásia, África e Oceania e a formação de novos estados nacionais, estabelece-se um novo paradigma de conhecimento acerca da realidade social, em que a ideia de Estado-nação torna-se unidade de análise e categoria partir da qual são estudados os problemas socioeconômicos (QUIJANO, 2000, p. 43). Dessa nova concepção, de acordo com o autor, resultou uma “aspiração por desenvolvimento que se fez virtualmente universal” (2000, p. 43).

Na América Latina, duas elaborações teóricas se sobressaíam no debate acadêmico: a teoria da modernização, de origem norte-americana, vinculada ao estrutural-funcionalismo; e a teoria do imperialismo capitalista, vinculada ao materialismo histórico. A primeira atribuía à

²⁷ Esta nova configuração do Estado, que traduz seu efeito ordenador e regulador (DAS & POOLE, 2008), é viabilizada pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo dos militares, a partir de 1964, de investimentos públicos em infraestrutura, como rodovias e pontes, transporte e grandes empreendimentos, como hidrelétricas. Estes investimentos, por seu turno, foram possíveis graças ao grau de maturidade econômica que o Brasil alcançou após a política de substituição de importações, quando passou a produzir bens de capital (CARDOSO & FALETTO, 1970). No campo das políticas de moradia, o governo elabora e institui o Sistema Financeiro de Habitação.

cultura peso causal para explicar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento das nações²⁸. A teoria da modernização pôs em oposição as concepções moderno e tradicional, desenvolvido e subdesenvolvido. A teoria do imperialismo, por sua vez, explicava as diferenças entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas em virtude da situação de dependência estrutural entre as economias centrais e periféricas, estabelecida pelo capitalismo imperialista.

Posteriormente, Cardoso e Faletto (1970) propõem um caminho teórico intermediário. Os autores elaboram uma análise integrada do desenvolvimento, considerando as relações entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades da América Latina (nelas, entre elas e em relação aos países desenvolvidos). Na obra *Dependência e Desenvolvimento*, apresentam um conceito de dependência para explicar sociologicamente os processos econômicos e a suposta situação de “subdesenvolvimento” das economias latino-americanas, no contexto do capitalismo avançado (1970, pp. 16-37). A *teoria da dependência* desloca os esquemas estritamente econômicos de desenvolvimento, em voga na década de 1960, que atribuem, à dinamização do setor interno, o crescimento autossustentado. Nessas interpretações, estava subjacente a concepção de que reproduzir as práticas de modernização das economias industrializadas consistia no caminho do desenvolvimento.

Ao questionar a noção de *subdesenvolvimento* e o modelo teórico que sustentava que “as sociedades latino-americanas pertenceriam a um tipo estrutural denominado geralmente ‘sociedade tradicional’ e que se está produzindo a passagem a outro tipo de sociedade chamada ‘moderna’” (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 17), os autores desenharam uma abordagem do desenvolvimento — entendido, por seu turno, como processo social — que vincula variáveis econômicas e sociais e considera, na análise, as relações de poder entre grupos e classes sociais. Estes, por sua vez, têm “interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico” (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 22).

As teorias do desenvolvimento, desde a década de 1950, animavam os estudos e pesquisas da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), das Nações Unidas. Seus teóricos e técnicos participaram ativamente da formulação de *planos de desenvolvimento* no âmbito de governos latino-americanos. O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife (PDI/RMR) foi um deles. Produzido pela Fundação de Desenvolvimento da RMR (Fidem) em 1976, contou com assessoria *técnica* da Cepal, na figura do Dr. Rubén D. Utria (PERNAMBUCO, 1976, p. 5).

²⁸ Fundamentava-se, principalmente, na compreensão weberiana de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, cuja tese diz que a doutrina religiosa protestante, que valoriza o trabalho, o dinheiro e a ganância, foram os princípios que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo racionalizado moderno.

A concepção de desenvolvimento presente nos planos analisados projeta princípios e práticas que, em tese, se fossem implantados na forma de políticas públicas, impulsionariam o crescimento econômico da cidade do Recife e dos municípios circunvizinhos, que, em conjunto, formam uma região metropolitana.

As críticas de Aníbal Quijano às teorias do desenvolvimento acrescentam insumos à análise dos planos de desenvolvimento e projetos de urbanização que intervêm no Coque. Quijano (2000) recupera Wallerstein para afirmar que o que “se desenvolve” é um “padrão de poder”, e não um país ou uma região (uma determinada jurisdição sobre um território e seus habitantes), como pressupunham as teorias da modernização e do imperialismo.

Este padrão de poder que se desenvolve, por sua vez, é aquele que estrutura sociedades capitalistas, baseadas em relações sociais e de produção construídas sob o eixo capital-trabalho/mercadoria-fetiche. Historicamente, o capitalismo moderno enquanto “padrão de dominação, exploração e conflito” se constituiu com a formação da América, a partir do século XVI, no cenário do colonialismo.

Na interpretação de Quijano (2000, p. 47), foi o colonialismo que permitiu “a constituição da ideia de raça como instrumento universal de classificação social básica de toda população do planeta [...]”, classificação esta que “provou ser, até agora, o mais eficaz mecanismo de dominação dentro do poder mundial capitalista”.

Considerando as ideias de Foucault, de que a emergência da biopolítica insere o racismo nos mecanismos do Estado moderno, podemos pressupor que, com a estrutura do Estado de Pernambuco modernizada e racionalizada para atuar com vistas ao desenvolvimento e à provisão de recursos “às populações de baixa renda”; os planos e ações de habitação e urbanização formulados são atravessados por ideias e princípios que hierarquizam os sujeitos também racialmente. Nesse raciocínio, a estratificação sócio-espacial de uma cidade brasileira como Recife é marcada não apenas por fatores materiais, como a faixa de renda e acesso a bens, mas também por fatores simbólicos como raça/cor. Trata-se, em certa medida, de uma continuidade das ações anti-mocambos. Tendo isso em conta, analiso os documentos de planejamento.

Do ponto de vista da *governamentalidade*, as orientações formuladas nos planos de desenvolvimento, que funcionam como pressupostos para os planos de urbanização destinados às áreas pobreza urbana do Recife, impõem aos sujeitos da pobreza formas e meios de vivenciar a cidade — onde residem, onde trabalham, como se locomovem e quais serviços de saúde, educação e lazer acessam, etc. O espaço urbano, nos projetos elaborados pela Fundação de Desenvolvimento da RMR e pela Empresa de Urbanização do Recife, é

esquadrinhado e discriminado, em termos materiais e simbólicos, entre as classes sociais²⁹. Os planos de desenvolvimento e projetos de urbanização, portanto, configuram-se como tecnologias de dominação do poder institucional baseadas na razão de Estado, que têm a Economia Política como saber especializado e a população “das margens” como alvo. Isso também se verifica na formulação das políticas habitacionais elaboradas, em âmbito federal, a partir de 1968. O governo ditatorial dos militares instituiu um sistema financeiro, centrado em um banco público, com a finalidade de financiar imóveis para população, segundo faixas de renda. As ações públicas estaduais e federais estavam articuladas, notadamente.

Podemos afirmar que, nas décadas de 1970 e 1980, os processos políticos e econômicos que transformaram o Estado brasileiro permitiram a formulação de práticas e ideias de intervenção sistemática na pobreza urbana do Recife. As expectativas da elite política pernambucana de combater as mocambarias e modernizar a capital assumiram novas configurações, associadas, agora, à tecnocracia do governo dos militares e à ideologia desenvolvimentista³⁰.

Por outro lado, as necessidades básicas historicamente pautadas pela população pobre do Recife, especialmente relacionadas às condições de moradia e ao cotidiano na cidade, deram legitimidade às táticas de governo produzidas pelo Estado de Pernambuco e pela Prefeitura do Recife, que geraram tensões entre atores e transformações espaciais concretas no Coque e na vida de seus moradores.

Na interpretação elaborada por Foucault (2013, p. 289-290), para conseguir governar, o Estado precisa levar em consideração nas suas observações os desejos da população. Esta, na atuação do Estado governamentalizado, pode ser compreendida como fim, objeto de

²⁹ O conflito de classes se dá no espaço urbano, à medida que este é planejado nos projetos de urbanização, confeccionados pelas instâncias estatais, seguindo decisões tomadas sob critérios políticos e econômicos, sobretudo. Nesse caso, compreendo classe social no âmbito da sua dinâmica de disputa de poder, interesses e recursos escassos entre grupos e atores sociais, historicamente situados. Ademais, a categoria analítica é aqui utilizada não apenas segundo viés economicista, mas também sociocultural, considerando a socialização, representações, hábitos e disposições dos sujeitos (consumo, comportamento, desejos, formação, etc.) de determinado grupo. Segundo Bourdieu (2013), a teorização sobre classes sociais deve ir além da oposição entre leituras objetivistas e subjetivistas. Assim, “os grupos sociais, e notadamente as classes sociais, existem de algum modo duas vezes, e isso antes mesmo de qualquer intervenção do olhar científico: na objetividade de primeira ordem, aquela registrada pela distribuição das propriedades materiais; e na objetividade de segunda ordem, aquela das classificações e das representações contrastantes que são produzidas pelos agentes na base de um conhecimento prático das distribuições tal como se manifestam nos estilos de vida” (BOURDIEU, 2013, p. 111). A disputa e contradições de interesses entre classes sociais, na cidade, pressupõem relações de poder assimétricas. No processo de urbanização do Coque, os órgãos estatais governamentalizados têm a legitimidade para intervir no traçado do espaço e na vida dos moradores, sobrepujando suas expectativas e desejos.

³⁰ Em Pernambuco, a estratégia de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife fundamentou-se na construção do Complexo Industrial Portuário de Suape, cuja pedra fundamental foi lançada, em 1974, pelo governo de Eraldo Gueiros. O princípio da construção foi modernizar “a vocação histórica” do Recife como cidade portuária, centrada na rentabilidade da produção e comércio de produtos.

governo e sujeito de necessidades. Singh (2016, p. 59) compreende a população como uma “nova forma de transcendência secularizada”, uma vez que o conceito é “potencialmente imanente a todos, mas a ninguém particularmente”. É nesse aspecto que o Estado racionalizado governa sob a forma de biopoder, uma vez que o bem-estar da população “torna-se uma realidade economicamente quantificável e um campo técnico de intervenção” (SINGH, 2015, p. 60). Esses aspectos de instrumentalização da população se verificam, por exemplo, no nome do documento, produzido pelo governo de Pernambuco sobre a pobreza urbana, que é fonte de nossa pesquisa: *Plano Diretor de Assentamentos Sociais para a População de Baixa Renda* (1979). Nele, são traçados mecanismos e procedimentos de como o governo de Pernambuco e seus órgãos técnicos devem intervir nos espaços pobres da Região Metropolitana do Recife. Esses mecanismos e procedimentos, por seu turno, são elaborados em conformidade com um conhecimento especializado, econômico, sobretudo, que responde aos paradigmas em voga na época, como os modelos teóricos de desenvolvimento propostos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

2.1 A política habitacional do regime militar: o Banco Nacional de Habitação e os programas de moradia para baixa renda

Em 18 de outubro de 1979, o presidente João Figueiredo desembarcou, pela manhã, no Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife, acompanhado de onze ministros de seu governo, senadores e deputados federais pernambucanos. Foi recebido pelo governador de Pernambuco, Marco Maciel, pelo vice-governador Roberto Magalhães Melo e pelo prefeito do Recife, Gustavo Krause. A comitiva seguiu inicialmente para o município de São Lourenço da Mata, a 20 quilômetros do Recife, onde Figueiredo visitou o Engenho São João e dialogou com camponeses. Ao retornar para a capital, Figueiredo, acompanhado de Marco Maciel e Gustavo Krause, visitou o Coque — “o bairro dos miseráveis do Recife”, como descreve notícia do *Diário de Pernambuco*, em 19 de setembro de 1976, e “um dos bairros mais pobres e infectos” da cidade, segundo notícia de 20 de dezembro de 1978.

Em palanque montado no meio das casas de tábuas e zinco, João Figueiredo anunciou que “a terra do Coque pertence àqueles que nela moram” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 19 de outubro de 1979). Este é o marco de uma narrativa que se inicia e desenvolve mediante a promessa presidencial de que a posse da terra — alagada pela maré e

coberta pelo manguezal, que fora aterrada ao longo de 50 anos por migrantes e na qual seus mocambos foram erguidos — pertenceria formalmente a eles.

O discurso de Figueiredo se ancorava nas propostas de ordenamento espacial e zoneamento da Região Metropolitana do Recife (RMR), incluídas no Plano de Desenvolvimento Integrado, de 1976, e nas intervenções propostas pelo Plano Diretor nos *Assentamentos Sociais para População de Baixa Renda*, elaborados pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem), vinculada à Secretaria de Planejamento do Governo de Pernambuco. Tais documentos consideram, entre suas diretrizes e propostas de execução, questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e à regularização fundiária.

Esta última já havia sido apontada por Daniel Bezerra, em *Alagados, Mocambos e Mocambeiros* (1965), como imprescindível para resolução dos problemas habitacionais na cidade do Recife. Bezerra reconhece que, para urbanizar as regiões de mocambos, era necessário regularizar os terrenos dos alagados, de acordo com a legislação vigente.

As zonas de alagados caracterizam-se, juridicamente, como terrenos de marinha. Estes se incluem entre os bens imóveis da União e são regidos pelo decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. No artigo 2º e 3º do decreto, conceitua-se:

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

- a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;
- b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos dêste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

Art. 3º São terrenos acrescidos de marinha os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha (BRASIL, 1946).

A demarcação dos terrenos de marinha é da competência do Serviço do Patrimônio da União (SPU), vinculado, em fins da década de 1970, ao Ministério da Fazenda. Conforme o decreto-lei, no artigo 64, “os bens imóveis podem ser alugados, aforados ou cedidos” (BRASIL, 1946). De acordo com as informações da Delegacia do Patrimônio da União, em Pernambuco, levantadas por Daniel Bezerra; até 1965, um pequeno número de terrenos estava

regularmente aforados. A maior parte dos contratos de aforamento estavam caducos (BEZERRA, 1966, p. 55).

Concretamente, o processo de regularização de posse dos terrenos do Coque tem início em 12 de julho de 1979, quando a prefeitura do Recife encaminhou ofício para o Ministério da Fazenda solicitando o aforamento ao município de 58,2 hectares da Ilha Joana Bezerra que pertenciam à União, por se tratarem de terreno de marinha. Em 20 de setembro de 1979, por meio de portaria, a Fazenda autorizou o contrato de cessão, que transferia o domínio de área útil da terra para a prefeitura do Recife. Esta deveria, então, urbanizá-la e transferir o título de posse da terra à população.

A visita de João Figueiredo reelaborou, portanto, os desejos de futuro da população do Coque. O presidente que tinha aversão ao cheiro do povo aceitou adentrar a lama negra da cidade anfíbia, lhes dizendo que a terra do alagado, que eles mesmos aterraram, lhes pertenceria.

Em solenidade no Salão das Bandeiras do Palácio do Campo das Princesas, onde despacha o governador de Pernambuco, o presidente Figueiredo assinou 20 convênios com o Estado. Destes, dois convênios assinados envolviam intervenções no Coque: um protocolo entre o Ministério do Interior, o governo e a prefeitura, para execução do Projeto Recife, que compreendia a recuperação de mocambos, construção de moradias para as populações de baixa renda, recuperação e urbanização de áreas alagadas e a revitalização do rio Capibaribe³¹; e um convênio entre o Ministério do Interior, o governo de Pernambuco e o Banco Nacional de Habitação (BNH), no valor de 42 milhões de cruzeiros, para construção de 270 mil casas populares em todo o Estado. O projeto Recife integrava uma política nacional de habitação, o Programa de Erradicação de Sub-habitações (Promorar).

O cerne das políticas para resolução do problema habitacional era a construção de casas populares, tal qual as iniciativas públicas que descrevi no primeiro capítulo. No âmbito federal, em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), que institucionalizou uma política destinada à construção de moradias para as classes de baixa renda (AZEVEDO, 1988, p. 108). Quando concebida, a FCP possuía autonomia operacional, com controle de recursos próprios; mas, na prática, dependia do orçamento federal e de recursos arrecadados, pelos Estados, de impostos sobre transmissão de imóveis. Com essa verba disponível — e subsídios indiretos como taxa de juros baixa, financiamento de longo prazo, construção em terrenos doados pelas prefeituras —, a fundação visava construir casas de valor reduzido e ampliar o acesso da pobreza urbana à habitação.

³¹ Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 19 de outubro de 1979.

A política não foi bem-sucedida, por razões econômicas e sociais. A Fundação da Casa Popular não possuía “mecanismos de receitas constantes” nem “mecanismos que permitissem maior recuperação do capital investido” (AZEVEDO, 1988, p.108-109). Tentou-se reformar a política garantindo fontes estáveis e formas de dirimir a perda do capital investido. Mas a Fundação ainda apresentava problemáticas relativas a práticas personalistas: havia distorções no processo de seleção das famílias que seriam beneficiadas pelas moradias populares. Segundo Azevedo (1988), eram privilegiados aqueles que conheciam alguém na estrutura burocrática. Além disso, havia ingerência de autoridades do governo federal na direção da FCP, que procuravam influenciar decisões a respeito de quanto e onde investir em casas populares, de maneira a estabelecer relações com clientelas políticas nos Estados.

Descrevo as características de funcionamento da FCP, pois a estrutura dessa política e seus desafios foram levados em consideração na formulação da política habitacional do regime militar instalado em 1964, que teve como iniciativa propulsora o Banco Nacional de Habitação. Para Azevedo (1988), a Fundação da Casa Popular e o BNH coincidem nas motivações que levaram à sua criação: “meio de garantir ao governo maior respaldo popular através do discurso de acesso à casa própria” (1988, p. 108). Em que pese as boas intenções, financiar a casa própria à massa urbana de trabalhadores e miseráveis gerava dividendos políticos.

O BNH inaugura, no discurso oficial, a ideia da casa própria. A moradia, neste contexto, é necessidade básica de grande parte da população das cidades brasileiras que se urbanizam e apresentam considerável crescimento demográfico. Assim, é questão social que se transforma em um dos principais instrumentos de governo do Estado ditatorial em relação à pobreza urbana. Neste momento, ela não é somente a casa de alvenaria em oposição ao mocambo, cuja aparência consubstanciava o argumento de degradação da paisagem da cidade. A nova adjetivação, casa “própria”, se opunha à situação de aluguel, também penosa aos rendimentos de trabalhadores sub-empregados no setor de serviços. A casa própria, enquanto representação socialmente construída e compartilhada, configura-se como técnica de governo.

Se a “arte de governo é precisamente a arte de exercer o poder segundo o modelo de economia” (2013, p. 281), como diz Foucault, isso se mostra na constituição de um sistema financeiro de habitação, que gera receitas (materiais, mas também simbólicas) ao Estado, mediante seu lado provedor. Sua face do cuidado e assistencial, nesta situação histórico-social, é utilizada pelos atores políticos com o objetivo de assegurar prestígio e reconhecimento, em um contexto de reestruturação jurídica (Lei da Anistia, pluripartidarismo,

etc.) do Estado instituído em 1964. Assim, a política habitacional do regime militar produz e reproduz poder.

Em publicidade do governo de Pernambuco, na gestão de Marco Maciel, veiculada no jornal *Diário de Pernambuco*, em 30 de novembro de 1980, verifica-se o discurso da casa própria e a imagem instrumentalizada da pobreza urbana do Recife. O *slogan* afirma “Milhares de pessoas, em Pernambuco, sonham com a casa própria” (PERNAMBUCO, 1980). Seguido do texto: “Sonham. E acordam no Coque, na Ilha do Maruim, na Joana Bezerra, no Planeta dos Macacos. Num mocambo, num quarto alugado. Num abrir e fechar de olhos, reajuste de aluguel, fim de contrato, ação de despejo” (PERNAMBUCO, 1980). Nessa produção de sentido, o Coque se opõe ao sonho de se ter uma casa; vincula-se a uma realidade concreta e desagradável que ninguém deseja para si. O nome do bairro é associado a um espaço onde não se deve viver e residir, ou onde se vive com dificuldades, sujeito ao despejo; ou um lugar onde se vive contra a vontade. O discurso oficial do Estado, neste caso, se pretende enunciar até mesmo os desejos da população do Coque. Verifica-se, assim, a funcionalidade ordenadora do Estado, como salientam Das & Poole (2008), que incide especialmente nas margens.

Na sequência, a propaganda faz uma vinculação apelativa entre arrecadação fiscal e implementação das políticas de moradia para a pobreza urbana:

Tome nota: no preço de tudo o que você compra já está incluído o imposto. E é com o dinheiro do imposto que o Governo constrói. Pernambuco realiza o maior projeto habitacional de sua história: cem mil casas estão sendo construídas, para concretizar o sonho de quinhentos mil pernambucanos. Para que acordem numa casa própria. Pedir a nota fiscal é um gesto simples. Que vai mudar a vida da gente. (PERNAMBUCO, 1980)

Milhares de pessoas, em Pernambuco, sonham com a casa própria.



Sonham.

E acordam no Coque, na Ilha do Maruim, na Joana Bezerra, no Planeta dos Macacos. Num mocambo. Num quarto alugado. Num abrir e fechar de olhos, reajuste de aluguel, fim de contrato, ação de despejo. Tome nota: no preço de tudo o que você compra já está incluído o imposto. E é com o dinheiro do imposto que o Governo constrói. Pernambuco realiza o maior projeto habitacional de sua história: cem mil casas estão sendo construídas, para concretizar o sonho de quinhentos mil pernambucanos. Para que acordem numa casa própria. Pedir a nota fiscal é um gesto simples; muito simples. Que vai mudar a vida da gente.

Participe. Peça a nota

Governo
MARCO MACIEL
Desenvolvimento
com participação

Arquivo: *Diário de Pernambuco*, 30 de novembro de 1980. Acervo: Coleção Coque Vivo, 2009.

O contexto de descaso e vulnerabilidade em que vive essa população transforma-se em argumento de um esquema interpretativo forjado nas instâncias oficiais. Com ele, o Estado visa controlar o registro fiscal e assegurar o recolhimento de tributos sobre o consumo. Uma vez que arrecadação de impostos é o que garante a existência concreta da estrutura jurídico-administrativa; para existir, o governo precisa, então, enunciar “as margens” (DAS & POOLE, 2008), os espaços da desordem onde ele precisa intervir (“construir casas” e “realizar sonhos”, na linguagem publicitária).

A publicidade oficial, dessa forma, insere o Estado como ator necessário, que tem a finalidade de transformar vidas; e representa o Coque como lugar legítimo desta intervenção.

2.1.1 O Sistema Financeiro de Habitação

Para compreender a urbanização realizada no Coque, é relevante contextualizar a que formulação de política pública a prefeitura de Gustavo Krause, no Recife, respondia com a execução do Promorar. Por isso, a seguir, procuro descrever com alguns detalhes e auxílio de Azevedo e Andrade (1982), Azevedo (1988), Souza (1998), Bonduki (2008) e Martins (2016) as características de implementação da política habitacional criada em 1964, sob governo do regime militar.

Delinear os procedimentos e mecanismos dessa ação de governo é uma forma de demonstrar o exercício do poder do Estado governamentalizado, que usa a economia política “como ciência e como técnica de intervenção do governo” (FOUCAULT, 2013, p. 291). A habitação para a população pobre transforma-se, assim, em objeto de um robusto sistema financeiro, que envolve Estado e mercado imobiliário. Conforme argumentamos a seguir, o SFH, atrelado a outras medidas de governo, contribuiu para aumentar a concentração de renda, as distâncias sociais, para os processos de semi-urbanização e de periferização nas capitais brasileiras.

O Banco Nacional de Habitação (BNH)³² foi criado pela lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que instituiu também “a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria [...]” e criou as “[...] Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo” (BRASIL, 1964).

Sua formulação esteve atrelada, em certa medida, à política habitacional do Estado da Guanabara, mais especificamente às ações da Secretaria de Serviços Sociais, comandada pela deputada estadual eleita, em 1960, Sandra Cavalcanti, que fora convidada pelo governador Carlos Lacerda a assumir a pasta (MARTINS, 2016, pp. 1-10). Em 1962, a secretária de Serviços Sociais cria, no Estado da Guanabara, a Companhia de Habitação Popular (COHAB), com o objetivo de atuar na remoção de favelas da cidade do Rio de Janeiro e construir casas populares.

Com a instauração do regime militar em 1964, exaltado por Cavalcanti como “revolução”, a secretária encaminhou para o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco uma carta, sugerindo correlação entre a solução dos problemas de moradia nas cidades brasileiras e a adesão das massas urbanas ao governo ditatorial instituído naquele ano.

³² O BNH é criado como autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. Em 1971, a lei nº 5.762 transforma-o em empresa pública. Ele torna-se banco de segunda linha, articulando-se com agentes promotores para os quais repassa a operacionalização dos créditos imobiliários.

Prezado amigo Presidente Castelo,

Aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à campanha presidencial do Carlos, mas nós achamos que a Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuar de forma amenizadora e balsâmica sobre as suas feridas cívicas (Sandra Calvalcanti, 18 de abril de 1964 apud DE SOUZA, 1974, p. 157).

No mesmo documento, conforme Martins (2016), Sandra Cavalcanti aconselha a estruturação de um sistema financeiro, sobre o qual a política habitacional seria implementada:

[...] acho imprescindível que o Plano de Habitação repouse sobre um Sistema Financeiro. Minha experiência na Guanabara me autoriza a garantir que as dificuldades do mercado que quer morar residem em dois itens: 1) não há oferta bastante de moradias. 2) Não há interesse de investidores em construir para alugar. Tudo isso por causa da inflação (Sandra Calvalcanti, 18 de abril de 1964 apud DE SOUZA, 1974, p. 157).

Em 1964, o SFH é instituído pela lei nº 4.380/1964, e Castello Branco nomeia Cavalcanti presidente do Banco Nacional de Habitação. Sua gestão dura pouco, até 1965. É demitida após rompimento de Lacerda com o regime.

Considerando as afirmações de Sandra na carta, pode-se inferir, tal qual faz Bonduki (2008), que uma das motivações por trás da concepção do BNH era garantir legitimidade social ao governo militar. Mas também, associado a isso estava a possibilidade de articular um problema social com o modelo de crescimento econômico do Estado brasileiro implementado pelos militares.

A implantação do Sistema Financeiro de Habitação se deu entre os anos de 1964 e 1967. Os recursos do sistema eram provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)³³ — concebido em 1966 pelo ministro do Planejamento Roberto Campos e vigente a partir de 1º de janeiro de 1967 — e da poupança voluntária, via caderneta de poupança e letra de câmbio.

³³ O FGTS é uma conta vinculada ao contrato de trabalho. Mensalmente, o empregador deposita na conta-corrente, cujo titular é o empregado, 8% do salário do trabalhador. Até 1988, a opção pelo FGTS era facultativa. “Agora, mais de 8% do seu salário, conquistados a cada mês de trabalho, estão depositados em uma conta bancária no seu nome, rendendo juros e crescendo com a correção monetária. Se ele sair do emprego para um melhor não vai perder os anos de trabalho. Sua conta continua a aumentar e vai servir de suporte para quando ele casar, ficar desempregado, adoecer ou para comprar sua casa própria com a ajuda do Governo, através do Plano Nacional de Habitação do BNH”, dizia a propaganda oficial do governo central (*Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego*. Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>>. Acesso em: 19 out. 2018.)

O BNH realizava a gestão do FGTS. Assim, o SFH era encabeçado pelo banco, que se articulava a uma rede de agentes públicos e privados, para servir ao mercado imobiliário. Segundo Azevedo (1988, p. 110), “o mercado imobiliário foi estratificado segundo níveis de renda dos mutuários (popular, econômico e médio), cada qual sob a responsabilidade de um agente promotor e com legislação específica”.

No que se relaciona ao mercado popular — compreendido na faixa de renda mensal de um a três salários-mínimos —, as companhias de habitação (COHABs) eram suas agências promotoras. Elas funcionavam como sociedades de economia mista, cujas ações eram abertas à participação privada. Os Estados ou municípios deveriam deter seu controle acionário. O mercado econômico tinha como agentes cooperativas, hipotecas e entidades assistenciais; e o mercado médio, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Material de Construção (Recon). De acordo com Bonduki (2008, p. 73), “[...] nos 22 anos de funcionamento do BNH, o SFH financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 milhões com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média”.

A construção de casas populares estruturava-se no seguinte fluxo: as COHABs formulavam os programas e projetos de construção, que eram aprovados pelo BNH. O banco realizava o repasse de recursos para as companhias habitacionais dos Estados, que contratavam empresas de construção civil, por meio de licitações públicas, para execução das obras dos conjuntos habitacionais e vila de casas. Às prefeituras, caberia investir na urbanização dos terrenos, em obras de arruamento e implementação do sistema de abastecimento d’água e rede de esgoto. As companhias de habitação também deveriam fiscalizar o trabalho das empreiteiras e repassar, parceladamente, o dinheiro das obras.

Azevedo e Andrade (1982, p. 72-74) descrevem que, entre 1964 e 1969, 40% das habitações financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação destinaram-se ao mercado popular. Mas, apesar dos subsídios e da linha de crédito especial a baixas taxas de juros³⁴, o fenômeno da inadimplência tomou corpo neste setor, prejudicando o desempenho das COHABs. “[...] nesse período, cerca de 60% dos mutuários apresentavam atrasos em suas prestações, e aproximadamente 30% encontravam-se em situação de insolvência, com mais de três prestações atrasadas conforme dados do próprio BNH” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 73). Os autores atribuem à “débil e precária situação financeira da clientela” a causa do não pagamento e atraso das prestações do imóvel. Muitos beneficiados alegavam dificuldades

³⁴ Para compreender os detalhes financeiros da linha de crédito especial destinada ao mercado popular, operacionalizado pelas COHABs, ver Azevedo (1988, pp. 111-112).

financeiras, que os impossibilitavam de cumprir com as prestações³⁵. O fenômeno da inadimplência levou a um quadro de crise das COHABs e redução de financiamento de imóveis para o mercado popular, entre 1970 e 1974.

O atraso no pagamento das prestações dos imóveis financiados, no mercado popular, associava-se também à perda da capacidade de compra do salário-mínimo (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 75) na primeira década do regime militar, a qual foi reflexo da política salarial³⁶ restritiva, imposta pelos militares, que interveio nos preços do mercado de trabalho. Conforme Souza,

em 1964 e 1965 foram introduzidas, no setor público e depois no privado, regras de reajuste impositivas para o salário mínimo e para as negociações coletivas. Por lei, os dissídios e convenções só seriam homologados se estivessem de acordo com os parâmetros oficiais de reajuste. As sentenças da Justiça do Trabalho também deveriam estar em conformidade com as regras [...] os salários deveriam ser reajustados anualmente de forma a restabelecer o salário médio real dos 24 meses anteriores, acrescido da taxa de aumento da produtividade e de metade da inflação prevista para o ano seguinte (resíduo inflacionário). Na prática, todos os três elementos contribuíram ao menos temporariamente para o arrocho salarial [...] (SOUZA, 2016, p. 293).

A consequência foi uma queda de 30% no salário-mínimo real, nos primeiros 10 anos de ditadura. A política salarial, especialmente, além das reformas tributárias e financeira — apesar dos avanços — favoreceram a concentração de renda, no período, e produziram “efeitos distributivos favoráveis aos mais ricos” (SOUZA, 2016, p. 294)³⁷. Para Souza (2016), o FGTS, por exemplo, que funcionava como um mecanismo de poupança forçada cujos recursos destinavam-se ao crédito imobiliário:

exemplifica o efeito distributivo de muitos desses mecanismos. Criado em 1966, ele substituiu o direito à estabilidade para os trabalhadores formais urbanos há mais de dez anos no mesmo emprego. Ao facilitar a rotatividade da mão de obra, o FGTS foi vantajoso para os empregadores, possibilitando a estratégia de demitir funcionários logo antes dos dissídios coletivos para recontratá-los depois sem conceder os reajustes (FAUSTO, 1995; VIANNA, 1999). Os recursos do fundo, por sua vez, eram direcionados para os financiamentos subsidiados do Sistema Financeiro de Habitação, que beneficiaram mais as classes média e alta (SANTOS, 1999, p. 17). (SOUZA, 2016, p. 296).

³⁵ Para compreender o quadro econômico-financeiro que levou à inadimplência dos mutuários com rendimentos entre 1 e 3 salários-mínimos, ver Azevedo e Andrade (1982, pp. 73-74).

³⁶ O arrocho salarial também provocou distribuição de renda em favor da classe média alta, uma vez que a diminuição dos salários reduziu os gastos com a folha de pagamentos, o que levou empregadores a aumentar a remuneração de assalariados com qualificação, demanda especialmente existente na indústria que importava tecnologia (AZEVEDO & ANDRADE, 1982).

³⁷ Souza (2016) faz um excelente trabalho sobre a história da desigualdade de renda no Brasil, evidenciando a concentração de renda “no topo”, entre os mais ricos, a partir de tabulações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF).

Mesmo o Sistema Financeiro de Habitação e a criação do BNH garantindo efeitos de crescimento na economia do País — estímulo à poupança, absorção de mão de obra não qualificada no mercado de trabalho, expansão e fortalecimento das empresas de construção civil³⁸, de incorporação, agências imobiliárias e escritórios de arquitetura (AZEVEDO, 1988, p. 109) —, seu objetivo social não foi efetivo, já que uma parcela considerável da pobreza urbana não acessava a política. A política habitacional foi financeirizada e o mercado imobiliário estratificado, sem contemplar as massas urbanas empobrecidas.

A abertura “lenta, gradual e segura” do regime ditatorial, operada pelo governo Geisel, trouxe reformulação de políticas que vinham sido implementadas. Havia o questionamento da legitimidade do governo dos militares e insatisfação popular. A presidência de Ernesto Geisel tentou dar respostas com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a revisão da política salarial e, no âmbito do SFH, com a instituição, em 1975, do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb). Esta foi a proposta elaborada pelo Sistema de Habitação, a fim de contemplar a demanda insolvente de moradias para famílias de rendimentos intermitentes, entre 0 e 3 salários-mínimos.

O Profilurb consistia em “fornecer condições de saneamento e infraestrutura básica, reservando ao mutuário a responsabilidade de construir sua habitação de acordo com suas disponibilidades financeiras e prioridades individuais” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 84). Financiava-se, portanto, a produção de lotes urbanizados destinados a famílias de faixas de renda não atingidas pelos projetos prioritários das Cohabs. A execução das obras de infraestrutura e saneamento dos terrenos caberia às prefeituras; os lotes seriam repassados às famílias pobres, que seriam estimuladas à autoconstrução. Azevedo e Andrade ponderam que a ideia central do Profilurb foi evitar processos de favelização, em que as ocupações se davam sem condições mínimas de saneamento básico. Até o final de 1980, 42.904 lotes foram financiados pelo BNH no âmbito desse programa.

O argumento de que mentores do SFH propalavam a ideia³⁹ de que o acesso do trabalhador à casa própria contribuiria para a ordem social e legitimidade do regime ditatorial

³⁸ Campos (2012) investiga a presença de empreiteiros e seus representantes no Estado ditatorial brasileiro, assim como em que medida seus interesses foram contemplados pelas políticas públicas — que demandam serviços do setor, como as de habitação e transportes — formuladas e implementadas pelo regime.

³⁹ Esta concepção é justificada, frequentemente, pela carta de Sandra Cavalcanti a Castello Branco e pela declaração do ministro Roberto Campos, que também participou do grupo que criou o BNH: “A solução do problema pela casa própria (...) contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem.” (ANDRADE apud AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 89).

é explicitado por Bonduki (2008), Martins (2016), Azevedo e Andrade (1982) e Azevedo (1988). Não há como evidenciar que esta era a intencionalidade do governo dos militares com a criação da política de financiamento de imóveis para os mercados médio e popular. Entretanto, é relevante notar que houve maiores investimentos em habitação popular nos períodos em que os militares buscavam mais respaldo social, a partir de 1964, para dar legitimidade ao regime estabelecido pelo golpe; e após 1974, no período da política de distensão. Nos anos de governo Médici, entre 1971 e 1974, quando o aparato repressivo, jurídico e policial suspendeu direitos civis e políticos, torturou e assassinou opositores, a moradia popular e a urbanização de regiões pobres, em cidades grandes e médias, não foi priorizada (AZEVEDO, 1988; AZEVEDO E ANDRADE, 1982).

Em resumo, pode-se afirmar que, durante o regime militar, os períodos de maior investimento em habitação para as camadas de menor renda e de maior sensibilidade aos problemas das casas populares foram justamente aqueles em que o governo pretendia expandir sua legitimidade política. Entretanto, deve-se ressaltar que a influência da conjuntura política não foi direta, mas se materializou através das respostas dadas às crises enfrentadas pelo BNH, decorrentes, principalmente, de políticas econômicas globais que penalizavam as clientelas real e potencial do Banco (AZEVEDO, 1988, p. 113).

Na Região Metropolitana do Recife, os grandes conjuntos habitacionais para o mercado popular construídos pela Cohab-PE foram edificados nos municípios de Olinda, Paulista, Jaboatão e Abreu e Lima. O acesso ao financiamento da casa própria proporcionou um processo de periferização⁴⁰ de parte da população de baixa renda, na década de 1970 (SOUZA, 1998). As famílias mais pobres, que sequer tinham os requisitos para acessar financiamentos do SFH, continuaram em regiões de alagados, como o Coque e Coelhos, ou ocuparam novos terrenos, próximos ao centro do Recife, onde estavam os principais serviços da cidade e os locais de trabalho.

Porém, a partir de 1979, as políticas de urbanização e moradia, em Pernambuco, são reformuladas. Neste período, foi instituído o Programa de Erradicação de Sub-habitações (Promorar). Com o objetivo de urbanizar áreas consolidadas de pobreza urbana do Recife, como o Coque, o Promorar previa a realocação de moradias no interior da própria comunidade, com a implantação de infraestrutura que urbanizaria os lotes e ofereceria serviços comunitários. Quando considerada a impossibilidade de urbanizar determinada área

⁴⁰ Souza (1998, p. 118) destaca que, na década de 1970, 85% dos habitantes que migraram do Recife se deslocaram para Jaboatão, Olinda e Paulista. Esse movimento para a periferia do espaço trouxe outras questões urbanas, como oferta de transporte, infraestrutura e serviços públicos.

pobre, o programa propunha o reassentamento das famílias removidas em outra região da cidade. Em sua concepção, o Promorar absorveu as diretrizes e princípios das demais políticas alternativas do SFH, como o Profilurb e o Programa de Financiamento da Construção, Conclusão e Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social (Ficam), de 1977 (SOUZA, 1998), destinadas à população de rendimentos intermitentes e interiores a 3 salários-mínimos.

Com o novo governo estadual, comandado por Marco Maciel⁴¹, indicado por Ernesto Geisel em 1978, já pelo Partido Democrático Social (PDS), instala-se, em 1979, a Secretaria de Habitação, que tem o objetivo de implantar os programas alternativos elaborados pelo Sistema Financeiro de Habitação, como o Promorar.

Neste novo programa, a Companhia de Habitação de Pernambuco (Cohab-PE) prosseguiu como agente financeiro, administrando os créditos imobiliários. Caberia à Prefeitura do Recife, por meio da Empresa de Urbanização do Recife (URB), o planejamento e fiscalização das obras de infraestrutura, que transformariam a paisagem das regiões de alagados e pobreza urbana da cidade.

2.2 O Plano Diretor de Assentamentos Sociais para a População de Baixa Renda

O período de “distensão gradual” e abertura política permitiu que novos atores políticos emergissem e incidissem na formulação das políticas habitacionais, lhes agregando novas ideias e valores. Souza (1998, p. 129) afirma que, na segunda metade da década de 1970, os organismos internacionais assumem protagonismo na pauta, ao inserirem “a questão da pobreza no centro da questão urbana dos países subdesenvolvidos, reunindo intelectuais e setores técnicos” para discutir o problema.

Em paralelo, movimentos populares pela posse da terra urbana e por moradias buscavam se consolidar na arena política. No Recife, desde 1975, o movimento Terras de Ninguém atuava em prol do acesso à terra e à moradia digna, nos morros da zona norte da cidade, em articulação com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, liderada pelo arcebispo D. Hélder Câmara.

Sob encomenda do Banco Mundial, intermediada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pesquisadores da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem) e do Mestrado de Desenvolvimento Urbano da

⁴¹ Anteriormente, Marco Maciel fora presidente da Câmara dos Deputados, entre 1977 e 1979, pelo Arena, partido de sustentação do regime militar.

Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) deram início, em 1976, a um estudo de viabilidade de recuperação de assentamentos pobres do Recife. Em 1978, a Fidem realizou um mapeamento das áreas de baixa renda da RMR, e o MDU/UFPE, em conjunto com a Sudene, promovem, na universidade, o Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento.

Na esteira dessas articulações e produção de conhecimento, em fevereiro de 1979 a Fidem publicou um plano diretor com referenciais teóricos, diretrizes e programas para criação, na Região Metropolitana do Recife (RMR), de assentamentos sociais para baixa renda e recuperação dos “assentamentos subnormais” (FIDEM, 1979, p. 46). Assim, as ideias do urbanismo em voga representavam os alagados e mocambos.

O plano diretor resultou das diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR (PDI), aprovado em 1976, pelo Conselho Deliberativo da RMR, sob o governo de Moura Cavalcanti. O PDI respondia aos objetivos inseridos no I Plano de Desenvolvimento do Estado que se relacionam a

- a) distribuir as atividades econômicas de modo equilibrado sobre o espaço social de Pernambuco;
- b) ordenar a ocupação do espaço físico da Região Metropolitana do Recife, de modo a minimizar os custos de urbanização e a possibilitar o desempenho adequado da função de indução sobre o espaço econômico por ela polarizado (PERNAMBUCO, 1976, p. 3).

Com o PDI, o governo de Pernambuco estabeleceu as diretrizes de desenvolvimento para a Região Metropolitana do Recife, com foco na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da *população de baixa renda*. Para tanto, as proposições do plano estadual consideravam fundamentais gerar empregos e novas oportunidades para elevar renda; adequar as condições habitacionais e ofertar de bens e serviços públicos para pobreza urbana.

O mapeamento realizado pela Fidem em 1978 contabilizou, na RMR, 150 “aglomerados de habitações precárias”, os quais, pela proximidade geográfica, somavam 31 “assentamentos subnormais”. Destes, 12 estavam localizados em regiões de morro e 19, em áreas planas sujeitas a alagamentos permanentes ou periódicos. Seguindo os dados do órgão estatal, 1 milhão 135 mil pessoas residiam nesses espaços, que ocupavam uma área de 3.300 hectares.

No documento, “assentamentos subnormais” é o termo escolhido para referir-se à paisagem de pobreza urbana da Região Metropolitana do Recife. O diagnóstico da Fidem afirma que, na segunda década de 1970, a população pobre, de *baixa renda*, correspondia a

74,2% do total de famílias da RMR e que 85% desse quantitativo residia nos “assentamentos subnormais”.

Esses espaços da cidade são designados subnormais pelas seguintes condições: são residências que “se aglomeram”, que estão “à margem” de processos legais — juridicamente não há posse ou propriedade —, estão espacialmente “desordenadas”, suas dimensões são “deficientes” e não existem ou são “precários” os serviços de infraestrutura básica e social disponíveis. Portanto, são considerados “problema”, por “não preencherem as condições estruturais requeridas para espaços especializados à função residencial” (PERNAMBUCO, 1979, p. 18).

Nota-se, pelo documento, que o Estado preserva a mesma tática de governo desempenhada na primeira metade do século XX, em que enuncia a desordem e o primitivismo das margens, com vistas a consolidar sua imprescindibilidade. O que se transforma é sua linguagem. Agora, os termos que dão sentido a estes espaços da cidade são outros. Revestem-se, mais explicitamente, das denominações técnicas elaboradas pela engenharia e pelo urbanismo, ao longo de suas transformações paradigmáticas.

Conforme o Plano Diretor, o modelo teórico que explica as condições materiais dos estratos de baixa renda e, conseqüentemente, o “quadro físico-espacial de pobreza” centra-se no mercado de trabalho e na categoria “subemprego”. O crescimento econômico desigual que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo brasileiro propiciou um mercado de trabalho urbano marcado por altas taxas de “subutilização” e “sub-remuneração da força de trabalho”.

Neste particular, cabe ressaltar que a sub-remuneração e a subutilização da força de trabalho não repousam no insuficiente ritmo de crescimento econômico que, aliás não se tem mostrado tão insatisfatório nos últimos anos, mas na maneira desigual como esse crescimento tem se repartido em termos de benefícios e custos entre os diversos estratos sociais (PERNAMBUCO, 1979, p. 20).

A população urbana pobre, no mercado de trabalho, estava inserida em atividades informais, de baixa produtividade e caracterizadas pela precariedade das relações de trabalho. Estes problemas, por sua vez, refletiam “um processo de crescimento concentrador de benefícios e, por isso, excludente do ponto de vista social” (PERNAMBUCO, 1979, p. 20).

Nessa elaboração teórica, os “assentamentos subnormais” são resultantes da falta de poder aquisitivo e dos baixos rendimentos resultantes da condição de “subemprego” dessa população, no mercado de trabalho urbano. O documento do órgão estatal sinaliza, antes de mesmo de pesquisadores como Azevedo e Andrade (1982), que a situação de empregabilidade

e a renda dessas famílias as impossibilitavam de acessar os programas de casas populares do Sistema Financeiro de Habitação:

[...] os programas oficiais de habitação popular são pouco significativos no atendimento a essa faixa de renda, apesar dos propósitos de objetivos do Banco Nacional de Habitação - BNH, de maior difusão da propriedade residencial para as classes menos favorecidas. Assim, os programas de financiamento de habitação de interesse social, destinados às famílias com renda igual ou inferior a 5 salários mínimos e cujo agente promotor é a COHAB-PE, não têm de fato atingido parcela relevante dos subestratos da baixa renda [...] (PERNAMBUCO, 1979, p. 22)

Essa interpretação em torno da pobreza urbana que se centra no mercado de trabalho tem vinculações com as ideias do pensamento latino-americano, dos anos 1960, mais especificamente com as correntes estruturalistas, impulsionadas pelos economistas e cientistas sociais da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), das Nações Unidas (VALLADARES, 1989, p. 95-96). O modelo analítico em voga caracterizava o mercado de trabalho nas economias subdesenvolvidas como dual, formado por dois setores independentes, um moderno e outro tradicional:

De um lado um setor moderno, de capital intensivo, vinculado à indústria, fazendo uso de tecnologia avançada, organizado a partir de empresas e dependente de mão de obra qualificada. De outro, um setor dito tradicional, trabalho intensivo, fazendo uso de tecnologias simples, envolvendo atividades mais de tipo artesanal que fabril e sobretudo atividades ligadas aos setores do pequeno comércio e dos serviços pessoais, consideradas como de baixa produtividade (VALLADARES, 1989, p. 96).

A autora argumenta que provém desse quadro interpretativo a categoria *subemprego*, termo que aparece, segundo Valladares (1989), como definidor da pobreza, ao longo das décadas de 1950 e 1960. O subemprego é produto do setor tradicional, de atividades intermitentes e baixas produtividade e remuneração, o qual é reduto das massas de trabalhadores urbanos não qualificados para servir de força de trabalho para o setor industrial.

Nos anos 1970, por sua vez, Valladares (1989, p. 99) observa a ascensão da terminologia “baixa renda” para designar a população pobre que é a expressão tecnicamente utilizada pela Fidem ao longo do documento. A autora explica que a introdução da variável renda na definição de pobreza é resultado das formulações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que disseminaram elaborações de políticas sociais para educação, saúde e habitação. De acordo com Valladares, esse conjunto de ideias, que caracteriza a pobreza como um fenômeno de insuficiência de renda, é apropriado pelo governo dos

militares, que introduz em suas ações programas de atendimento à população pobre. Para a pesquisadora, o exemplo mais significativo de aplicação do conceito de baixa renda é a política do Banco Nacional de Habitação:

Estabeleceram-se programas especiais para a população de baixa renda, pelos quais ficaram responsáveis agentes especiais, as Companhias Estaduais de Habitação - Cohabs. Tais programas tinham uma população alvo: famílias originárias de favelas e de operações de remoção cuja renda familiar ia até três salários-mínimos. Construíram-se conjuntos habitacionais nas periferias das cidades com habitações de tipo, tamanho e qualidade "condizentes" com a baixa renda da população. Estabeleceram-se parâmetros para a classificação das famílias bem como critérios para alocação de moradias em função da renda. Estipularam-se as mensalidades a serem pagas numa proporção da renda familiar. Em suma: distribuíram diferencialmente as famílias pobres por tipo de habitação e tipo de conjunto habitacional tomando a renda como marco decisório e divisor (VALLADARES, 1989, p. 100).

O diagnóstico do Plano Diretor, também, expõe dados que explicitam como a política habitacional realizada pelo SFH e BNH para o mercado popular, com sua linha de crédito especial e imóveis de baixa qualidade⁴², não integrou os mais pobres, mas beneficiou as famílias de renda entre 3 e 8 salários-mínimos.

Em 1977, apenas 23,4% dos moradores dos conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-PE tinham renda inferior a 3 salários-mínimos. As famílias cujos rendimentos variavam entre 3 e 8 salários-mínimos correspondiam a 49,6% das que residiam nos habitacionais (PERNAMBUCO, 1979, p. 23).

O estudo da Fidem ainda estima que famílias que possuíam renda superior a 1,74 salário-mínimo, por sua capacidade de endividamento, conseguiriam cumprir com o financiamento do imóvel popular. Entretanto, o contexto de passivo social na Região Metropolitana do Recife é adverso: 53% das famílias de *baixa renda* possuem renda inferior a este valor, afora aquelas que não têm renda fixa (PERNAMBUCO, 1979, p. 24).

A situação se complexifica, ademais, com o alto custo de aquisição da terra urbana, o que levava a companhia habitacional a construir os conjuntos de apartamentos em regiões distantes do núcleo urbano, onde se concentravam as atividades econômicas que poderiam gerar empregos e os serviços públicos da cidade. A periferização, como pontuado anteriormente, trazia custos adicionais com transporte público e dificuldade de acesso à infraestrutura urbana.

⁴² O custo unitário do imóvel para o mercado econômico é 4 vezes o preço do imóvel para o mercado popular. Este, no entanto, tem demanda superior ao mercado para as classes médias.

A chave interpretativa da causa da pobreza urbana, no Plano Diretor, prioriza a perspectiva econômica. A paisagem de alagados e morros, casebres e palafitas, torna-se problema socioeconômico, que deve ser transformado por meio da adoção de dos seguintes procedimentos: geração de emprego, aumento da remuneração de trabalhadores e mercado de habitação adequado a determinado estrato da população, conforme seus rendimentos. Desse quadro explicativo, formulam-se proposições para o Estado intervir, com o objetivo de desenvolver a Região Metropolitana do Recife.

Embora o Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR (PDI) e o Plano Diretor de Assentamentos Sociais enunciem o objetivo de desenvolver uma região; considerando as formulações de Quijano (2000) acerca da ideia de desenvolvimento, podemos afirmar que o governo de Pernambuco, tendo como instrumentos os elementos do Estado racionalizado, tinha o objetivo, em realidade, de desenvolver um padrão de poder que estruturasse a ordem capitalista. Isso se torna explícito com a centralidade dada, nos documentos, às variáveis econômicas para explicar a existência de “assentamentos precários” e buscar soluções para integrá-los socioespacialmente.

Nesses termos, o sentido de desenvolver a Região Metropolitana do Recife é desenvolver “um padrão de dominação, exploração e conflito” (QUIJANO, 2000, p. 39), que pressupõe relações desiguais entre classes sociais, no acesso a recursos de produção e a instituições e mecanismos de autoridade. Esta assimetria de poder, por seu turno, se refletirá socioespacialmente a partir da execução dos processos de urbanização dos “assentamentos precários” e dos novos assentamentos sociais. Com isso, a cidade se modelava exprimindo tais assimetrias: crescimento de bairros em regiões periféricas, problemas de mobilidade até o centro do Recife e escassez da oferta de serviços públicos como educação e saúde foram alguns fenômenos que emergiram com as novas intervenções efetuadas pelo Estado nos espaços de pobreza urbana, neste período.

2.2.1 As diretrizes para intervenção

O Estado governamentalizado opera pelas instituições, por análises, procedimentos e táticas. Seu princípio é a racionalização do exercício do poder mediante conhecimentos técnico-científicos, especialmente a Economia Política (FOUCAULT, 2013). A governamentalidade visa consolidar a estrutura jurídico-administrativa do Estado moderno, gerando riquezas e tornando-o permanente. O Estado, nesse modelo, é fundamental para o

desenvolvimento do padrão capitalista de poder. Este, por sua vez, tem a ideia de raça como principal mecanismo de dominação (QUIJANO, 2000).

No caso particular das ações estatais na pobreza urbana do Recife, a Fidem e a URB foram os órgãos estatais que elaboraram as ideias-chave para intervir nas áreas de alagados e morros.

Seguindo o documento, o diagnóstico socioeconômico realizado pela Fidem (1979, pp. 29-31) acusa o “baixo nível de qualidade de vida da população de baixa renda”. Assim, toda a formulação do Plano Diretor visa a elevar o nível da qualidade de vida dessa parcela da população da RMR.

Para guiar as práticas de governo, o documento elege temas que emergem da realidade observada: emprego, renda, equipamentos de natureza socioeconômica, infraestrutura física, organização do espaço, participação comunitária, posse da terra, gerência das intervenções, custos e financiamentos são objetos da atuação governamental, que conformam os campos de intervenção (econômico, físico-ambiental, social, jurídico-institucional e financeiro). Para cada um desses campos, são descritas orientações normativas com vistas a regular as ações dos agentes estatais.

No campo econômico, a premissa é dinamizar o sistema informal de produção — no qual grande parte da população pobre já estava inserida —, a fim de atender às demandas do mercado. Outra proposta seria integrar a mão de obra disponível na produção formal. A ideia é garantir renda a essa população, promovendo a utilização dessa força de trabalho. Isso viabilizaria a consecução da política de financiamento de casas e lotes urbanizados, cujos investimentos deveriam considerar a capacidade de pagamento das famílias de baixa renda.

No campo físico-ambiental, tem-se como pressuposto que as intervenções nos espaços de pobreza urbana, *a priori*, serão direcionadas para sua recuperação. No entanto, a orientação normativa resguarda a ação estatal, ao afirmar que será admitida a “erradicação” parcial ou total dos “assentamentos subnormais”, “caso a recuperação seja inviável técnica ou economicamente” (PERNAMBUCO, 1979, p. 32). Além disso, também fica facultado ao setor público ofertar terrenos urbanizados ou com urbanização restrita, em vez de unidades residenciais. Ao mesmo tempo, busca-se assegurar que a localização dos novos espaços comunitários possibilite a integração da população à estrutura urbana, ao transporte público e demais serviços.

No campo social, a estratégia de intervenção consiste na participação e mobilização comunitária em torno das ações do governo. O objetivo a ser alcançado é o “desenvolvimento” das comunidades pobres. Para viabilizar a execução do plano diretor,

econômico e socialmente, propõe-se “respeitar os padrões culturais da comunidade” (PERNAMBUCO, 1979, p. 32) e mobilizar seus representantes.

Entre as instruções no campo jurídico-institucional, a ideia é dar institucionalidade aos programas de geração de renda, controlar o mercado imobiliário e garantir que as intervenções sejam coordenadas pelo agente de planejamento metropolitano. Sugere-se, por exemplo, que seja assegurada a posse da unidade residencial, com vistas a dirimir a especulação do mercado imobiliário.

Por fim, no campo financeiro, afirma-se que os recursos aplicados pelo governo na construção de residências para famílias pobres devem ser ressarcidos pela população beneficiada. O Estado, por sua vez, deve restituir às fontes que repassaram o dinheiro necessário para os programas de intervenção. Também é garantido que o governo pode se utilizar de incentivos fiscais, creditícios e financeiros, para estimular o setor produtivo informal, como também dinamizar microempresas com mecanismos de financiamento.

As obras de arruamento, sistemas de abastecimento d’água e esgotamento, iluminação e demais serviços de urbanização são de responsabilidade financeira e institucional do setor público. Propõe-se, também, que esse tipo de intervenção seja modelada de forma a transferir renda para as famílias pobres.

Observa-se, no documento elaborado pela Fidem, a razão de Estado em ação. Ela se realiza na sistematização de dados sobre a realidade social, na normatização das ações de governo e proposição de estratégias de atuação. Essa racionalização, que mobiliza conhecimentos específicos e pretensa linguagem técnica (“erradicação”; “subnormal”), fornece ao Estado o sistema de símbolos e representações que lhe possibilita agir com legitimidade nos territórios dos alagados, de mocambos e morros, sem o uso da força, conforme os interesses e as disposições dos seus atores.

2.2.2 As estratégias de intervenção

As ideias que animavam a implantação ou recuperação de assentamentos sociais de baixa renda, como frisado anteriormente, tinham o objetivo de desenvolver a Região Metropolitana do Recife, alçando-a de uma situação de “subdesenvolvimento” e “marginal” para um contexto modernizado, isto é, urbanizado e com sistema produtivo intensivo. O Estado era o propulsor desta ideia de desenvolvimento e, por isso, exercia poder na forma governamentalizada, com orientações, políticas e diretrizes. As descrições a seguir são

exemplos de como as práticas de governo direcionadas à pobreza urbana, na década de 1970, explicitavam o exercício do poder do Estado segundo o modelo de economia capitalista.

O Plano Diretor de Assentamentos Sociais para População de Baixa Renda considerava a habitação como parte “integrante de um contexto socioeconômico e espacial” (PERNAMBUCO, 1979, p. 34). Isso significa que as casas eram desenhadas enquanto unidades residenciais, que deveriam se articular a equipamentos que ofertassem educação, saúde, lazer, segurança e comunicação.

Esta infraestrutura física e social do espaço comunitário deveria, também, contribuir para elevar os níveis de educação e promover o acesso a serviços públicos, assim como dar condições para “o desempenho produtivo da população” (PERNAMBUCO, 1979, p. 34).

Conforme o documento elaborado pela Fidem, as condições concretas da cidade do Recife e municípios vizinhos que fazem parte da RMR impunham duas linhas de intervenção: uma “corretiva”, direcionada a recuperar “os assentamentos subnormais”; e outra “preventiva”, que criaria novos assentamentos sociais para atender à demanda por habitação e infraestrutura urbana nos anos subsequentes. Subjacente a essa concepção, estava o receio da “proliferação dos assentamentos subnormais” (PERNAMBUCO, 1979, p. 34).

A linha de pensamento que modela as estratégias de intervenção atribui aos fatores renda e emprego a formação e consolidação dos espaços de moradias precárias. Assim, de acordo com o documento, “o equacionamento do problema requer uma orientação no sentido de promover geração de novas oportunidades de emprego e elevação do nível de renda da população, de forma direta e indireta” (PERNAMBUCO, 1979, p. 34).

O Plano Diretor diagnostica que o mercado de trabalho formal, na RMR, não demonstrava capacidade para absorver a maior parte da população economicamente ativa, que possuía pouca ou quase nenhuma qualificação profissional. Como alcançar, então, o objetivo postulado pelo planejamento estatal de elevar a renda e garantir melhor remuneração às famílias pobres da região? A estratégia, pois, consistia em “considerar as formas usuais encontradas por essa população no desenvolvimento de atividades remuneradas, ou seja, o sistema informal de produção” (PERNAMBUCO, 1979, p. 35). O setor informal é avaliado como “recurso valioso” para o desenvolvimento econômico. É através de suas atividades que a população pobre garantiria renda e se integraria à estrutura produtiva.

Para tanto, o planejamento propunha mecanismos que estimulasse atividades realizadas no sistema de produção informal. São ações de governo, com a finalidade de transformar esse segmento da população em um exército de mão de obra. Dessa forma,

objetivavam “capacitar tecnicamente, treinar e qualificar” a força de trabalho disponível nos espaços de pobreza (PERNAMBUCO, 1979, p. 35).

O Estado, assim, tomava a responsabilidade de “organizar a vocação produtiva” desses estratos, observando suas “aptidões”, oferecendo “apoio técnico-econômico-gerencial” e realizando um “levantamento da demanda por empregos” (PERNAMBUCO, 1979, p. 35). Crédito a baixo custo também poderia ser oferecido a pequenas unidades produtivas, a fim de fortalecê-las; e feiras livres e mercados públicos deveriam ser estimulados, de modo a incentivar o comércio de alimentos domésticos.

O documento estatal propunha, ademais, regularizar a carteira profissional de empregados domésticos e estimular o cumprimento de obrigações sociais, como férias, repouso remunerado e jornada fixa.

No que diz respeito ao mercado de trabalho formal, as estratégias fundamentavam-se em incentivar, financeiramente, tecnologicamente e administrativamente, empresas e estabelecimentos industriais com capacidade de absorção de mão de obra, “que tendem a ser relativamente intensivos no uso da mão de obra” (PERNAMBUCO, 1979, p. 36). Além disso, o documento sugere racionalizar e dinamizar o setor primário, mediante a expansão de “atividades hortifrutigranjeiras”, com políticas de crédito e preços mínimos.

Garantir emprego e renda e, assim, assegurar o acesso ao mercado imobiliário dinamizado pelo Sistema Financeiro de Habitação é a orientação principal às práticas de governo, de acordo com o Plano Diretor. Este é o sentido da política dirigida a comunidades como o Coque, de modo a estabelecer mecanismos reguladores de sua população. Entretanto, as práticas de governo, a partir desses pressupostos, contribuíram para reproduzir a subutilização da força de trabalho e, por conseguinte, a concentração de renda.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Metropolitano, de 1981, elaborado Fidem, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1978, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), examinou a distribuição da população da RMR ocupada segundo os setores de atividade. Constatou que 70% dos trabalhadores e trabalhadoras desempenhavam atividades no setor terciário, caracterizadas por relações de trabalho informais. As pessoas que o compunham estavam engajadas em atividades não regulamentadas, sem acesso à legislação trabalhista, em condições de “subemprego”. Considerando como subempregados as pessoas ocupadas cujo rendimento mensal era inferior ao salário-mínimo legal que prevalecia na RMR em outubro de 1978, observa-se que nesse ano o subemprego atingia aproximadamente 45% do total da população ocupada local (PERNAMBUCO, 1981, p. 158).

Segundo Aníbal Quijano (1972), esse quadro de “subemprego” existia devido a um processo estruturante que marginalizava grandes segmentos da população das relações de produção hegemônicas, inserindo-os em um “polo marginal da economia global”. Na interpretação do autor, a marginalização de segmentos da população é um problema estrutural das economias capitalistas dependentes, isto é, é resultado das relações de produção dos países periféricos, cujo desenvolvimento é dependente, desigual e excludente, no âmbito do mercado mundial (QUIJANO, 1972).

Para explicar a dinâmica do capitalismo global na sociedade contemporânea, especialmente, na segunda metade do século XX, Quijano (1972) propunha, esquematicamente, a existência de um “pólo marginal da economia global”, em oposição ao núcleo central ou hegemônico, nos quais estão as atividades econômicas de maior produtividade que sustentam o sistema econômico global. Ambos são sistemas interdependentes e são compreendidos como uma relação de dominação entre níveis de atividades e trocas econômicas.

A hipótese explicativa de Quijano é que as relações hegemônicas de produção no capitalismo avançado, como as práticas de industrialização, provocam um processo de marginalização em economias periféricas. A constituição de um polo marginal da economia global, formado pelas atividades e relações econômicas dos “marginalizados”, é ocasionada por dois mecanismos básicos, segundo Quijano (1972, p. 91):

a) la pérdida de significación de un conjunto de roles ocupacionales como tales, por depresión de su productividad y por despojo de sus recursos de producción, del mercado de sus productos. Los individuos portadores de estos roles, no obstante mantenerlos, pasan, pues, a una situación de marginalidad, respecto de las relaciones hegemónicas de producción; b) la falta de empleo en las relaciones hegemónicas de producción, para la mano de obra que ingresa en el mercado de trabajo, vía el crecimiento demográfico o el abandono de sus previos roles ocupacionales (QUIJANO, 1972, p. 91).⁴³

Quijano diz que, na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, para além do crescimento demográfico, não havia intercâmbio de mão de obra entre os setores produtivos: contingentes de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho por determinado setor não eram absorvidos, em proporção adequada, por outros setores. O aumento considerável de mão

⁴³ Tradução livre: “a perda de significância de um conjunto de papéis ocupacionais, devido à depressão de sua produtividade e à desapropriação de seus recursos de produção do mercado de seus produtos. Indivíduos que exercem esses papéis, apesar de mantê-los, passam, portanto, a uma situação de marginalidade, no que diz respeito às relações hegemônicas de produção; b) a falta de emprego nas relações hegemônicas de produção, para a mão de obra que entra no mercado de trabalho, via crescimento demográfico ou o abandono de seus papéis ocupacionais anteriores”.

de obra excluída de diversos setores produtivos inseria o contingente desempregado em um nível marginal do sistema econômico global. Na interpretação de Quijano (1972, p. 90), os efeitos provocados por tais relações econômicas faziam emergir um novo estrato: “deja de ser, así, un grupo dentro de un sector, para constituirse en un conjunto de grupos en cada sector y, de este modo, en todo un estrato nuevo que atraviesa el cuerpo entero de la sociedad”⁴⁴.

Em relação às condições gerais do mercado de ocupações marginais, elas se caracterizavam pela instabilidade, por atividades de baixa produtividade e salários limitados. Embora Quijano (1972, p. 92) descreva em categorias marxistas as atividades desempenhadas — um pequeno comércio e serviços realizados pela “pequeña burguesía marginada”, existência do “proletariado marginal” em setores como a construção e atividades não totalmente industrializadas —, os aspectos gerais das ocupações realizadas pelo estrato marginal são similares às condições do setor de serviços.

O setor de serviços, nas décadas de 1960 e 1970, integrou parte da população agrícola latino-americana (CARDOSO, 1968) e agrupava, concretamente,

[...] três gêneros de atividades: comércio, administração e, em particular, ‘serviços diversos’... É fácil imaginar como o trabalhador desempregado real ou disfarçado transforma-se em vendedor ambulante ou num ‘faz-de-tudo’, conforme a conjuntura e, frequentemente, segundo os tipos de consumo da classe dominante. A importância do setor de serviços na América Latina ultrapassa ou iguala a do mesmo setor nos Estados Unidos e ultrapassa amplamente a Europa (CASTELLS, 1972, p. 96).

Para Castells (1972), o crescimento populacional nos aglomerados de pobreza urbana explicava-se pelo aumento das taxas de crescimento natural e pela migração rural-urbana. No entanto, esta última variável tem maior peso na determinação do fenômeno, que resultava da “decomposição da sociedade rural” (1972, p. 85). Nos termos do sociólogo, nas décadas de 1960 e 1970, há uma desarticulação do sistema produtivo rural, em função do direcionamento da estrutura econômica global.

As atividades produtivas da sociedade rural latino-americana, de características extensivas e baseadas no latifúndio e nos interesses do proprietário de terra, não ofereceram trabalho e renda, provocando, assim, movimentos de migração para as cidades. Castells compreende que, como o fenômeno de migração é causado pela deformação das estruturas rurais, o sistema produtivo urbano foi incapaz de integrar os trabalhadores do campo; quando o fez, fez de maneira parcial.

⁴⁴ Tradução livre: “deixa de ser, assim, um grupo dentro de um setor, para se tornar um conjunto de grupos em cada setor e, desse modo, em um estrato totalmente novo que atravessa todo o corpo da sociedade”.

Nesses termos, as diretrizes propostas pelo documento para dinamização dos setores formal e informal da economia, ao desconsiderar questões estruturais do mercado de trabalho e da ordem capitalista, contribuíram para reprodução de desigualdades de poder (materiais e simbólicas) entre as classes sociais, que, mais tarde, se evidenciaram socioespacialmente, na paisagem e no cotidiano da Região Metropolitana do Recife.

Estratégias propulsoras da reprodução das desigualdades de poder se evidenciam à medida que o Plano Diretor indica soluções para assegurar à baixa renda o acesso às políticas habitacionais do SFH.

Como a situação financeira da maioria das famílias pobres da RMR, na segunda metade da década de 1970, não permitia o acesso aos programas tradicionais da Companhia de Habitação de Pernambuco (COHAB-PE0), uma vez que 53% delas tinham renda inferior a 1,74 salários-mínimos; o planejamento da Fidem recomendava adaptações em programas como o Profilurb.

Segundo o documento sugere, poderiam ser implantados lotes com urbanização restrita, ou seja, com infraestrutura básica de fossas individuais e privadas higiênicas. Por sua vez, para complementá-la, deveriam ser ofertados chafarizes, banheiros e rede de iluminação públicos, “que permitam posteriores ligações domiciliares” (PERNAMBUCO, 1979, p. 36). Os lotes de urbanização restrita poderiam ser repassados através de contratos de locação, em que o setor público, como proprietário do terreno, age como locador ou por meio de outros mecanismos institucionais como um “fundo especial para habitação que garanta o retorno do financiamento” (PERNAMBUCO, 1979, p. 36).

Nota-se, portanto, que a elaboração da política habitacional e de uso e ocupação do solo, com suas opções de urbanização restrita e faixas de mercado, vai promovendo a estratificação socioespacial, acentuando distâncias sociais entre territórios, conforme o padrão capitalista de poder.

Uma vez que as famílias não tinham renda suficiente para ressarcir o programa habitacional criado pelo Estado, formulado segundo um sistema de crédito, que envolvia agentes públicos e privados; os mecanismos e procedimentos da forma de governo se remodelam. Neste caso específico, elabora-se uma política de urbanização a baixo custo, condizente com a capacidade de pagamento dos sujeitos da pobreza urbana.

Logo, em conformidade com as premissas do Sistema Financeiro de Habitação, estruturaram-se, no espaço urbano, lugares designados como “bolsões de pobreza”, favelas, comunidades, periferias, em contraposição aos terrenos e moradias mercantilizadas para as

classes econômica e simbolicamente mais poderosas. A cidade, assim, segregando e distinguindo espaços, foi sendo estratificada pelo Estado governamentalizado.

Nesse sentido, as diretrizes e estratégias estipuladas para recuperar assentamentos sociais ou criar novos reproduzem relações de dominação entre as classes sociais. A política de habitação e urbanização criada e implementada no Recife, na década de 1980, fortalece a atuação da prefeitura do Recife e do governo estadual nos territórios de pobreza⁴⁵.

Assim sendo, a maneira como as relações de poder se configuram, em tal processo, sobrepujando determinadas populações, como as dos alagados, tornam possíveis a construção e compartilhamento sistemáticos de representações estigmatizantes sobre o Coque, associadas ao crime e à produção da violência urbana, levada a cabo principalmente pelos meios de comunicação de massa, a partir da década de 1990.

As representações sobre a violência produzem sentidos vinculados ao medo. Os habitantes deslocam-se, pela cidade, em territórios que ora lhes causam segurança, ora lhes causam insegurança; e definem suas rotinas a partir de tais sentimentos. Esses esquemas de interpretação da violência urbana consubstanciam toda uma política de segurança pública arregimentada pelo Estado. Elaboram-se, portanto, novos procedimentos, linguagens e táticas de governo da população, desempenhadas pelo Estado, que consideram, na formulação e execução, as hierarquias sociais e a estratificação do espaço.

2.3 O projeto habitacional Promorar Coque: o Coque da década de 1980

Em julho de 1983, a Empresa de Urbanização do Recife (URB) finalizou o projeto de urbanização e construção de habitações *Promorar Coque*. Ele foi apresentado pela Prefeitura do Recife ao Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de captar recursos, no âmbito do programa Promorar, para sua execução.

De acordo com o documento — que descrevo e analiso de agora em diante —, o projeto tem como objeto as intervenções para urbanização do local e melhorias do espaço físico, mediante a legalização dos terrenos, adequação de casas, construção de residências em novos lotes, infraestrutura de água, energia elétrica e saneamento para as moradias, assim como indenizações de benfeitorias alugadas e realocadas (RECIFE, 1983, p. 4).

O Promorar Coque é composto de sete capítulos. O primeiro caracteriza a região, o que nos apresenta informações relevantes sobre a condição do bairro, no início dos anos 1980.

⁴⁵ Esse processo de fortalecimento do Estado não se dará sem conflitos e disputas materiais e simbólicas. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, os movimentos de bairro, no Recife, tomam forma, constroem e compartilham ideias e valores. Jogo luz sobre essas questões no capítulo 3.

O segundo descreve as intervenções propostas pela URB de transformação do espaço da comunidade. Os capítulos 3, 4, 5 e 6 se referem à estimativa de custos de toda a obra, considerando indenizações, novas unidades habitacionais e recursos necessários para a infraestrutura de serviços públicos. As metas a serem seguidas, orçamentos e cronograma físico-financeiro também são descritos.

A última parte do projeto traz os documentos anexos. Um deles é o contrato de cessão do Serviço do Patrimônio da União, que repassou, à prefeitura do Recife, o domínio útil da área. Com o projeto, a Prefeitura do Recife solicitava ao BNH um empréstimo de Cr\$ 3.072.261.078,80 (três bilhões setenta e dois milhões duzentos e sessenta e um mil setenta e oito cruzeiros e oitenta centavos), para construção de 3.550 habitações (RECIFE, 1983).

Na descrição inicial do documento elaborado pela URB, está evidenciado que o Coque é, antes de tudo, um território em disputa devido à sua localização. De acordo com o projeto, o Coque é uma “área justaposta ao centro expandido do Recife” (RECIFE, 1983, p. 6), que ocupa parte da Ilha Joana Bezerra. Sua ocupação resultou da “invasão” (RECIFE, 1983, p. 6) de migrantes vindos da zona rural. Essas pessoas, segundo consta,

começaram a construir seus barracos em cima de palafitas ou de aterro (sic) realizados por elas próprias, em geral utilizando lixo. A ocupação se deu a partir da Rua Imperial no sentido noroeste, até o braço do Rio Capibaribe, ocasionando conflitos com as pessoas que se diziam proprietários dessas áreas (RECIFE, 1983, p. 6).

O texto resgata a atuação dos moradores que residiam no local e que criaram, em 1953, a Sociedade Defensora dos Proprietários da Ilha do Maruim (nome que também designava a área). Segundo o documento, esses sujeitos têm “lutado até hoje pela manutenção legal da posse da terra” (RECIFE, 1983, p. 6).

A regularização fundiária foi questão primordial das relações políticas que envolveram a comunidade. A legalização da posse da terra foi objeto da disputa entre moradores, particulares e atores do governo, sendo instrumento de interesses distintos. A propriedade da terra, conforme o projeto da URB, demonstra um território de vários donos.

Uma parte da Ilha Joana Bezerra, onde se propunha a construção de casas e equipamentos do Promorar, estava loteada⁴⁶; outra, que totalizava cerca de 390.000 m², era composta de glebas de diferentes proprietários: Uraquitan Bezerra Leite, Indústria Alimentícia

⁴⁶ Exatos 45.392,75 m² da área loteada pertenciam ao proprietário Estevão Cavalcanti e, conforme o documento produzido pela empresa de urbanização, tal área não seria adquirida. Posteriormente, em 1984, este espaço foi adquirido pelo Estado, para construção, na década de 2000, do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Carlos de Brito, DEMERVAL, João Guilhermino, Luiza B. Lima e um último descrito como “ignorado”. O documento afirma que toda essa área “falta ser adquirida pela URB Recife” (RECIFE, 1983, p. 8). Até junho de 1983, a empresa de urbanização havia adquirido terrenos da área loteada, mais especificamente 99 lotes, restando adquirir, para consecução do projeto, 33 lotes. Ambos, no total, correspondiam a um pouco mais de 103.000 m².

No que se refere à aquisição dos terrenos, o projeto ainda enfatiza que 134 hectares da Joana Bezerra foram aforados ao município do Recife pela União, através do Contrato de Cessão lavrado em 5 de setembro de 1979, no livro da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União do Estado de Pernambuco. Segundo a Empresa de Urbanização do Recife, o contrato tinha prazo de cinco anos e que, entre tais 134 hectares, havia aforamentos a terceiros, excluídos do contrato, em relação aos quais a prefeitura realizava levantamento.

O Coque é descrito, no projeto elaborado pela URB, como um espaço em que suas vias são marginais à ferrovia, cujo traçado impõe o sentido da ocupação. As ruas perpendiculares à linha do trem são consideradas “desordenadas”. A rua Cabo Eutrópio é designada como a principal via, aquela que correspondia a algum tipo de planejamento e que fora objeto de pavimentação. A população se distribuía “irregularmente” na Ilha Joana Bezerra: existiam aglomerações na extremidade oeste da localidade, na proximidade da Estação Central e ao lado do viaduto que faz a ligação entre a avenida Agamenon Magalhães e a zona sul da cidade.

Diz o documento da URB que, de acordo com levantamento, de 1983, realizado pelo Instituto de Planejamento de Pernambuco (Condepe), a paisagem da comunidade era formada, em sua maioria, por casas de madeira (55,3%) ou de madeira aproveitada (36,2%); cobertas de telha cerâmica (97,8%), com piso de cimento (83%) ou chão batido (14,9%). O Promorar Coque relata uma espécie de padrão de “invasão” do lugar:

De início, quando a família invade a área, constrói a casa com apenas um cômodo, e quase sempre com a armação de madeira, e as paredes e teto em papel. Com o tempo, ao sentir maior segurança em relação a sua permanência no local, são feitas as melhorias das habitações (RECIFE, 1983, p. 10).

Esse processo de ocupação do espaço faz variar o tipo de moradia que se constrói na comunidade. Elas se diferenciam entre residências de um e três cômodos, embora seus interiores sejam caracterizados, no geral, como “escuros e mal arejados” (1983, p. 10)⁴⁷. As

⁴⁷ É interessante notar como este argumento se mantém ao longo do tempo. Segundo Miranda (2012, p. 150), o princípio higiênico que norteava um sistema de edificações adequado, conforme o saber médico que fundamentava as *Bases para um plano de Edificação da Cidade*, de 1855, elaborado pela Comissão de Higiene Pública, no Recife, era a ventilação e a penetração dos raios solares.

casas ainda sofriam inundações no período das chuvas. Como não havia um sistema de drenagem, as águas do rio, nas marés altas, invadiam boa parte das residências, chegando a um metro de altura.

O documento elaborado pela Empresa de Urbanização do Recife associa a condição da comunidade à estrutura de renda das famílias, assim como faz o Plano Diretor de Assentamentos Sociais para População de Baixa Renda, elaborado pela Fidem. Em pesquisa socioeconômica, de 1981, a URB sinalizou que 73,3% das famílias do Coque recebiam renda de até dois salários-mínimos regionais. As principais funções que desempenhavam eram de marceneiros, lavadeiras e pescadores, que exploravam viveiros nas margens do rio Capibaribe.

À medida que o projeto Promorar descreve o Coque como ambiente de “condições precárias”, explicita também o desejo da população em permanecer no lugar. Segundo o documento, uma pesquisa da Condepe, em 1980, questionou as expectativas das famílias sobre continuar ou não residindo no Coque. 81,9% delas responderam que não pretendiam deixar a comunidade. Como justificativa, algumas responderam que gostavam do local; outras disseram que não possuíam recursos financeiros para sair; a minoria afirmava que residia em casa própria na comunidade e não poderiam arcar com aluguéis, caso deixassem o local. A maioria dos entrevistados, por sua vez, argumentava que a principal motivação em residir no Coque era o que sua localização proporcionava: proximidade do trabalho, do centro comercial e de equipamentos sociais e serviços públicos.

Metade das famílias residia no bairro, de acordo com a investigação do Condepe, há mais de dez anos. A outra metade havia chegado na região há menos de cinco anos. Essa variação, segundo a URB, dizia respeito ao regime de ocupação dos imóveis: 43,6% das casas eram próprias; porém 51,1% eram alugadas. Destas, 72,9% correspondiam a quartos e 27,1%, a casas. Ao todo, eram 3.200 edificações, com cerca de 20 mil habitantes, conforme cadastro realizado em março de 1980, pela empresa municipal.

Segundo a formulação da Empresa de Urbanização do Recife, o desejo de permanecer naquele espaço tornou-se “diretriz básica para desenvolver o projeto” (RECIFE, 1983, p. 23). Nesse sentido, a intenção da Prefeitura do Recife foi promover a consolidação das famílias nas áreas disponíveis da Ilha Joana Bezerra, garantindo a legalização da posse da terra e a implantação da infraestrutura de urbanização.

O Coque de 1980 permanece como um espaço não integrado ao progresso e aos espaços desenvolvidos do Recife. Como descreve o diagnóstico do Promorar (RECIFE, 1983), na comunidade não existe passeio ou meio-fio; os ônibus não entram no bairro; menos

de 30% da população acessa o sistema de abastecimento de água; não há rede de esgoto sanitário e a iluminação pública é precária. Apenas o chafariz e as ligações clandestinas de energia elétrica subsistem o cotidiano das famílias, que utilizam a maré para escoar os dejetos.

Tudo isto será transformado, de acordo com a segunda parte do projeto, que versa sobre as intervenções propostas: aquisição e legalização dos terrenos, novos lotes, melhorias da habitação, indenizações das casas alugadas e infraestrutura das redes de distribuição de água, energia elétrica e esgotamento sanitário. O Promorar Coque previra melhorar as habitações e construir novos lotes, saneando as unidades residenciais e construindo fossas e banheiros; ligar estas casas às redes de água e energia elétrica e implantar um sistema de canalização e drenagem, que escoasse adequadamente as águas pluviais.

Um dado é relevante, na leitura do Promorar Coque. Previa-se o investimento, na urbanização, de recursos da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Segundo o texto:

Os custos com relação à terra não serão incidentes sobre os mutuários, uma vez que os recursos para este fim provêm da RFFSA, em função da construção do TRENSURB, bem como de recursos já liberados pelo BNH, através dos projetos de infra-estrutura (FINC). (RECIFE, 1983, p. 23)

Afirma-se também que, em razão da construção da estação do metrô no bairro (a Estação Joana Bezerra), seriam remanejadas mil famílias que residiam ao longo do traçado férreo, o que correspondia a quase um terço da população Coque. Outras 420 seriam realocadas, em virtude da execução do próprio projeto de urbanização. Dessa informação, podemos inferir que a transformação da paisagem e do espaço do Coque, a construção de suas casas e a pretensa melhoria das condições de vida da população ocorrem simultaneamente à implantação do sistema metroviário do Recife e que ambos os projetos tinham vinculação financeira.

Nesse contexto, o trem que cruzava o velho traçado de ferro, “apesar de atravessar toda a área não tem nenhuma parada neste trecho” (RECIFE, 1983, p. 12), seria modernizado, na década de 1980, para compor um sistema integrado de transporte público. As ações de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, portanto, atingiram o Coque, reestruturando seu espaço e tendo implicações em seu cotidiano.

Com as informações acessadas nos documentos elaborados pela Fidem e pela URB e considerando os aspectos históricos de criação do Sistema Financeiro de Habitação, podemos concluir que a urbanização do Coque se inclui em um projeto político para desenvolver a ordem capitalista, impulsionado pela Prefeitura do Recife e pelo Governo de Pernambuco, que estratificou e segregou o espaço urbano da Região Metropolitana do Recife. Territórios de

pobreza urbana, como o Coque, foram instrumentalizados nas práticas de governo de exercício do poder, que teve a finalidade de gerar riquezas e legitimar mecanismos de autoridade, de modo concentrador e excludente.

CAPÍTULO 3 – O COQUE COMO AGENTE DE MOBILIZAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA

No processo histórico que envolve as ações de urbanização do espaço do Coque, duas ideias se destacam: a de modernização, como procurei ressaltar no primeiro capítulo, e a de desenvolvimento, que busquei evidenciar com a análise dos planos elaborados pela Fidem e pela URB. As intervenções no bairro vinculam-se, notadamente, a um processo maior, que diz respeito a distintos projetos de governo, para modernizar e desenvolver a cidade do Recife e região, colocados em prática ao longo do século XX.

Assim, para compreender o que se desdobrou no Coque, é necessário também conhecer e entender os eventos, as relações de poder, os interesses, as ideias, as decisões e os atores fundamentais para consecução da urbanização e estruturação de sua nova paisagem de vilas e casas de alvenaria. A gestão do prefeito do Recife Gustavo Krause, entre 1979 e 1982, e a mobilização de lideranças e moradores do Coque, apoiados pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, organizações não governamentais e grupos político-partidários, foram alguns dos elementos propulsores que constituíram esse processo.

Tendo como fontes de pesquisa as notícias do *Diário de Pernambuco*, entre 1979 e 1989, que reportam os embates entre a gestão municipal e o movimento comunitário, traço uma narrativa que pretende trazer à tona as relações de poder, convergências e conflitos de interesses entre os atores. As matérias jornalísticas que acessei foram inventariadas pela Rede Coque Vive e publicadas na Coleção Coque Vivo (2011).

A fim de me acercar da atuação do movimento comunitário e de ações políticas recentes no Coque que mobilizaram seus moradores, também considero como fonte de pesquisa os depoimentos de lideranças comunitárias e ativistas, no videodocumentário *Coque: Histórias da Terra*. Esta produção se pauta na memória e na história que os entrevistados traçam sobre as disputas para permanência no Coque e urbanização do espaço, que se desdobraram na década de 1980.

Em síntese, o que pretendo compreender, neste capítulo, é a tensão entre os sujeitos políticos dessa história, a partir da Prefeitura do Recife e das demais instâncias municipais e do movimento de bairro, que articulava, naquela década, moradores, pessoas de partidos políticos, representantes da arquidiocese de Olinda e Recife, integrantes de organizações não governamentais e organismos internacionais. Cada uma delas atuava conforme princípios e interesses diversos, que ora se confrontavam, ora convergiam, mas que produziram discursos,

práticas e transformações na comunidade do Coque e no Recife. A partir dos eventos reportados pelas notícias analisadas do *Diário de Pernambuco*, busco evidenciar as práticas e linguagem do Estado e do movimento comunitário, assim como contextualizar suas ações, ressaltando o papel dos agentes no processo de urbanização do Coque.

3.1 O protagonismo do movimento de bairro e a participação social no Recife dos anos 1980

Na década de 1980, no Recife, novos atores ascendem na arena política reivindicando casas e serviços públicos, na arena política: as associações de moradores dos bairros pobres da cidade. No Coque, esses sujeitos estavam mobilizados em torno do Coque Clube e, posteriormente, do Grupão. A visita do presidente João Figueiredo inseriu a comunidade, de uma vez, no embate político com a prefeitura do Recife e o governo do Estado, durante toda a década de 1980, e consolidou a atuação do movimento comunitário, seus líderes e parceiros, como a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife e a associação sem fins lucrativos francesa *Frères des Hommes*.

Luna (2014) investigou as práticas das associações de moradores e a construção da identidade do movimento bairro na cidade do Recife, entre 1979 e 1988. Sua pesquisa argumenta que o contexto de abertura política do regime militar — desdobrado em reforma partidária, revogação do Ato Institucional nº 5, Lei da Anistia e demais decisões —, a ênfase no “participacionismo” e o cotidiano adverso de pobreza urbana favoreceram a ascensão dos movimentos de bairro, os quais se somavam a outros movimentos sociais em emergência, como o sindical e o de mulheres, que reivindicavam participação nas instâncias decisórias do Estado.

Segundo Luna (2014), os bairros pobres mobilizavam diversas tendências e grupos políticos: além de representantes dos moradores e líderes da comunidade, o movimento integrava políticos de partidos que não tinham espaço na arena institucional após a reforma de 1979 (como o PMDB e PT) ou que ainda agiam na ilegalidade (como o PCB e PCdoB); organizações como a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop); e setores da Igreja Católica ligados ao arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara.

As ideias e práticas compartilhadas, que davam sentido à ação política de tais sujeitos, foram sendo reelaboradas ao longo do período de exceção do regime dos militares, mas seus

princípios provinham de anos anteriores a 1964, quando da criação das ligas de proprietários pobres, nas décadas de 1930 e 1940, e da articulação, em 1963, da Federação das Associações dos Bairros do Estado de Pernambuco (Fabep)⁴⁸.

Quando a estrutura e as práticas do governo dos militares⁴⁹, em meados da década de 1970, já não eram capazes de conter ideias contrárias, sobrepuseram-se, no debate político, os princípios que fundamentavam as liberdades democráticas, participação na tomada de decisões e exercício de cidadania. Os movimentos sociais, assim, rearticularam-se entoando a agenda democrática, na disputa dos mecanismos de poder. Os novos espaços e discursos estabelecidos propiciaram o fortalecimento e retorno das associações de bairro, forjadas nas ideias de democracia de base, descentralização burocrática, horizontalidade na tomada de decisões, autonomia partidária e independência em relação ao Estado (LUNA, 2014, p. 95).

Nessa perspectiva, as associações conformavam, segundo Luna (2014, p. 95), “um campo ético ou identitário”, através do qual articulavam múltiplos sujeitos. Concretamente, suas pautas se construía na experiência de residir em um território de pobreza urbana, alijado das ofertas de serviços públicos, dos espaços de decisão e do acesso a recursos de produção e oportunidades no mercado de trabalho. Estas demandas e expectativas (moradia, posse dos terrenos, equipamentos de uso coletivo, rendimentos e vivências na cidade), uma experiência comum de cotidiano, produziam um espaço de referência, material e simbólico, que congregava diferentes atores políticos.

Assim, a experiência compartilhada do espaço urbano informava o discurso produzido pelo movimento. Como parte das estratégias de disputa de poder, procuravam elaborar representações positivas dos lugares onde viviam, “na busca por adotar uma nova identidade [...], afirmando-se, assim, como atores sociais legítimos em suas reivindicações” (LUNA, 2014, p. 89).

⁴⁸ Na década de 1930, em Afogados, foi criada a Liga dos Proprietários da Vila de São Miguel, cuja principal frente de luta era a permanência no local e a posse da terra. Ao longo das décadas, outras sociedades foram criadas, como pontuamos no capítulo 1. No governo de Miguel Arraes, que foi deposto pelo golpe de 1964, também foi estimulada a participação popular, através de associações de bairro, audiências e do movimento de cultura popular. Em 1963, foi criada a Federação dos Bairros do Estado de Pernambuco (Fabep), que articulava representantes dos bairros pobres e o governo Arraes (ALBUQUERQUE, J. T., 2006).

⁴⁹ Muitos atribuem o enfraquecimento do regime, a partir de 1975, ao fim do milagre econômico e à expressiva vitória de parlamentares do MDB, nas eleições gerais de 1974. Segundo Reis Filho (2014, p. 129), o presidente João Figueiredo “já não dispunha de instrumentos de exceção para conter oposições que brotariam de todos os lados”. Além da reforma partidária que proporcionou a criação de seis partidos, a conjuntura econômica de concentração de renda social e regional, endividamento externo, diminuição da taxa de crescimento, aumento do desemprego e da inflação contribuíram para o debilitar o governo dos militares (REIS FILHO, 2014).

Nesse período, as associações produziam e faziam circular a *Folha dos Bairros*, elaborada pela organização ETAPAS, que difundia ideias e conteúdos elaborados por moradores e organizações parceiras do movimento. De acordo com Luna (2014), dava-se ênfase, nas matérias, à formação sociohistórica dos bairros e a notícias que descreviam as condições da vida diária, desemprego, ausência de bens e carência de serviços urbanos. O autor ressalta que esse material escapava dos poderes censores, muito possivelmente por circular durante o período de liberalização; mas também por ter o apoio da Igreja Católica, “importante guarda-chuva” do movimento de bairro, que mobilizava e acolhia “sujeitos de variadas perspectivas ideológicas” (LUNA, 2014, p. 95).

As múltiplas atividades existentes nos bairros são narradas por uma considerável tiragem de jornais de bairro [...] que retratavam, neste período, as atividades desse efervescente cotidiano, por vezes produzidos pelos próprios moradores, pelo próprio poder público ou por ONG’s que assessoraram os movimentos de bairro, como a ETAPAS e a sua “Folha dos Bairros”. As tiragens possuíam periodicidade mensal, mas por vezes irregular, provavelmente devido às dificuldades financeiras que eram enfrentadas [...] Os textos eram escritos tanto por integrantes da associação do bairro, quanto por pessoas ligadas às entidades que realizavam a produção material. Os jornais normalmente eram distribuídos para as entidades dos bairros e estas, por sua vez, disseminavam os cadernos entre os moradores. Esporadicamente podiam ainda ser vendidos de forma avulsa, mas a preços simbólicos (LUNA, 2014, p. 95).

As associações de moradores de bairros e demais movimentos sociais conduziam o cotidiano político da cidade do Recife em estreita relação com os grandes temas do debate público nacional. Passeatas, comícios, abaixo-assinados e ocupações materializavam a posição de contestação ao Estado autoritário. Essas ações mobilizavam temas da agenda política, do período, como as greves dos trabalhadores e eleições diretas.

Ao mesmo tempo em que o Estado ditatorial tentava ter controle de sua reconfiguração, ele perdia adesão e legitimidade social. Nesse contexto, uma ideia concebida e disseminada ao longo dos anos de exceção tomou força: reivindicavam-se cidadania e participação social na tomada das decisões. Nos bairros, sobretudo, onde o movimento atuava sob princípios comunitários e de associativismo, demandava-se instâncias e práticas políticas participativas, a partir das quais pudesse realizar transformações concretas nos bairros e na cidade, em benefício de seus moradores.

Para Allan Luna (2014), a retórica dos movimentos de bairro que ensejava a participação social foi apropriada pela gestão municipal de Gustavo Krause, a partir de 1979, na tentativa de assegurar à Prefeitura do Recife respaldo popular. O Estado apreendeu a

linguagem do movimento e a transformou em tática de governo, cujas formas e práticas se manifestaram, inicialmente, na criação dos Núcleos de Planejamento Comunitário, também denominados “Barracões”, instalados em regiões de pobreza urbana do Recife, como o Coque.

Em certa medida, as novas formas de governar de Krause tinham relação com a reestruturação do Estado brasileiro, operada a partir de 1979, mais especificamente com a reforma partidária instituída pela Lei nº 6.767, que extinguiu os partidos criados pelo AI-2 (a Arena e o MDB) e estabeleceu regras para criação de novas legendas. Com essa medida, a presidência de João Figueiredo objetivava fragmentar a oposição emedebista e dar prosseguimento ao projeto de governo liderado pelos militares, agora sob a legenda que substituiu a Arena, o Partido Democrático Social (PDS).

Filiado ao partido de base do governo dos militares e atuante na administração pública desde 1964, o prefeito do Recife, que assumiu a gestão em 1979 nomeado pelo governador Marco Maciel (PDS), representava os anseios do regime por adesão e legitimidade social. Gustavo Krause era um político relativamente jovem na época, que poderia ressignificar formas e práticas de governo e manter o PDS na situação de poder. Nesse novo contexto, a gestão se propõe a escutar as demandas dos movimentos de bairro, posto que o momento político explicita que não é mais possível governar sem apoio das associações de bairro.

Essa interpretação é respaldada no próprio *Plano Diretor de Assentamentos Sociais para População de Baixa Renda* (1979), que analisei no segundo capítulo. O documento elaborado pela Fidem constatou que inexisteriam canais de comunicação entre as associações comunitárias e o setor público a fim de propiciar “a agregação de esforços dos diversos grupos voltados para a organização social no sentido do atendimento das necessidades básicas das comunidades” (PERNAMBUCO, 1979, p. 40). O plano sugeria, enquanto estratégia de intervenção nos assentamentos sociais, a constituição de um sistema de participação, formado por associações e conselhos comunitários, com

participação popular no equacionamento dos problemas próprios a cada assentamento, fortalecendo associações comunitárias para o desempenho do papel de agentes intermediários do desenvolvimento junto ao governo, na reivindicação de soluções para os problemas de ordem pública que ocorrem nos assentamentos e, junto à população, para uma efetiva participação no processo de desenvolvimento pretendido (PERNAMBUCO, 1979, p. 40).

Movido pelo autointeresse em construir sua carreira e angariar dividendos políticos para tal, Gustavo Krause reforça as práticas de participação popular e o discurso que aproxima

prefeitura e população. Ele elege “o social” como campo de intervenção de sua gestão, a fim de conquistar a legitimidade que o seu cargo não possuía. No trecho abaixo, o próprio Krause elabora sentido para suas escolhas que acresce à nossa interpretação:

[...] eu não tinha legitimidade na origem, tinha que adquirir legitimidade nas ruas, então identifiquei o social como medida de todas as prioridades, e uma outra coisa foi governar, da cidade para a prefeitura, e não da prefeitura para a cidade, que foi essa coisa da participação. A questão de ser prefeito biônico me incomodava, então fomos para a rua e ao mesmo tempo em que nós estimulávamos o aparecimento das lideranças populares e dos movimentos de base, apareciam conflitos com as CEB's, as pastorais e os movimentos de esquerda, que desconfiavam de cooptação, porém o que importa é que os movimentos sociais tiveram acesso ao poder. Isso arrepiava os conservadores e intrigava os de esquerda (Entrevista concedida em 19/06/2001 In FERNANDES, A. S. A., 2004 apud LUNA, A., 2014, p. 100).

As premissas de gestão da prefeitura de Krause evidenciam a análise de Das e Poole (2008) que compreendem “as margens como pressupostos necessários do Estado”. No contexto em questão, as margens dão sentido à forma de poder institucional por outras vias, que não as práticas estabelecidas pelo Estado Democrático de Direito, como o exercício da cidadania e dos direitos políticos. Krause reconhecia, na época, essas circunstâncias institucionais, de modo que, para contorná-la, identificou os sujeitos da pobreza urbana como atores necessários à sua condição de poder.

Do trecho acima, infere-se que Krause tinha consciência de que o Estado não estava juridicamente estruturado para assegurar a realização da vontade soberana do povo sobre quem iria governá-lo. Ao mesmo tempo, ele queria se fazer legítimo e procurava adquirir o direito de governo por outros meios. Sua estratégia, então, foi se acercar das margens da cidade, apreender suas expectativas e ouvir suas demandas. Com isso, produziu discursos e implantou práticas que inseriram a política social como prioridade da gestão da Prefeitura do Recife. Krause enfatizou, em sua forma de governo, o cuidado do Estado provedor. Nesse os bairros pobres, e o Coque, especificamente, foram pressupostos necessários à manutenção do poder municipal.

Por outro lado, na década de 1980, as ideias elaboradas, os princípios defendidos e as mobilizações efetuadas, na arena política, relacionados à participação social — que a tornavam necessária à nova configuração de Estado em disputa e que se tenta, no período, instituir — trouxeram resultados concretos, a exemplo do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis), instituído pela lei nº 14.947, em março de 1987.

Em 1983, a lei municipal nº 14.511, de Uso e Ocupação do Solo do Recife, reconheceu a existência dos *assentamentos precários* no espaço urbano e delimitou as Zonas Especiais de Interesse Social. A lei foi um dos resultados das disputas em torno da posse da terra, mobilizadas pela Comissão de Justiça e Paz, pelos movimentos de bairro e apoiadores, como descrevi anteriormente.

A lei do Prezeis veio para regulamentar artigos relacionados à regularização fundiária e inserção das Zeis no tecido urbano, materializando, no Plano, as ideias de participação social e criação de assembleias populares nos bairros e demais instâncias (LUCIENNE, 2015).

Desta forma, o Prezeis consistiu em um canal de participação para a população discutir políticas públicas e intervenções urbanísticas nas regiões onde residem. No afã participacionista da década de 1980, a lei do Prezeis foi uma vitória para o movimento comunitário. Ao longo da década de 1990, deu sentido à atuação política de entidades da sociedade civil, forjadas no contexto da redemocratização e do dismantelo do Estado ditatorial, que faziam parte da efervescência de mobilização em torno das pautas das associações de moradores e movimentos de bairro.

Embora tenha perdido força na década de 2000, do ponto de vista de Chynthia Lucienne (2015, pp. 162-193), que investigou a implementação norma, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social pôde assegurar, por um tempo, a permanência da população em suas comunidades e reconheceu institucionalmente a participação comunitária na formulação de políticas urbanas. Entretanto, a autora afirma que:

[...] documento do Prezeis de junho de 2013 revela que desde 2007 as obras estão pendentes em todas as Zeis, mostrando a paralisia do canal de regularização das Zeis. No caso particular do Coque, esse mesmo documento revela que a elaboração do projeto executivo de engenharia, urbanização e paisagismo na área da Areinha está pendente desde 2010. É interessante sublinhar que esse projeto não abrange a totalidade da Zeis do Coque como deveria fazer o plano urbanístico. Em paralelo, muitas intervenções urbanas nas áreas não passam pelo fórum do Prezeis como deveria ser para debater sua pertinência. Podemos citar, assim, o projeto integrado de urbanização da Zeis Ilha de Deus e o futuro plano integrado de urbanização do Coque (LUCIENNE, 2015, p. 180).

Nota-se, pois, no período recente, que as ideias de participação social e cidadania, forjadas nas décadas de 1970 e 1980, assumiram novos contornos e novas problemáticas, que ainda incidem no Coque.

3.2 Gustavo Krause, o movimento do bairro do Coque e a luta pela posse da terra

Gustavo Krause⁵⁰ foi forjado nas instâncias de governo e nos espaços político-partidários. Sua carreira política foi longa, e o cargo de prefeito do Recife foi apenas o início de uma trajetória significativa na política institucional brasileira. Seu tio José Francisco de Moura Cavalcanti foi político com lastro no regime militar e em Pernambuco, tendo governado o Estado entre 1975 e 1979⁵¹.

O início da trajetória política de Krause foi articulada por Moura Cavalcanti, que o empregou como oficial de gabinete, quando fora secretário de Administração de Pernambuco, no governo Paulo Guerra (1964-1967). Em 1970, após ter concluído o curso de Direito na Universidade Federal de Pernambuco, o futuro prefeito tornou-se auditor do Tesouro do Estado.

Quando Moura Cavalcanti ocupava o cargo de ministro da Agricultura do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, entre 1973 e 1974, Gustavo Krause foi convidado para assumir a subchefia do gabinete do parente-ministro. Em 1975, Moura Cavalcanti foi nomeado governador de Pernambuco, assumindo, o sobrinho, a Secretaria da Fazenda do Estado. Em 1979, Gustavo Krause foi nomeado prefeito do Recife, com a assunção de Marco Maciel ao governo de Pernambuco.

Filiado ao PDS, Krause ainda seria vice-governador de Pernambuco eleito em 1982; vereador do Recife pelo Partido da Frente Liberal (PFL), em 1988; deputado federal eleito em 1990, também pelo PFL e ministro nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (LOPES, G.; MONTALVÃO, S. in CPDOC/FGV). Da longa e significativa trajetória política de Gustavo Krause, pode-se supor que seus desejos de exercício do poder institucional não eram desprezíveis e suas habilidades na arena política eram satisfatórias.

Na entrevista que concede ao CPDOC/FGV, Krause se constrói como um intelectual humanista, afeito aos autores clássicos iluministas. Detalha que leu, com interesse, sobretudo cognitivo, a linhagem liberal da literatura econômica e política, assim como a linhagem socialista. Elogia Tocqueville e a “psicologia do poder e práxis política” de *O Príncipe*, de Maquiavel. Gustavo Krause atribui aos estímulos de sua mãe — mulher descrita como de

⁵⁰ Em julho de 2005 e janeiro de 2006, o ex-prefeito do Recife, ator fundamental na história de transformação da paisagem do Coque, concedeu longa entrevista para as historiadoras do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Célia Maria Leite Costa e Dulce Chaves Pandolfi, para inserção no Projeto Memória Viva, da Assembleia Legislativa de Pernambuco. É com base no relato e na narrativa que ele elabora de si, nesta obra, que faço as pontuações a seguir.

⁵¹ Falamos de Moura Cavalcanti no primeiro capítulo, ao descrever sua visita ao Coque, para acompanhar a mudança de mais de 50 famílias do bairro para o Ibura, pelo Projeto Mutirão.

vanguarda, filha de intelectuais pernambucanos — o prazer pela leitura. Para ele, o conhecimento e cultura são valores: estudou Direito, na Faculdade de Direito do Recife (FDR); relembra satisfatoriamente o nome de seus professores de faculdade e do colegial e diz que “no fundo” se preparou para o magistério (PROJETO memória Viva, 2007, p. 25).

A política, segundo o ex-prefeito, foi um acidente (PROJETO memória Viva, 2007, p. 25). Sua trajetória lhe levou a ela, pela “tecnoburocracia”, ao se preparar para carreiras do Estado, especializando-se, por isso, em Direito Tributário na FDR. Entretanto, afirma que sua família tinha um “alinhamento mais conservador do ponto de vista político” (PROJETO memória Viva, 2007, p. 26). A mãe, referência admirada, era udenista. Krause define que a carreira política, inicialmente, foi uma espécie de aprimoramento profissional. O poder, nesse particular, que lhe interessava era o que poderia ser exercido pelo saber, com a aquisição de conhecimentos e seus usos.

Gustavo Krause se afirma liberal. Suas assertivas lhe colocam num posicionamento de direita esclarecida. Atribui a desigualdade social ao fracasso da classe política. Em sua visão, essa classe não é capaz de atuar, de modo a distribuir os progressos e geração de riquezas do sistema capitalista. Além disso, define-se como sensível às questões sociais. Esta sensibilidade, ele justifica pelas vivências no bairro da Torre. Em suas palavras:

um bairro socialmente miscigenado. Era um bairro de pequena classe média e de operários. Isso foi muito importante na nossa formação [...] eu tenho saudade dos moleques de rua, porque eles tinham, entre eles, um pacto interclasses, um pacto afetivo — o que não acontece hoje. Não existe mais essa figura do moleque de rua de subúrbio [...] E todos convivíamos com pessoas de nosso estrato social e com pessoa de um outro estrato social, num aprendizado recíproco e numa convivência que, para mim, foi muito importante (PROJETO memória Viva, 2007, p. 20).

Pelo fragmento, torna-se visível o tom conciliador do ex-prefeito, sua principal habilidade política, a meu ver. Abaixo, outro trecho expõe mais claramente suas ideias acerca da estratificação e conflitos sociais:

Acho também que a miscigenação social que eu vivi na minha infância, no bairro da Torre, me deu um tipo de sensibilidade. De um lado, eu tinha essa visão meio arraigada, individualista, libertária. De outro, eu via aquela diferença que existia (e que foi agravada com o tempo) entre a pequena classe média na Torre e aqueles meus amigos que faziam parte eu não diria de um lumpen, porque o lumpen veio depois, mas eram pessoas muito pobres e que ficavam abrigadas lá em casa. Isso aí sempre me fez acreditar que era possível uma solução, sem que tivesse, necessariamente, que ser através da luta de classes (como consta da profecia marxista) (PROJETO memória Viva, 2007, p. 28).

Uma imagem satisfatória para representar Gustavo Krause é a do tipo social do bacharel, figura que emerge com a decadência da sociedade patriarcal rural, no esquema de Freyre, em *Sobrados e Mocambos*. O bacharel é o filho do senhor, cuja autoridade já não é a mesma. No decorrer do século XIX, durante o império, frequentou as universidades europeias e tem destacados na formação valores iluministas. No âmbito da família patriarcal, é vetor das transformações internas das relações de poder entre os membros da família. Sua formação tem como características “o abuso da retórica, o tom eloquente e verborrágico” (VELOZO, M., 2000, p. 378).

As ações implementadas pela prefeitura de Gustavo Krause, no Coque, tiveram início com a instalação do Núcleo de Planejamento Comunitário, conhecido como “barracão”, por meio do qual a gestão atuava na comunidade. No espaço, trabalhavam engenheiros, assistentes sociais, sociólogos e economistas que, em tese, dialogavam com a população e discutiam os termos para a regularização fundiária e urbanização da área. Além das casas e vilas, as obras da municipalidade previam drenagem e pavimentação e a implantação de escolas, creches e posto de saúde.

Krause foi um dos responsáveis por articular a ida do presidente da República João Figueiredo ao Coque, ocasião em que o militar “prometeu” casas e a posse do terreno. Até algo efetivamente se realizar dessa promessa, muitos embates entre o movimento comunitário e gestões da prefeitura do Recife, especialmente a de Krause, aconteceram. A demora para obter respostas e ações do Estado afetou diretamente as expectativas dos moradores. A longa espera acalorou o cotidiano do Coque, produzindo diversas mobilizações.

Na primeira delas, em 22 de agosto de 1980, uma comissão de 70 moradores do bairro seguiu à prefeitura do Recife com a finalidade de entregar ao prefeito um documento com 5 mil assinaturas que exigia a regularização das terras. Krause não os recebeu e, com isso, uma confusão se instalou no salão do 9º andar da municipalidade, depois que o chefe de gabinete do prefeito, Major Reginaldo Farias, passou a acusar o advogado da Comissão de Justiça e Paz, Pedro Eurico, que acompanhava a comitiva, de incitar “o povo contra o Estado” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22 de agosto de 1980).

A situação foi apaziguada com a resposta do gabinete de que, na segunda-feira seguinte, Gustavo Krause receberia 190 representantes da comunidade para uma reunião. O encontro acontece. Mas, nele, Krause não deu boas notícias. Comunicou aos moradores

decisão do Supremo Tribunal Federal de dar ao particular Uraquitã Bezerra Leite⁵² o domínio de dois terços dos terrenos do Coque.

Uma notícia do *Diario de Pernambuco*, de 28 de agosto de 1980, informou que, dias após este anúncio de Krause, se espalhou pelo Coque o boato de que Uraquitã Bezerra Leite usaria da força para expulsá-los do terreno. O vereador Josué Pinto, do partido de oposição à prefeitura, o PMDB, dá entrevista sugerindo que “há algo debaixo dos panos” nessa decisão judicial que beneficia Bezerra Leite. O vereador acusava a municipalidade de demagogia, uma vez que esta prometeu a titulação das terras, sem saber de fato quem eram seus proprietários.

No meio do imbróglio, a prefeitura institui uma comissão para examinar eventuais direitos de terceiros sobre as terras do Coque. Meses seguintes, a comissão reportaria, em relatório elaborado pelo advogado Renato Santos Pinheiro, que Uraquitã Bezerra Leite era dono de uma área de 285.785.885 m².

De toda maneira, Krause reiterava, conforme entrevista ao *Diario de Pernambuco*, em 31 de agosto de 1980, que a área do Coque seria legalizada em favor dos moradores da comunidade. “Nem mesmo o reconhecimento da Justiça de um eventual direito de terceiros impedirá a regularização”, afirmou o prefeito. Esta se trata de uma longa entrevista, em que, notadamente, o jornal deu espaço ao prefeito, a fim de que ele desse uma resposta à população do Coque. Nela, Krause explica que o primeiro passo do Projeto Recife — nome da primeira tentativa de se implantar o Promorar na cidade — era a regularização fundiária. Nesse plano, não só o Coque seria beneficiado, mas também as comunidades de Brasília Teimosa, Coelho, Alto da Favela e Torrões.

No diálogo, o gestor enfatizou a solicitação de aforamento das áreas da Joana Bezerra à Superintendência de Patrimônio da União (SPU) e que portaria do Ministério da Fazenda havia transferido domínio útil do terreno do Coque para a prefeitura. No entanto, Krause não mencionou explicação alguma sobre a sentença que favorecia Uraquitã Bezerra Leite.

Ela seguia, apenas, com a postura garantidora de que as terras seriam tituladas e que seriam transferidas para a população. Para validar suas palavras, disse que a prefeitura estava realizando uma pesquisa socioeconômica, para cadastrar moradores, e que o planejamento para urbanização da área estava sendo feito com participação da população, nos “barracões”. Também assegurou que o obstáculo jurídico poderia ser resolvido com uma indenização. E,

⁵² Mencionamos Uraquitã Bezerra Leite entre os proprietários identificados pela URB no projeto Promorar Coque. Uraquitã havia ajuizado ação, em processo desde a década de 1950, para reintegrar terrenos da Ilha Joana Bezerra à sua propriedade.

para dar ares de controle social à sua política, disse que a Comissão de Justiça e Paz estava presente em todo o processo para legalização dos terrenos.

Os enunciados do prefeito abusavam de ideias como “humanização da favela” e “o mocambo foi melhorado com muito sacrifício” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11 de abril de 1981). Nesta e em outras reportagens, o discurso da gestão insistia na ideia de uma política de urbanização e habitação que se distingue das anteriores, as quais concebiam solucionar a questão dos mocambos a partir da construção de vilas de casas em bairros localizados distantes do centro da cidade, como foi feito, em 1976, com as famílias que residiam na Pitangueira, no Coque, na gestão do tio de Krause, Moura Cavalcanti. De certa maneira, essa mudança de paradigma demonstrava algum reconhecimento, por parte da prefeitura do Recife, das demandas e reivindicações do movimento comunitário do Coque. Ou seja, as ações e discursos criados pela comunidade estavam tendo eficácia ou convergiam em algum nível com as táticas de governo da municipalidade.

Gustavo Krause, nessas circunstâncias, se apresentava como um gestor que compreendia a necessidade de aqueles sujeitos permanecerem na localidade em que construíram seus mocambos. A política de urbanização da sua gestão tinha o objetivo de garantir a posse dos terrenos e a urbanização da comunidade, em vez de transferi-la para “longe do mercado de trabalho”. Nas palavras do prefeito, isso provocaria rupturas (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11 de abril de 1981). Nota-se, mais uma vez, o foco do Estado no desenvolvimento do padrão capitalista de poder, como frisamos no capítulo anterior.

Em 19 agosto de 1981, moradores do Coque se mobilizam novamente e seguem até a Secretaria da Casa Civil do Governo de Pernambuco, chefiada por Margarida Cantarelli. Dessa vez, eles direcionaram suas reivindicações a respeito da solução para a posse dos terrenos ao governador Marco Maciel. Em carta, a comunidade questiona “[...] em que pé estão os trabalhos e o interesse do Estado em entregar os títulos das terras. Uma vez que a Prefeitura não se manifesta, recorreremos à força maior” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 6 de setembro de 1981).

A questão é pauta recorrente do *Diario de Pernambuco*, entre setembro e outubro de 1981. A notícia que reportavam as ações do movimento comunitário são, pouco tempo depois, seguidas de matérias que explicitam o discurso oficial da municipalidade, como que em resposta ao que era reivindicado. Por exemplo, uma semana após a publicação da carta ao governador Marco Maciel, notícia de 13 de setembro de 1981 reiterava que a prefeitura estabeleceu uma espécie de “Programa de Legalização da Posse da Terra no Recife”. Diz que a Empresa Municipal de Processamento Eletrônico havia sido contratada pela Secretaria de

Assuntos Jurídicos da prefeitura para organizar a identificação dos lotes que seriam regularizados e que estes levantamentos estavam sendo realizados no Coque e nos Coelhos. A notícia assinala o compromisso da gestão municipal afirmando que, em Brasília Teimosa, mais de 400 “títulos” haviam sido entregues.

Em 1º de outubro de 1981, o *Diario de Pernambuco* informava que os representantes do Coque retornaram ao Palácio do Campo das Princesas para obter uma resposta da carta encaminhada a Marco Maciel. No texto, torna-se evidente que a mobilização comunitária buscava consolidar uma narrativa para si: diz que um decreto assinado por Figueiredo lhes garantiam a posse dos terrenos e que a Prefeitura seria responsável pela urbanização do Coque, em até 5 anos. Justifica esse direito ressaltando que foi o povo que aterrou a área alagada tornando-a propícia à construção.

No dia seguinte, em 2 de outubro de 1981, o *Diario de Pernambuco* expunha o posicionamento da Prefeitura, dizendo que a coordenadoria do Sistema de Ações Comunitárias entregou um documento ao conselho de moradores respondendo às suas reivindicações. A notícia ainda assegurava que as intervenções estavam sendo planejadas para o Coque, com recursos do BNH, por meio do Promorar.

“Krause reúne-se no BNH” é manchete em 6 de outubro. O jornal começa a enfatizar o protagonismo do prefeito do Recife para solucionar o impasse da regularização dos terrenos do Coque. A matéria informava que o prefeito se reunira com diretores do Promorar e da Carteira de Mobilização de Terras, do BNH, a fim de solicitar verbas para compra de terrenos privados do Coque. Nas contas publicadas, seriam necessários 350 milhões de cruzeiros para urbanizar o Coque.

Na esteira das providências tomadas pela municipalidade, as matérias informavam que uma empresa fora contratada para elaborar as plantas e desmembramentos dos lotes, no Coque, em conjunto com a URB.

Ainda havia sido instituída a Comissão de Legalização de Posse de Terrenos para o Coque, formada por duas sub-comissões: uma de sindicância, constituída por dois funcionários da Empresa de Urbanização do Recife; um representante do conselho dos moradores do Coque e outro da Sociedade dos Proprietários da Ilha do Maruim. A segunda sub-comissão, de Julgamento, era composta de representantes da prefeitura, do Coque, da Sociedade dos Proprietários da Ilha do Maruim, da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Pernambuco, e da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife. Esse grupo era responsável por resolver divergências entre os moradores sobre a medição dos lotes.

Enquanto os problemas para regularização prosseguiram e os moradores não vislumbravam a concretização dos planos de urbanização do Coque, tampouco a efetivação da promessa de Figueiredo, uma nova proposta de intervenção no local passou a estampar o noticiário. As notícias anunciavam que cerca de 800 famílias que ergueram seus mocambos na linha férrea teriam de ser desapropriadas para a construção do metrô do Recife. A RFFSA dizia que as habitações situadas no trecho entre a Estação Central e o braço morto do Capibaribe, uma faixa de 2,5 quilômetros, que circunda a Ilha Joana Bezerra ao sul, precisavam ser remanejadas.

Com novas variáveis em jogo, Gustavo Krause necessitou dar uma resposta factível à população do Coque, em meio ao confronto de discursos que envolviam a regularização fundiária e a urbanização da área. Finalmente, em 30 de novembro de 1981, segundo o *Diário de Pernambuco*, os primeiros “títulos de posse” foram entregues. Ao todo, 15 moradores receberam o documento, segundo o jornal. Seus nomes foram publicados em notícia do dia 26 de novembro de 1981. O texto informava também que “contratos de financiamento das obras de urbanização”, como calçamento, serviço de água, galerias e canais de drenagem, seriam assinados em dezembro.

A notícia anunciava, ademais, que o prefeito do Recife participaria, nos dias 2 e 3 de dezembro, do I Encontro Nacional do Promorar, no qual apresentaria as experiências de urbanização do Coque, Brasília Teimosa e Alto da Favela. Em Brasília Teimosa, inclusive, no final de 1981, era entregue o 1000º título de posse.

Em Brasília Teimosa, em março de 1982, os moradores do Coque voltaram a encontrar o presidente João Figueiredo. Mais de 100 pessoas do bairro foram até o bairro vizinho, onde o presidente fazia comício. No encontro, levantaram uma faixa com a frase “Queremos a posse da terra antes da urbanização” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 5 de março de 1982), mas foram impedidos de falar com o chefe de Estado.

A querela da posse da terra e urbanização do Coque entre governo estadual, prefeitura do Recife, líderes comunitários e moradores prosseguiu durante toda a década de 1980. Em maio de 1982, Krause, importante ator desse processo, deixou a prefeitura para se candidatar a vice-governadoria do Estado. Seu sucessor, Jorge Cavalcante deu continuidade às visitas ao barracão e às promessas de regularização fundiária, construção de casas e obras de infraestrutura e de serviços públicos no Coque.

Em 17 de outubro de 1982, o *Diário de Pernambuco* anunciou que o prefeito entregaria 35 títulos de posse a famílias no bairro. No mesmo período, as obras do metrô do Recife estavam na pauta pública. A prefeitura informou que as famílias que residiam próximo

à linha férrea seriam deslocadas para uma vila de casas, construída na região da Areinha. O metrô, de certa forma, agilizou o processo de urbanização do Coque. No entanto, a implantação da Estação Joana Bezerra desencadeou uma série de problemas para a população.

Inicialmente, a URB e a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), haviam proposto retirar as famílias que moravam ao longo da linha do trem apenas quando as casas construídas pelo Promorar, na Areinha, estivessem prontas, o que não foi cumprido. Segundo informaram as notícias, houve atraso no cronograma de obras das unidades habitacionais e, quando foi o momento de executar a construção da estação, muro e traçado do metrô na comunidade, boa parte das pessoas que residiam em mocambos próximo à linha do trem teve de aceitar, resilientes, indenizações irrisórias.

Com a indenização, algumas famílias foram embora do Coque e outras construíram novos barracos em outras áreas do bairro. Apenas cerca de 120 famílias conseguiram acesso às casas do Promorar, construídas perto do viaduto da Joana Bezerra, a partir de outubro de 1983.

Além da implantação do metrô, as obras de infraestrutura, como canalização e drenagem das águas do Capibaribe, aterro e pavimentação de vias trouxeram inconvenientes para o dia a dia do bairro. Houve paralisações na execução que comprometeram as obras e provocaram prejuízos. Em 1984, no período das chuvas, residências foram inundadas, pois casas foram construídas em nível inferior ao aterro das ruas, o que trouxe problemas de escoamento das águas. O movimento comunitário, ainda, destacava que a urbanização que acontecia não considerava outras regiões do bairro, como a Vila de Papel, o Boeiro e o Esquadrão Azul.

Matéria do *Diário de Pernambuco*, de 11 de agosto de 1985, trazia a manchete “Coque denuncia abandono”. O texto destaca posição da diretoria do Grupo Comunitário, o Grupão, em relação ao projeto de urbanização do bairro. Obras paralisadas, atraso de dois anos do cronograma e dificuldades em dialogar com técnicos da URB, no barracão da prefeitura instalado na comunidade. O Grupão ainda descrevia o seguinte caso: pessoas desalojadas pelas obras do metrô invadiram casas inacabadas do Promorar. Concluía as partes não terminadas com zinco, madeira e papelão. A URB teve de expulsá-las.

Outra reclamação dizia respeito aos carnês para pagamento das prestações de aquisição da residência. A Cohab-PE, também parte responsável na execução do programa habitacional, não havia distribuído o documento. As famílias, muitas das quais não possuíam renda fixa, não tinham informação sobre o valor que deveria ser pago.

Em resposta às reclamações, o presidente da Empresa de Urbanização do Recife, Ricardo Couceiro, afirmou que as obras habitacionais e de infraestrutura do Coque estavam paralisadas devido a atraso no repasse de recursos pelo BNH, mas que a articulação com diretores regionais e técnicos do banco já estava sendo feita para solucionar a questão.

O projeto de urbanização do Coque previra, além da construção de vilas de casas de alvenaria, implantação de estruturas para creche, escola, posto de saúde e quadra poliesportiva; iluminação pública, sistema de abastecimento de água e arruamentos; além de canais para escoamento e drenagem da água da maré. Ao final de 1985, a URB, órgão da municipalidade que respondia às demandas dos moradores da comunidade, argumentava que haviam sido construídas 500 casas; outros 500 lotes haviam sido repassados a famílias, para que pudessem edificar suas residências. Segundo a empresa de urbanização, houve pavimentação de ruas, aterros, obras de drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário, além da implementação dos serviços públicos mencionados acima.

O Coque, aos poucos, se inseria na urbanização possível para a pobreza da cidade, ainda longe da paisagem ideal projetada nos planos de arquitetos e urbanistas. A regularização fundiária ainda era um grande imbróglio.

Uraquitã Bezerra, proprietário de parte do terreno, fora indenizado pela Prefeitura do Recife. Entretanto, não levou muito tempo para os primeiros moradores que receberam o título dos imóveis perceberem que o documento não tinha valor jurídico. Em setembro de 1986, durante o Seminário Nacional de Regularização de Loteamentos Urbanos, realizado pela Fidem, no Centro de Convenções de Pernambuco, o ex-secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife, José Henrique Wanderley, afirmou que, no Coque e em Brasília Teimosa, foram entregues instrumentos particulares com força de escritura, para acelerar a entrega dos imóveis e diminuir os custos com escrituras públicas. Não havia grandes preocupações por parte da municipalidade, pois apenas a União poderia questionar frente aos moradores a posse dos terrenos. Como as associações comunitárias exerciam forte pressão para agilizar o processo de assentamento, a prefeitura lhes entregou um documento sem validade alguma (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 6 de setembro de 1986).

O sentimento da população do Coque não era apenas de frustração, mas também de desconfiança em relação ao discurso e práticas dos governantes. As seguidas conversas, no barracão, entre representantes comunitários e URB soavam demagógicas e eleitoreiras.

Fortalecido, o movimento popular dos bairros posicionou-se. Em entrevista, acompanhada de outros líderes comunitários, ao *Diário de Pernambuco*, em 24 de novembro de 1985, Marcia Maria de Santana, representante do bairro do Coque, afirma que a

comunidade estava cansada de 22 anos de promessas e, especialmente, de nunca serem ouvidos ou indagados sobre o que queriam.

De acordo com a liderança, a gestão de Gustavo Krause performatizou uma gestão participativa, mas “os projetos já chegavam prontos nas favelas, e nós só fazíamos levantar as cabeças como lagartixas” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 24 de novembro de 1985). Na conversa, Marcia ainda pautou as reivindicações do movimento comunitário: seus moradores queriam a posse da terra, a documentação das casas e a diminuição do valor das parcelas do Promorar.

Como se conclui da narrativa, a urbanização do Coque não foi completa. No fim da década de 1980, casas foram entregues aos moradores, mas arruamentos, o sistema de abastecimento d’água e esgotamento sanitário não foram realizados adequadamente. Três vilas de casas foram construídas próximas ao viaduto Joana Bezerra, beneficiando centenas de famílias. A Prefeitura do Recife, por meio da URB, lhes entregou um termo de autorização e compromisso, que tornava cada beneficiado da moradia inquilino do imóvel, localizado em uma rua específica, de um determinado lote, de uma quadra definida. Muitos residentes chegaram a acreditar que se tratava de um legítimo documento de posse do imóvel⁵³, como dá a entender Cleiton, em entrevista no documentário *Coque: Histórias da Terra*:

Esse documento ele fica guardado a maior parte do tempo. Ele não tem muito significado não, eu acho, pra nós, assim. Talvez ele tenha tido algum sentido quando foi entregue, porque a esperança do pessoal era ter uma casa pra morar, conseguir a casa. Quando eu fui ler... na verdade, é uma autorização pra morar na casa, somente. Não dá nenhum poder, nenhum título sobre a terra, sobre o terreno. Na verdade, é uma autorização. A casa não é nossa. A gente tem autorização pra morar. A gente não pode vender, por exemplo (COQUE, 2012).

O sentimento de desconfiança em relação aos poderes constituídos é uma marca, hoje, da comunidade do Coque. Ao passo que a urbanização não teve prosseguimento, o movimento comunitário se reformulou, perdendo força os líderes da comunidade que se organizavam em torno do Grupão. Outros atores passaram a ter mais destaque na comunidade, como o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (Neimfa) e a Igreja São Francisco do Coque, liderada pelo Frei Aloísio.

Nos anos recentes, o Coque foi palco novamente de grandes obras, com a construção do Fórum do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 2001, e com a ampliação do Terminal Integrado de Passageiros Joana Bezerra, em virtude do programa de mobilidade para a Copa

⁵³ Uma imagem do documento está anexa a esta dissertação.

do Mundo da Fifa no Brasil, em 2014. Esta última intervenção provocou a desapropriação de centenas de casas que margeavam o canal que cruza o Coque e que equilibra as águas da maré.

Depreendemos dessa narrativa que a prefeitura de Gustavo Krause foi bem-sucedida em executar o que Das e Poole (2008, p. 25) chamaram de “pedagogia da conversão”, isto é, que objetiva “transformar sujeitos rebeldes em sujeitos legais do Estado”. O título de posse foi o instrumento utilizado para governar a população do Coque, na primeira metade da década de 1980. Um documento através do qual Gustavo Krause exerceu poder e angariou dividendos políticos. Neste ponto, podemos aludir à observação de Foucault de que a população é consciente daquilo que ela quer e exige do governo; contudo, ela é “inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (2013, p. 289). Considerando as relações políticas assimétricas entre prefeitura e movimento comunitário e as limitações de formulação e execução da política de moradia no Coque, uma vez que a atuação do Estado provedor de bem-estar é limitada pelos cálculos técnicos da economia política (SINGH, 2016), a gestão de Krause soube, habilmente, conduzir as expectativas, no início dos anos 1980, da população do Coque.

3.3 Pertencimento e disputa por narrativas

Como mencionado na introdução desta dissertação, o Coque foi representado, historicamente, pelos jornais locais como espaço produtor de violência e lugar de bandidos, cuja passagem deveria ser evitada. Os esforços que envolveram nos últimos anos agentes da Universidade Federal de Pernambuco, do Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (Neimfa) e do Movimento Arrebatando Barreiras Invisíveis (Mabi) tinham a finalidade de confrontar esta identidade negativa sobre o bairro e seus moradores. Articulados pela Rede Coque Vive, esses agentes promoveram oficinas, ações culturais, produtos midiáticos, pesquisas acadêmicas e o videodocumentário *Coque: Histórias da Terra*.

O documentário é uma elaboração conjunta dos novos atores que passam a atuar no Coque a partir de 2005. A narrativa construída teve o objetivo de dotar o bairro de uma identidade distinta daquela compartilhada pelos jornais locais. O material que deu suporte à montagem do vídeo foram entrevistas com moradores, novos e antigos, e com lideranças da comunidade que protagonizaram os eventos de reivindicação e negociação com a Prefeitura do Recife, para a permanência na Ilha Joana Bezerra e urbanização do espaço, nas décadas de 1970 e 1980.

Com o intuito de construir novos sentidos sobre Coque não mais vinculados à violência, os produtores do videodocumentário voltaram-se para a história da comunidade, delineada pelas lembranças dos sujeitos históricos. Uma narrativa histórica é produzida, a fim de disputar as representações construídas pelos meios de comunicação de massa e compartilhadas pela opinião pública sobre o bairro.

Este movimento de se remeter ao passado, enredando as memórias dos entrevistados, nos situa no presente e nos dá pistas das mudanças que ocorreram desde a década de 1980. Hoje, novas experiências, ideias, práticas e relações de poder compõem o Coque e a vida de seus moradores. Observamos, por exemplo, as sistemáticas investidas do mercado imobiliário mediante especulação, a execução de grandes obras urbanas no seu entorno operadas pelo Estado e processos de reconfiguração do movimento comunitário.

Para discutir o conteúdo do documentário, considero relevante explicitar as premissas teóricas que estão no bojo da minha análise. De acordo com Sá (2012, pp. 95-96), a memória social designa o conjunto dos fenômenos psicossociais da memória. A perspectiva deste autor assume que a memória é construída socialmente e, sobretudo, não consiste em uma reprodução das experiências do passado. São os indivíduos que lembram e esquecem, embora a forma como o fazem leve marcas sociais, culturais e linguísticas. As práticas de memória se produzem na interação social e sua construção está associada a pensamentos, motivações e afetos do sujeito que rememora.

É especialmente nas décadas de 1980 e 1990 que a prática historiográfica passa a reivindicar o uso da memória de grupos e de testemunhos orais como fontes na produção do conhecimento histórico (MEGILL, 2007). Obviamente, os usos da memória, neste caso, por parte de historiadores, não estariam alheios a críticas teórico-metodológicas. Megill (2007) assinala que a “historiografia orientada para memória”, como ele a denomina, pode resultar numa espécie de historiografia afirmativa, que valoriza a memória em dois sentidos:

First, it values the recollections of past historical actors and sufferers ‘for their own sake’ — that is, quite independently of their accuracy. Second, it values our knowledge of these recollections, a knowledge viewed not as cold and distant, but as itself a form of memory, one that links past, present, and future in a common framework of recollection (MEGILL, 2007, p. 21).⁵⁴

Pode-se afirmar que *Coque: Histórias da Terra*, ao narrar as memórias dos moradores do Coque, “subordina o passado aos projetos em que os seres humanos estão empenhados

⁵⁴ Tradução livre: Em primeiro lugar, ele valoriza as lembranças de atores e sofredores históricos do passado “para seu próprio bem”, isto é, independentemente de sua precisão. Segundo, valoriza nosso conhecimento dessas lembranças, um conhecimento visto não como frio e distante, mas como uma forma de memória que une o passado, presente e futuro em um quadro comum de recordação (MEGILL, 2007, p. 21).

agora” (MEGILL, 2007, p. 22), com o objetivo de fazer frente ao Coque visibilizado unicamente como espaço de violência e medo. A história traçada pelos relatos das lideranças comunitárias, políticos e ativistas que protagonizaram o processo de urbanização é a ferramenta utilizada para disputar, na cidade, os modos como o bairro é qualificado e designado. São novos mecanismos de atuação política, que lhes permitem ascender como protagonistas de novos confrontos e relações de poder, no Recife.

A memória, nesse caso, é componente fundamental da construção da identidade do Coque no tempo presente, uma vez que o conteúdo elaborado na rememoração e reconstrução do passado é o que dá sustentação a uma nova ideia compartilhada sobre o Coque e que fortalece o sentimento de pertencimento dos moradores ao local, dando sentido às suas novas lutas.

Em outros termos, a narrativa histórica em questão é parte de uma estratégia política mais ampla, elaborada por novos atores, que passam a incidir no Coque, como a Rede Coque Vive. Vasconcellos (2013, pp. 130-135) investigou a atuação da Rede, buscando compreender como ela se constituiu e se sustenta.

Ao analisar, por meio de entrevistas, os agentes que a integram, afirmou que a Rede Coque Vive consiste em uma ação coletiva, composta de múltiplos sujeitos, de diferentes orientações, que agem em torno de uma pauta comum: a construção de outro tipo de representação e visibilidade do Coque. Segundo a autora (2013, p. 130), “a identidade da Rede Coque Vive acontece a partir de um objetivo compartilhado e da ação para atingir esse fim”. Com configuração interna heterogênea, a Rede estabelece um fazer coletivo pautado no encontro, na troca, na criação e mobilização.

Enquanto grupo de ação política, a Rede Coque Vive é entendida como uma rede de relações e ações, e não como um movimento institucionalizado, com hierarquias, diretrizes e metas estabelecidas. Sua ação, com vistas à transformação social, é mais fluida e tem como princípios o encontro, a formação humana e o vínculo. Nesse aspecto, aproxima-se mais dos fenômenos coletivos recentes, caracterizados pela diversidade e pluralidade de atitudes, significados e ações, do que dos movimentos que emergiram nas décadas de 1970 e 1980, que tinham a participação social como bandeira. Os movimentos de bairro, por exemplo, reivindicavam participação nas instâncias institucionais e na tomada de decisões que afetavam o cotidiano as comunidades.

A Rede Coque Vive, segundo Vasconcellos (2013), possui posicionamentos ambivalentes em relação à política institucional e a ocupar os espaços do Estado. Os moradores do Coque que a integram apresentam uma “visão pessimista, negativa e de

desconfiança” (VASCONCELLOS, 2013, p. 133) em relação ao governo e à prefeitura. Nesse sentido, a autora pondera:

Se um traço básico do político relaciona-se com o “questionamento do socialmente dado, do que parece ser socialmente natural e incontestado” (SLATER, 2000, p. 509), então é compreensível que a Rede Coque Vive surja, para seus integrantes moradores do Coque, como uma experiência revolucionária e subversiva em relação ao Estado – entendido, aqui, na sua forma burocrático-administrativa, com um histórico de intervenção e coerção em relação ao Coque (VASCONCELLOS, 2013, p. 133).

Esse posicionamento sobre o Estado, no entanto, é construído ao longo do tempo e resulta da relação histórica que o movimento de bairro e a Prefeitura do Recife, principalmente, estabeleceram a partir de 1979, quando do início das intervenções urbanísticas viabilizadas pelo Promorar.

Observa-se que, ao longo de duas décadas, as pautas que dão sentido à ação social dos moradores do Coque, assim como a maneira de atuar politicamente, se transformaram. As mudanças concretas pelas quais o Coque passou com sua urbanização, construção das vilas, arruamentos, implantação do terminal integrado de passageiros e construção do Fórum do Tribunal de Justiça de Pernambuco no seu entorno, como também as novas táticas de governo implementadas pelo Estado redemocratizado, vinculado especialmente ao modelo neoliberal, contribuíram para essa ressignificação.

A fim de discutir as concepções e os valores que marcam as experiências descritas em *Coque: Histórias da Terra*, considero os relatos de memória dos entrevistados, a partir dos quais o vídeo foi montado, enquanto fontes de conhecimento, tendo como premissa o construtivismo social de Berger e Luckmann (1966)⁵⁵. Por se tratar de um documentário, com

⁵⁵ A sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann interessa-se por compreender o processo pelo qual determinado conhecimento é estabelecido como realidade, isto é, como o conhecimento se desenvolve, é transmitido, se mantém e, por conseguinte, torna-se uma realidade consolidada. Nesse sentido, procuro compreender a produção do conhecimento sobre o Coque feita no documentário. Qual Coque, que realidade e conhecimento sobre o bairro são construídos? E de que maneira isso se realiza? E, principalmente, como o Estado é designado nesta história? Neste ponto, defendo que estes discursos acrescentam à análise acerca das formas que o Estado assumiu para intervir no bairro, suas táticas de governo e nos dão pistas sobre as estratégias desempenhadas por ações como a Rede Coque Vive para confrontar os discursos e as práticas que regulam o Coque. A “realidade”, para Berger e Luckmann (1969, pp. 53-55), não está dada; ela é construída socialmente, devido à capacidade humana de realizar objetivações por meio da linguagem. É pela linguagem que nós atribuímos significado ao mundo real e abstrato dos objetos, pessoas ou eventos, construindo “campos semânticos”, nos quais a “experiência, tanto biográfica quanto histórica, pode ser objetivada, conservada e acumulada” (1969, p. 62). A sociologia do conhecimento, nesta visão, deve tratar do que os sujeitos “conhecem como realidade em sua vida cotidiana” (1969, p. 30, grifo nosso) e como esse conhecimento se estabelece socialmente como realidade, considerando as especificidades dos contextos sociais aos quais ele se refere.

entrevistas de mulheres e homens que são parte da história do Coque, meus objetos de análise são, sobretudo, os enunciados que narram histórias sobre o bairro.

Coque: Histórias da Terra, produzido pela Rede Coque Vive, discute as ações de resistência dos moradores para permanecer no Coque. Após um ano de pesquisa, foram entrevistados para compor o documentário antigos moradores, lideranças comunitárias, políticos e ativistas. Eles relatam sua experiência nas mobilizações realizadas na comunidade visando reconhecimento e nas disputas travadas com a Prefeitura do Recife e com o mercado imobiliário.

O vídeo divide-se em quatro capítulos que descrevem a história do bairro: *De quando a terra era água; A pitangueira; A luta pela terra* e *Permane(sendo)*. Da obra, destaco dois fenômenos que caracterizam a comunidade atualmente e que surgem como efeitos da relação do Estado com o bairro, nas décadas anteriores: o primeiro deles diz respeito à desmobilização do movimento comunitário surgido na década de 1980 e o segundo refere-se ao vínculo e à ideia de pertencer — novas estratégias discursivas adotadas.

No videodocumentário, o tom nostálgico de um período de mobilização e luta comunitária é marcante nos relatos dos moradores. “O Coque é um lugar de luta, a gente lutou pra estar aqui e continuar”, diz Aderbal. “Conseguimos este espaço com muita luta”, conta Charque ao mostrar as instalações do Grupão, onde ainda os moradores da comunidade se reúnem. “O Coque é a comunidade da resistência”, diz Cacau ao ler matérias de jornais. No capítulo *A luta pela terra*, o Coque enquanto protagonista de sua própria luta, organizado e mobilizado, consolida-se à medida que o Estado reconhece o espaço e começa a intervir no território e no cotidiano de seus habitantes. De acordo com o líder comunitário Cacau, isso acontece, inicialmente, com a execução do Projeto Mutirão, implementado na gestão Moura Cavalcanti:

Nós somos a comunidade da resistência. A gente pensou que tinha que se organizar quando surgiu um centro comunitário na Pitangueira. Quando estavam tentando tirar a gente de lá. As pessoas foram tiradas de lá para a UR-10 e para o Engenho Maranguape. Foi aí que a gente viu que precisava se organizar (COQUE, 2012).

Este Coque, como agente de mobilização e luta, refere-se ao contexto histórico específico, da década 1980, que expomos no início deste capítulo, quando do fortalecimento dos movimentos de bairro, apoiados principalmente pela ala progressista da Igreja Católica. Por meio do Grupão — principal espaço de articulação política dos moradores, nessa época, em torno da luta pela posse da terra —, o Coque relacionava-se com a prefeitura do Recife.

As vitórias narradas por Charque assinalam a potência da ação desse Coque que mobiliza, reivindica e negocia: “A gente sentou com prefeito, com governo do estado [...] a gente conseguiu ser Zeis [Zona Especial de Interesse Social] [...] a gente se organizava, e conseguiu barrar o shopping”. Ao mesmo tempo, aspectos da fala de Charque nos faz perceber que forma que se constituiu a luta comunitária naquele período se transformou.

Moradores como Charque e Cacau, que assumiram papéis como de líderes comunitários nas décadas de 1980 e 1990, compreendem essas transformações enquanto fenômeno de “desmobilização”. Eles relatam que, após conquistas como o Prezeis, que instituiu espaços de deliberação e proposição no âmbito da tomada de decisões, a relação entre a Prefeitura do Recife e a comunidade arrefeceu, gerando novas problemáticas e conflitos, como experiências de cooptação e disputas políticas entre lideranças e representantes da comunidade.

Podemos interpretar estes conflitos à luz das reflexões de Povinelli (2008), que ressalta que as práticas do Estado “nas sociedades liberais tardias” engendram a privatização da riqueza, dos valores, dos cuidados e dos riscos. O Estado neoliberal, como aquele modelado ao longo da década de 1990 no Brasil, age para desmantelar quaisquer “estruturas coletivas que possam impedir a pura lógica do mercado”⁵⁶ (BOURDIEU *apud* POVINELLI, 2008: 527).

Um dos enunciados elaborados sobre o Estado em *Coque: Histórias da Terra* é explicativo do processo de desmobilização pelo qual passou o Grupão e os movimentos de bairro no Recife, desde a segunda metade da década de 1980. Isso foi desencadeado, na perspectiva de Cacau, pela criação da figura do líder comunitário, legitimado por políticos ocupantes de cargos eletivos, que tinham o intuito de construir cabos eleitorais. Esse movimento, para Cacau, contribuiu para a fragmentação da luta política do Coque:

toda uma democracia que se usava com participação das pessoas, ela deixou de existir, por uma questão manipulada, por conta dos políticos. Hoje tem uma questão aqui hoje que deixa muito a desejar, o pessoal pergunta: quem é o líder comunitário. Líder pra mim é uma palavra pejorativa, porque foi os políticos que inventaram essa história, porque começou a construir um bocado de cabo eleitoral [...] É uma questão de ser manipulado pelos políticos que vem aqui de quatro em quatro anos. Aí vem promete isso e aquilo, pega algumas pessoas, dar algum dinheiro pra ele e fica naquela questão que desorganizou de certa forma e começou a formar grupos. Aí grupo passou a ter dono. Aí tirou toda uma característica de luta (COQUE, 2012).

⁵⁶ Tradução livre: “[...] to dismantle any ‘collective structures which may impede the pure market logic’”.

André Gerard situa essas práticas do Estado no início dos anos de 1990 e conta que “de repente começou a misturar tudo, as lideranças passam a trabalhar no gabinete de um vereador ou na Prefeitura, de repente são cabo eleitoral. Aí começou a complicar tudo. A tal ponto que hoje você não pode mais falar de movimento de bairro” (COQUE, 2012).

No cenário das sociedades liberais tardias, insiro tais práticas entre as formas de captura (POVINELLI, 2008, p. 527; STENGERS, 2008) do Estado e do mercado, as quais, na minha compreensão, configuram-se como habilidades e estratégias operadas pelo Estado neoliberal para destruir a ação coletiva, a qual, por sua vez, está impedindo a produção de valor de troca, ou seja, o desenvolvimento do padrão de poder capitalista. A comunidade, ao mimetizar práticas, procedimentos e técnicas de governo, elaboradas pela razão de Estado, contribui para a fragmentação das ideias e maneiras de agir forjadas nas suas próprias experiências e valores.

No Coque, por exemplo, no processo de desapropriação das cerca de 800 famílias para construção da estação do metrô, o governo do Estado negociou o valor da indenização casa por casa, individualmente. Essa particularização das questões que envolviam a luta por moradia foi fundamental para romper a agência da comunidade.

Entretanto, esse processo histórico foi fundamental para a comunidade rearticular seus atores e proceder mediante novas formas de realizar a política. O documentário é resultado disso, e essas ressignificações se expressam em novos discursos criados, agora associados, especialmente ao sentido de comunidade e a vínculos afetivos.

Tais concepções destacam-se na história do bairro traçada no documentário, em contraposição às ideias que o Estado associa Coque: como espaço urbano de valor imobiliário ou território produtor de violência. As últimas imagens do filme enquadram o Coque do pertencimento e do cuidado: todos os entrevistados, assim como outras mulheres, homens e crianças estão juntos em uma festa no Clube Mocidade, confraternizando e celebrando. A câmera testemunha um encontro de família.

Essas representações são principalmente produzidas por atores como Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (Neimfa). O Neimfa é uma organização não governamental, que está no Coque há mais de 30 anos. Preza pela formação humana, para autonomia e emancipação de crianças e jovens, que participam das atividades do núcleo no contra-turno. Possui uma dimensão vinculada ao sagrado e à espiritualidade, uma vez que oferece práticas religiosas de diversas matrizes: católica, espírita e budista. Cleiton Barros, que faz parte do Neimfa reitera a ideia do vínculo, no documentário:

Para a maioria das pessoas, o Coque tem sobretudo um valor imobiliário, de localização. O terreno valeria muito, vale muito. Em termos financeiros. Mas eu acho que, pras pessoas aqui da comunidade, o valor que o Coque tem é exatamente esse, o valor de comunidade, o valor de vínculo, o valor da proximidade, o valor das pessoas (COQUE, 2012).

O capítulo final do vídeo chama-se *permane(sendo)*. O título denota as concepções da existência e do humano que buscam ser enfatizadas. As imagens apresentam Dondinho, um aluno do Neimfa, encontrando seu colega Breno na rua do Jacaraú, onde fica o núcleo educacional, e seguindo até uma venda, na rua Cabo Eutrópio, para comprar um pião de madeira. A infância e seus aspectos universais, na qual se deposita a esperança de um futuro diferente do presente, são os sentidos construídos pelas imagens.

Nesse ponto do filme, Cleiton descreve: quando criança, no Coque, ele não podia fazer nada escondido, pois suas “famílias de consideração” contavam para sua mãe qualquer confusão da qual fizesse parte. Hoje, ele interpreta essas características da comunidade a partir do sentido do cuidado e da responsabilização:

Eu vejo o Coque como uma comunidade, que tem formas próprias de enfrentar os problemas. O problema da violência, por exemplo. Essa forma do Coque de enfrentar a violência tem a ver com essa responsabilização que as pessoas têm umas com as outras. De alguma forma, se cria uma rede para proteger as crianças da violência. A gente vive aqui dentro é como uma família, mesmo não sendo realmente. Aqui no Coque tem muito isso, família de consideração [...] (COQUE, 2012)

Essa rede de afeto descrita por Cleiton não é única nem abrange o Coque em sua totalidade, obviamente. Ela opera em grupos menores, que ora se aproximam, ora se afastam, constituindo uma dinâmica particular. Três atores fundamentais engendram e potencializam os vínculos nesses círculos menores de afeto: o Neimfa, o Grupão e a Igreja São Francisco do Coque, cujo responsável é o frei Aluísio. São atores com racionalidades políticas distintas, mas que mobilizam mulheres, homens, jovens e crianças, moradores ou não do Coque, mediante uma ética do pertencimento e do vínculo. Essa é a nova configuração da ação política no bairro, distinta daquela da década de 1980. Trata-se de uma nova estratégia que assegura ao Coque confrontar as formas de governo e as relações de dominação engendradas pela ordem capitalista. Assim, a comunidade re-existe e permanece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de urbanização do Coque, na Ilha Joana Bezerra, que descrevemos observamos o Estado esboçar e executar distintas formas de intervenção no espaço, mediante ideias de modernização da cidade e desenvolvimento da região metropolitana do Recife. Ao longo das páginas anteriores, destacamos as práticas de governo e as relações de dominação que incidiram nesse processo. Argumentamos que o Estado interveio nos espaços “marginalizados” (QUIJANO, 1972) ou das “margens” (DAS & POOLE, 2008), inicialmente fundamentado no saber médico-sanitário e nos conhecimentos técnicos da engenharia e do urbanismo; posteriormente, fundamentado na razão de Estado e no cálculo contábil.

No primeiro capítulo, vimos que, no combate aos mocambos e alagados, saberes da medicina e do urbanismo foram mobilizados, em estratégias de regulamentação da população, que denotavam racismo. A construção de casas de alvenaria foi prática escolhida pelos órgãos de governo para solucionar a problemática do mocambo. Instituições como a Liga e o Serviço Social contra o Mocambo e a Fundação da Casa Popular foram fundamentais para sedimentar esse princípio que tornou-se o cerne da urbanização das áreas de pobreza da cidade.

A oferta de casas de alvenaria para população das margens transformou-se em política de Estado, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação, implantado pelos governos do regime ditatorial de 1964. O SFH foi uma importante ação de governo que gerou riquezas para agentes públicos do Estado e agentes privados, da construção civil e do mercado imobiliário, impulsionando o funcionamento dos mecanismos de arrecadação fiscal. Ao mesmo tempo, os programas de habitação oferecidos pelas companhias habitacionais, de acordo com faixas de renda, contribuíram para estratificar o espaço urbano, provocaram a periferização e não atenderam adequadamente os moradores de áreas de alagados como o Coque.

Argumentamos que casa de alvenaria é mais uma técnica de embranquecimento da paisagem da cidade, que contribuiu para naturalizar diferenças socioculturais e desigualdades, amaciando tensões raciais e contradições. Ela tornou-se política de Estado à medida que o Brasil “desenvolve-se” e “moderniza-se”. A casa própria é construída e concebida como símbolo de distinção, mas também mercadoria que contribui para institucionalizar o Sistema Financeiro de Habitação e fortalecer a estrutura jurídico-administrativa do Estado, a partir do final dos anos 1960. Com a execução da política de habitação, o governo dos militares projetam a face provedora do Estado, conseqüentemente, expressando a necessidade e

legitimidade de sua existência, em um contexto de questionamento, que caracteriza o regime ditatorial na segunda metade da década de 1970.

A população do Coque, por sua vez, tornou-se instrumento de governo especialmente a partir da década de 1970, primeiramente sob viés assistencialista. Com o dismantelo do Estado ditatorial e a emergência dos movimentos sociais pró-democracia, como as associações de moradores dos bairros do Recife, a comunidade do Coque assumiu protagonismo político frente à prefeitura de Gustavo Krause. Esta, por outro lado, elegeu, no discurso o social com foco e amparou-se em práticas da democracia participativa, a fim de relacionar-se com os movimentos de bairro.

Na gestão de Gustavo Krause, a casa de alvenaria e o título de posse da terra são instrumentos eficazes de negociação com o movimento comunitário, garantindo também dividendos políticos e eleitoral ao ex-prefeito. Em que pese todos os embates, a casa de alvenaria transformou-se em moradia de sujeitos que reinventaram sua relação com a cidade e, em confronto com novas representações que criminalizam o Coque, criaram novas formas de atuação política, como a Rede Coque Vive. A história de urbanização do Coque permite a ascensão de novos atores, como os grupos articulados em torno do Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis, da Igreja São Francisco do Coque e do movimento comunitário.

Desde a criação das ligas e sociedades defensoras dos proprietários pobres, passando pelo movimento de bairro, até a articulação da Rede Coque Vive, o movimento comunitário buscou se reestruturar de acordo com os novos contextos e novas demandas, adquirindo diferentes formas de atuação social, à medida que o processo de urbanização era implantado. Assim, pode-se dizer que este processo se deu, em alguma medida, mediante a força política mobilizada por esses sujeitos. Entretanto, suas ações e discursos são sistematicamente regulados e disciplinados pelo Estado, que detém a arte de governo e o saber técnico da economia política (FOUCAULT, 2013), assim como o monopólio da violência (WEBER, 1978). Em certa medida, podemos afirmar que as práticas de dominação e formas de governo sobre a pobreza urbana se reformulam e se sobrepõem, à maneira do desenvolvimento do padrão capitalista de poder.

Como dito anteriormente, a urbanização do bairro, após a efervescente década de 1980, se mostrou incompleta: arruamentos não foram executados, tampouco as obras de canalização e esgotamento sanitário. Ao mesmo tempo, novas famílias ocuparam o espaço disponível que existia entre as vilas construídas pelo Promorar, onde edificaram casas, em esquema de autoconstrução.

Nos anos 2000, após Pernambuco superar os anos de estagnação da década de 1990, o Estado vivenciou um período de crescimento econômico, alavancado pela expansão da fruticultura irrigada no sertão, do polo têxtil no agreste, do Porto Digital, no bairro antigo do Recife, e, principalmente, pelos investimentos públicos e privados no Complexo Industrial e Portuário de Suape, como a refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul. Esse cenário está atrelado ao contexto político da década, em que o governo de Eduardo Campos, em diálogo estreito com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, garantiu a estabilidade neoliberal, fundamentada em um discurso de desenvolvimento social, com foco na qualidade dos serviços públicos.

Como a verticalização da cidade já tomava a paisagem dos bairros da zona norte e sul do Recife, o centro — cuja paisagem ainda exhibe a decadente zona portuária da cidade e os bairros pobres dos antigos alagados — passou a ser o local visado para os investimentos do capital imobiliário. Foi nesse contexto que a União colocou em leilão as instalações da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), e o consórcio de construtoras ganhador elaborou o projeto Novo Recife, o que desencadeou um movimento de resistência denominado *Ocupe Estelita*⁵⁷. Esta região é o entorno do Coque.

Em 2009, a Prefeitura do Recife apresentou o projeto de construção, na região da Ilha Joana Bezerra, do polo jurídico da cidade, que abrangeria as sedes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), do Ministério Público (MPPE) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Moradores e coletivos de atuação no Coque manifestaram-se publicamente contra a proposta. Com a mudança de gestão na Prefeitura do Recife, o projeto até então não foi concretizado.

Entretanto, em 2010, com a iminência da realização da Copa do Mundo no Brasil e no Recife (2014), uma intervenção milionária atingiu o Coque, relativa à expansão do Sistema Integrado de Passageiros da Estação Joana Bezerra, cujos recursos provieram do Programa Estadual de Mobilidade Urbana do Governo do Estado de Pernambuco (Promob) e de investimentos do governo federal. Este projeto alterou significativamente a paisagem do bairro, ao menos aquela de quem vê de fora: um imenso terminal de ônibus foi construído e uma das principais vias do local, a rua Ibiporã, foi saneada, canalizada e asfaltada. Até 2015, um extenso canal de esgoto a céu aberto cortava toda esta rua, que era de terra batida. Para a

⁵⁷ Um resumo sobre os eventos em torno do projeto Novo Recife no Cais José Estelita e mobilização do movimento Ocupe Estelita está disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

realização da obra, centenas de moradores foram indenizados, e casas que ficavam ao longo do canal foram demolidas.

Conferimos estas novas circunstâncias àquilo que Elizabeth Povinelli (2008, p. 511) denominou “sociedades liberais tardias”. Nelas, os discursos do desenvolvimento e do livre mercado são dominantes, existindo uma “catacrese específica entre o Estado de segurança e o mercado neoliberal”. Essa junção de atores conduz a práticas, ideias e valores que governam as populações mediante a designação daqueles que são amigos (desejáveis) e inimigos (dispensáveis). Mesmo que, no caso do Coque, não esteja em jogo uma política de defesa da soberania estatal, como na análise de Povinelli, é observado um procedimento similar à medida que os discursos de estigmatização e criminalização do Coque pressupõem políticas de segurança em defesa do “cidadão de bem” recifense e justificam, ideologicamente, as práticas de intervenção atuais na Ilha Joana Bezerra. Esta é uma nova problemática de pesquisa que pode ser explorada.

Certa de que este trabalho não esgotou as possibilidades de se refletir sobre o processo de urbanização do Coque e as práticas de governo na pobreza urbana do Recife, reitero que realizei esta pesquisa com o rigor e a ética possíveis, no âmbito das minhas limitações e contradições.

FONTES

FILMES

COQUE: Histórias da Terra. Direção de Rafaela Vasconcellos. Realização de Rede Coque Vive. 2012. (108 min.), DVD, P&B.

DOCUMENTOS

BRASIL. Decreto-lei nº 9760, de 5 de setembro de 1946. *Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências*. Brasil, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760compilado.htm>. Acesso em: 26 nov. 2018.

RECIFE. Câmara dos Vereadores. *Dispõe sobre o plano de regularização das zonas especiais de interesse social (Prezeis) e dá outras providências*. Recife, Disponível em: <[https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-16113-1995-Recife-PE-consolidada-\[13-12-2017\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-16113-1995-Recife-PE-consolidada-[13-12-2017].pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PERNAMBUCO. FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (FIDEM). Plano de Desenvolvimento Integrado. Recife: Fidem, 1976.

PERNAMBUCO. FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (FIDEM). Assentamentos Sociais para População de Baixa Renda: Plano Diretor. Recife: Fidem, 1979.

RECIFE. EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE. Promorar: Coque - Habitacional. Recife: Urb, 1983.

PERNAMBUCO. FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (FIDEM). Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Recife: Fidem, 1981.

JORNAIS

Novas famílias do Coque trocam mocambos por casas do “mutirão”. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 15 de julho de 1976.

Convênios trarão verbas de Cr\$ 62 bilhões ao Estado. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 19 de outubro de 1979. Ano LVI, nº 199.

Figueiredo reafirma preocupação pelo Nordeste. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 19 de outubro de 1979. Ano LVI, nº 199.

Um milhão e 350 mil pessoas serão beneficiadas no convênio com BNH. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 19 de outubro de 1979. Ano LVI, nº 199.

COLEÇÃO COQUE VIVO. Notícias. Recife, v.1, 2009. DVD.

Fausto reabrirá amanhã mais cinco postos médicos. *Diario de Pernambuco*. Recife, 1º jul 1972. Caderno 1. Coleção Coque Vivo.

Dona Olga ajuda manutenção de centro comunitário do Coque. *Diario de Pernambuco*. Recife, 14 set 1972. Caderno 1. Coleção Coque Vivo.

Dona Olga entrega brindes de natal a crianças pobres. *Diario de Pernambuco*. Recife, 6 de dez 1972. Caderno 1. Coleção Coque Vivo.

SSCM organiza no Coque grupos de escoteiros que presta juramento amanhã. *Diario de Pernambuco*. Recife, 14 nov 1973. Educação. Coleção Coque Vivo.

Primeira dama distribui cinquenta mil brindes às crianças pobres do Recife. *Diario de Pernambuco*. Recife, 1º de dez 1973. Caderno 1. Coleção Coque Vivo.

Coque não muda: Fome, crime e promiscuidade, mas continua divertido. *Diario de Pernambuco*. Recife, 19 set 1976. Reportagem. Coleção Coque Vivo.

Coque luta contra miséria. *Diario de Pernambuco*. Recife, 19 set 1976. Capa. Coleção Coque Vivo.

Coque: Natal sem árvore ou lapinha, mas com muito lixo. *Diario de Pernambuco*. Recife, 20 dez 1978. Local. Coleção Coque Vivo.

Povo do Coque desanima. *Diario de Pernambuco*. Recife, 22 ago 1980. Geral. Coleção Coque Vivo.

Coque: algo por debaixo dos panos. *Diario de Pernambuco*. Recife, 28 ago 1980. Geral. Coleção Coque Vivo.

Milhares de pessoas, em Pernambuco, sonham com a casa própria. *Diario de Pernambuco*. Recife, 30 nov 1980. Coleção Coque Vivo.

Gustavo Krause humaniza Recife. *Diario de Pernambuco*. Recife, 11 abr 1981. Caderno 1. Coleção Coque Vivo.

Favelados cobram promessa de Figueiredo. *Diario de Pernambuco*. Recife, 20 ago 1981. Caderno 1. Coleção Coque Vivo.

Morador do Coque agurda promessa. *Diario de Pernambuco*. Recife, 6 set 1981. Geral. Coleção Coque Vivo.

Emprel legaliza terras. *Diario de Pernambuco*. Recife, 13 set 1981. Geral. Coleção Coque Vivo.

Moradores do Coque cobram promessa de terra a Maciel. *Diario de Pernambuco*. Recife, 1º out 1981. Caderno 1. Coleção Coque Vivo.

PMR divulga atuação. *Diario de Pernambuco*. Recife, 2 out 1981. Geral. Coleção Coque Vivo.

Krause entrega terras no Coque. *Diario de Pernambuco*. Recife, 26 nov 1981. Geral. Coleção Coque Vivo.

Krause entrega milésimo título de posse da terra. *Diario de Pernambuco*. Recife, 6 dez 1981. Caderno 1. Coleção Coque Vivo.

Moradores do Coque lembram promessa. *Diario de Pernambuco*. Recife, 5 mar 1982. A visita presidencial. Coleção Coque Vivo.

PMR doa mais terra aos pobres. *Diario de Pernambuco*. Recife, 17 out 1982. Cidade. Coleção Coque Vivo.

Coque denuncia abandono de obra. *Diario de Pernambuco*. Recife, 11 ago 1985. Cidade. Coleção Coque Vivo.

Movimento popular afirma que também é o poder. *Diario de Pernambuco*. Recife, 24 nov 1985. Cidade. Coleção Coque Vivo.

Moradores do Coque fazem festa. *Diario de Pernambuco*. Recife, 6 set 1986. Política. Coleção Coque Vivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Juliene. A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife: criação e manutenção do PREZEIS. In: *Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/julienetenoriodealbuquerque.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AZEVEDO, Sérgio. *Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): Criação, trajetória e extinção do BNH*. Rio de Janeiro: Rev. Adm. pub. 22(4): 107-119, out/dez, 1988.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. A trajetória recente da política de habitação popular. In: *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, pp. 69-96.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1973.

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. *Alagados, mocambos e mocambeiros*. Pernambuco: Imprensa Universitaria, 1965.

BONDUKI, Nabil. *Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula*. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, v. 1, p. 70–104, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Capital simbólico e classes sociais*. *Novos Estudos*, nº 96, jul. 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. 2012. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964–1985*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Zahar Editôra. Rio de Janeiro. 1970. 144 pp.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. 2005 *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CORTÉS, Aléxis. *Aníbal Quijano: Marginalidad y urbanización dependiente en América Latina*. 2017. Polis Revista Latinoamericana, v. 46, pp. 1-14.

DAS, Veena. & RANDERIA, S. *Politics of the urban poor: Aesthetics, ethics, volatility, precarity*: an introduction to Supplement 11 Current Anthropology. 2015. 56: S11, S3-S14.

DAS, Veena; POOLE, Debora. *El estado y sus márgenes*. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, v. 27, n. 2004, p. 19–52, 2008.

FERREIRA, Francisco Ludermir. *Dos alagados à especulação imobiliária: Fragmentos da luta pela terra na comunidade do Coque*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANCISCO, Thiago Pereira. 2013. *Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

FREITAS, Alexandre Simão. 2005. *Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: um estudo sobre o papel das redes associacionistas da educação*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Recife.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. São Paulo, Nacional, 1936.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

GENETTE, Gerard. “Fictional Narrative, Factual Narrative”, *Poetics Today* 11(4), 1990, pp. 755-774.

GIORGI, Gabriel; RODRÍGUEZ, Fermín (Orgs.). *Ensayos sobre biopolítica: Excesos de vida*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

GOMINHO, Zélia. *Veneza americana x mucambópolis: O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Recife, Tese (Mestrado de História) – UFPE, 1997.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997.

LIRA, José Tavares Correia de. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). *Análise Social*, vol. xxix (127), nº 3, p. 733-753, 1994.

_____. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e na ordenação do espaço habitado*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 1996, pp. 14, 128, 132 e 133.

_____. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 1, maio de 1999.

LOPES, Gustavo; MONTALVÃO, Sérgio. KRAUSE, Gustavo. *Verbete*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-krause-goncalves-sobrinho-1>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

LUCIENNE, Chyntia Colette Christiane. 2015. *Os desafios da inserção sócio-espacial das favelas no Recife, entre exigências de atratividade urbana e necessidades de habitabilidade: o caso da Zona Especial de Interesse Social do Coque*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

LUNA, Allan Cavalcante. 2014. *O discreto charme da democracia: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

MARTINS, Marcela Rebello. A sínquise urbana: A política habitacional da década de 1960. In: *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2016. p. 1 - 13. Disponível em: <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1470675956_ARQUIVO_Asinqui-seurbana-ANPUHMarcelaRebelloMartins.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MEGILL, Allan. *Historical knowledge, historical error. A Contemporary Guide to Practice*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

MELO NETO, João Cabral de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Editora do autor, 1965. 190 p.

MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *O Urbanismo higienista e a implantação da companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife*. Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios, v. III, n. 5, p. 144–169, 2012.

PONTUAL, Virgínia; PEREIRA, Juliana Melo. *As práticas do urbanismo modernista e da conservação urbana na cidade do Recife: dilemas, confrontos e o plano de gabaritos de 1965*. Campinas: Oculum Ensaios, nº 13, p. 98-111, jan./jun. De 2011.

POVINELLI, Elizabeth A. *The Child in the Broom Closet: States of Killing and Letting Die*. 2008. South Atlantic Quarterly, v. 107, n. 3, pp. 509-530.

PROJETO memória Viva: 14 depoimentos sobre a política pernambucana / Organizadoras Celia Costa e Dulce Pandolfi. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007. 2v. il.

QUIJANO, Aníbal. (1967). *Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latinoamérica*. Santiago, Chile: CEPAL.

_____. (1972). *La Constitución del “Mundo” de la Marginalidad Urbana*. EURE- Revista de Estudios Urbano Regionales, 2(5), 89–106.

_____. *El fantasma del desarrollo en América Latina*. Revista del Cesla, nº 1, 2000.

_____. (2000). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. En E. Lander (Ed.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas* (pp. 201–246). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

RECIFE. *Perfil dos Bairros: Ilha Joana Bezerra*. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/ilha-joana-bezerra?op=NzQ0MQ==>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

RÊGO, José Lins do. *Fogo morto*. 12. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972. xxviii, 290 p. (Coleção Sagarana ; 24).

REIS FILHO, Daniel Arão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, Maria José. *A obra Sobrados e Mocambos e a mudança social no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n. 51, p. 190–207, set/nov 2001.

RIOUX, Jean-Pierra; SIRINELLI, Jean-François. *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHA, Artur Gilberto Garcéa de Lacerda. 2003. *Discursos de uma modernidade: As transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

SÁ, Celso Pereira de. [2012] A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, n. 14, pp. 94-103.

SEARLE, John. “The logical status of fictional discourse”, *New Literary History* 6(2), 1975, pp. 319-332.

SINGH, Bhri Gupta. *Poverty and the Quest for Life: Spiritual and Material Striving in Rural India*. Oxford University Press. 2015.

SOUZA, Maria Ângela. *Política Habitacional para os excluídos: o caso da RMR*. Coleção Habitare, 1999.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. 2016. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília.

STENGERS, Isabelle. *Experimenting with Refrains: Subjectivity and the Challenge of Escaping Modern Dualism*. 2008. Subjectivity, no 22, Palgrave Macmillan Ltd.: 38–59.

_____. *Comparison as a Matter of Concern*. 2011. In: *Common Knowledge* 17:1. Duke University Press: Durham and London. pp. 48-63.

VALE NETO, João. P. 2007. *Coque: a morada do vínculo*. Trabalho de conclusão de curso (mimeo). Departamento de Comunicação Social da UFPE, Recife.

_____. 2010. *Coque: Morada da morte? Práticas e disputas discursivas em torno de um bairro do Recife*. 129p. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE. Recife.

VALLADARES, Lícia. (1994). “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”. In: Renato R. Boschi (org.). *A construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio fundo Editora.

VASCONCELLOS, Rafaela de Melo. 2013. *O político na Rede Coque Vive: diversidade, conflitos e confluências na construção da ação coletiva*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

VEIGA-NETO, Alfredo. Linguagem, discurso, enunciado, arquivo, episteme.... In: *Foucault & a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VELOSO, Mariza. “Gilberto Freyre e o horizonte do Modernismo”. *Revista Sociedade e Estado*. pp. 361-386.

WEBER, Max. 1999. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB.

WHITE, Hayden. “The Value of Narrativity in the Representation of Reality”, *Critical Inquiry* 7(1), 1980, 5-27.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

PAULINA LOURENÇO DA SILVA, Brasileira, Solteira
JOURENS, CARTÃO DE IDENTIDADE N.º 815.252 - SSP/PC
na qualidade de proprietário(a) do(s) terreno(s) no 303
construção de TÁBUA, edificada em terreno de terceiros
cadastada na Prefeitura da Cidade de Recife, sob o nº 256,
lote -, Quadra -, com área de 26,12 m²,
situada na Rua 913/000 DO JERU, no bairro
São José, nesta capital, declara(s) por sua livre e es-
pontânea vontade que aceita(m) a importância de cr\$ 34.000,00
(trinta e quatro mil reais)

a título de indenização pelo pagamento da(s) benfeitoria(s) constan-
tes da planilha descrita e pela total desocupação da área de terreno,
pelo qual aceita(m) receber dita importância na assinatura do Instru-
mento público a ser elaborado por este órgão, por si(s) e(s) conjun-
tes) plena e inteiramente pago e satisfeito, nada mais tendo a reclamar em
juízo ou fora dele.

Recife, 22 de março de 1988
Paulina Lourenço da Silva
Proprietário(a)

Especial(o)

Testemunhas:
Francisco Ramos
José Roberto

Arquivo particular: Paulina Lourenço da Silva



Estado de Pernambuco

DIÁRIO OFICIAL

ANO LVI

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1979

Nº 199



O Governador assina os convênios/protocolos em favor de PE

Convênios trarão verbas de Cr\$ 62 bilhões ao Estado

O Presidente João Figueiredo chegou ontem ao Recife, às 9 horas e 40 minutos, desembarcando no aeroporto dos Guararapes, onde foi recebido pelo governador Marco Maciel, vice-governador Roberto Magalhães Melo, prefeito Gustavo Krause, todo o Secretariado estadual, além de outras autoridades civis e militares sediadas no Estado e na Região.

Do aeroporto, o Chefe da Nação e toda a sua comitiva seguiram direto para o Engenho São João, no município de São Lourenço da Mata, onde manteve contato com camponeses, procurando inteirar-se dos seus problemas.

Na noite, o Presidente, o Governador e o Prefeito visitaram o bairro do Coque, um dos locais mais carentes da Capital pernambucana, ocasião em que foram anunciadas várias medidas em favor daquela e outras localidades com problemas idênticos, consubstanciadas no "Projeto Recife".

Em seguida, o Presidente, sua comitiva, governadores da Região e convidados especiais foram recepcionados com um almoço no Salão do Campo das Princesas.

Depois do almoço, no Salão das Bandeiras, o Presidente prestigiu a solenidade de assinatura de diversos convênios que totalizam recursos de 62 bilhões de cruzeiros a serem aplicados no estado de Pernambuco. Logo após, foi à Assembleia, visitar o velório do deputado Audomar Ferraz, falecido ontem.

Posteriormente, o Presidente foi à Sudene onde, numa reunião extraordinária com a presença de todos os governadores do Nordeste, preferiu discursar em que reformou a sua posição em favor da Região.

Dali seguiu para o estádio "José do Rego Maciel" onde presidiu a abertura oficial dos II Jogos Operários Global de Pernambuco. E antes de retornar a Brasília fez questão de visitar o deputado federal Joaquim Coutinho vítima recente de desastre automobilístico.

O Presidente João Figueiredo veio ao Recife acompanhado de onze ministros e ainda dos senadores Aderbal Jurema e Nilo Coelho, e dos deputados Augusto Lucena, Inocêncio Oliveira, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza e Pedro Andrade Filho.

Arquivo: Diário do Estado de Pernambuco. Disponível em: < http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_197910&pasta=Dia%201979 > Acesso em: 27 nov. 2018.

Um milhão e 350 mil pessoas serão beneficiadas no convênio com BNH

O presidente João Batista de Figueiredo, às 15 horas de ontem no Salão das Bandeiras do Palácio do Campo das Princesas, presidiu a solenidade de assinatura de vinte convênios, protocolos, autorização de concorrência, contratos de obras e aviso de licitação para o Estado de Pernambuco.

Ao ato estavam presentes ministros de Estado, governadores nordestinos, secretários estaduais, parlamentares, entre outras autoridades civis e militares. O único orador da solenidade foi o governador Marco Maciel. Os documentos assinados, envolvendo recursos estimados em 62 bilhões de cruzeiros, foram os seguintes:

MINISTÉRIO DO INTERIOR

a) Convênio entre o Ministério do Interior, o Governo de Pernambuco e o Banco Nacional de Habitação, no valor de 42 milhões de cruzeiros, para a construção de 270 mil casas populares em todo o Estado de Pernambuco, no período de 1980 a 1982. Serão beneficia-

Laboratório Central da Companhia de Saneamento, para análise da água e a implantação do Sistema de Abastecimento de Água dos Distritos Industriais do Cabo e Muribeca dos Guararapes. Os investimentos previstos são da ordem de 914 milhões de cruzeiros.

d) Assinatura de Convênio entre o Ministério do In-



População do Coque ouviu atentamente do Presidente as providências tomadas em seu favor

Arquivo: Diário do Estado de Pernambuco. Disponível em: < http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_197910&pasta=Dia%201979 > Acesso em: 27 nov. 2018.

NOVAS FAMÍLIAS DO COQUE TROCAM MOCAMBOS POR CASAS DO “MUTIRÃO”



A mulata sobe do mocambo infecto para a casa limpa e acolhedora com a certeza de melhores dias. O cão de estimação parece saber que vai melhorar de vida

de palha ou madeira para casas de alvenaria, com energia elétrica, água encanada, sanitário, etc. E o mais importante: para suas casas próprias. Cada família vai pagar CR\$ 12.600,00 que correspondem ao valor do imóvel, em prestações mensais de Cr\$ 42,00, incluindo seguro.

PREPARO

Durante semanas, assistentes sociais da Secretaria do Trabalho e Ação Social transmitiram para as novas famílias do Ibura conhecimentos básicos de higiene, saúde, vida comunitária, uso de eletrodomésticos, etc. O Projeto Mutirão não é apenas um projeto habitacional, mas também um plano social visando a melhoria de famílias pobres.

Em cada núcleo do “Mutirão” existe um Centro Comunitário com:

Arquivo: Diário do Estado de Pernambuco. Disponível em: < http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_197607&pasta=Dia%2015 >. Acesso em: 27 nov. 2018.

ANEXO C – PUBLICIDADE OFICIAL

Milhares de pessoas, em Pernambuco, sonham com a casa própria.



Sonham.

E acordam no Coque, na Ilha do Maruim, na Joana Bezerra, no Planeta dos Macacos. Num mocambo. Num quarto alugado. Num abrir e fechar de olhos, reajuste de aluguel, fim de contrato, ação de despejo. Tome nota: no preço de tudo o que você compra já está incluído o imposto. E é com o dinheiro do imposto que o Governo constrói. Pernambuco realiza o maior projeto habitacional de sua história: cem mil casas estão sendo construídas, para concretizar o sonho de quinhentos mil pernambucanos. Para que acordem numa casa própria. Pedir a nota fiscal é um gesto simples; muito simples. Que vai mudar a vida da gente.

Participe. Peça a nota

 Governo MARCO MACIEL
Desenvolvimento com participação

Arquivo: *Diário de Pernambuco*, 30 de novembro de 1980. Acervo: Coleção Coque Vivo, 2009.